

**Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas  
Departamento de Antropologia**

.....

**OS REGRESSADOS  
NA CIDADE  
DE LUANDA:**  
um estudo sobre  
identidade étnica  
e nacional em Angola

.....

**Luena Nascimento Nunes Pereira  
Dissertação de Mestrado – 1999**

**Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas  
Departamento de Antropologia**

.....

**OS REGRESSADOS  
NA CIDADE  
DE LUANDA:  
um estudo sobre  
identidade étnica  
e nacional em Angola**

.....

**Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Programa de Pós-Graduação  
em Antropologia Social com  
orientação do Prof. Dr. Carlos  
Moreira Henriques Serrano**

**Luena Nascimento Nunes Pereira  
São Paulo, dezembro, 1999**

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - UCAM  
Biblioteca Pós - Graduação

Universidade Candido Mendes - UCAM  
Biblioteca Pós - Graduação  
N.º T 369 ANO 2002

*Para  
Dona Rubina Pereira do Nascimento, minha avó,  
e Beatriz Nascimento, minha tia,  
que abriram os caminhos pelos quais agora passo.*

## Resumo

Esta dissertação trata da inserção social dos *regressados* na cidade de Luanda (Angola). Diz respeito a um importante contingente do grupo etno-lingüístico Bakongo, originalmente situado no norte de Angola, que, migrado para o país vizinho, Zaire (atual República Democrática do Congo), por migração voluntária ou por exílio permanente (principalmente após o início da guerra anti-colonial, em 1961), retorna a Angola após a independência.

O estudo focaliza a trajetória e as formas de organização desse grupo dentro do contexto multiétnico de Luanda, bem como a articulação de seus discursos e práticas identitárias em relação à sociedade na qual estão inseridos.

## ÍNDICE

<b>AGRADECIMENTOS</b>	<b>v</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
Referências Teóricas	13
O Campo	22
A dissertação	23
<b>CAPÍTULO 1 – ANGOLA: PEQUENO HISTÓRICO</b>	<b>25</b>
Fim do tráfico e a decadência da sociedade crioula	28
O novo período colonial português	30
A inserção bakongo no sistema colonial	33
A emigração e a formação do nacionalismo bakongo	38
A guerra anti-colonial, a independência e o nacionalismo partido	41
O retorno	44
<b>CAPÍTULO 2 – VISITANDO LUANDA</b>	<b>46</b>
<b>Luanda 1998: aspectos da economia e da sociedade</b>	<b>48</b>
O mercado paralelo	56
A "liberalização" da economia	61
<b>Luanda – Pequena História</b>	<b>65</b>
De "Cidade feitoria" a "Cidade crioula"	65
Cidade colonial	66
Cidade "africana"	70
<b>Kinshasa como contraponto de Luanda</b>	<b>76</b>
Conclusão	79
<b>CAPÍTULO 3 – OS REGRESSADOS</b>	<b>80</b>
<b>O bairro do Palanca</b>	<b>81</b>
Praça dos Imbondeiros	87
Igrejas e outras atividades associativas e de lazer	90
<b>De refugiado a regressado – deslocamentos e "trajetórias"</b>	<b>93</b>
A inserção nos primeiros tempos	97
Vida em Luanda	100
<b>Diferenças</b>	<b>104</b>
Tratamento aos mais velhos	105
Modos e Comportamento	106
Tradição	109
<b>A língua</b>	<b>112</b>
O lugar do Kikongo	115
<b>CAPÍTULO 4 – ETNICIDADE: CONFLITO E ROTINA</b>	<b>122</b>
O estigma regressado	123
Elites bakongo/regressadas	125
<i>Juris solis, juris sanguini</i>	128
Mobilidade e território	130
Eleições de 1992 e a Sexta-Feira Sangrenta	131
Regressados hoje	144
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>149</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>153</b>

**ÍNDICE DE MAPAS:**

<b>Mapa da África</b>	<b>1</b>
<b>Mapa de Angola</b>	<b>2</b>
<b>Mapa das regiões etno-lingüísticas de Angola</b>	<b>35</b>
<b>As sub-divisões do grupo Congo em Angola</b>	<b>36</b>
<b>Falantes de Kikongo hoje</b>	<b>36</b>
<b>Mapa de Luanda – geral</b>	<b>47</b>
<b>Planta da cidade de Luanda (área próxima)</b>	<b>85</b>

## Agradecimentos

Sobretudo ao meu pai, José Maria Nunes Pereira. Esta dissertação é um pouco sua, um pouco nossa.

Ao meu orientador, Carlos Moreira Henriques Serrano, pelo convite, pela confiança e por sua grande paciência frente a minha grande impaciência.

Esta dissertação foi feita a partir de diversos lugares e em cada um deles devo a muitas pessoas:

Em Luanda agradeço muito à Eufrazina Maiato (Tia Zina), que permitiu minha ida a Angola, me hospedou e em tudo me auxiliou, tornando esta pesquisa possível. Ao Orlando, meu anjo da guarda em Luanda, à Mênia e ao pessoal de casa.

À minha família angolana, por todo o apoio e carinho: Tia Rufina, meu irmão Kassul, Jilson, Mingota, Fatinha e Adriano, D. Teresa e as crianças, Samori e Maiara.

Aos amigos, presentes e solícitos todo o tempo: André Sango, Virgílio Coelho, África Silva, Américo Gonçalves, Joana Maciel, João Belisário e Alcino, que me emprestou o seu lap top, quando o meu pifou.

Com Maria da Conceição Neto tive conversas fundamentais e também muito prazerosas. Jean Michel Mabeko-Tali foi um grande amigo e interlocutor que me socorreu nos (muitos) momentos difíceis e angustiantes do trabalho de campo. João Batista Lukombo me abriu vários caminhos e sugeriu diversas questões. Rosa Cruz e Silva foi extremamente generosa e paciente.

Agradeço o suporte da Development Workshop, através de Mary Daly, que garantiu as minhas visitas ao Bairro do Palanca e a ajuda inestimável de Antônio Kiala (da ACJ) que me mostrou todo o bairro. Também a companhia e a conversa agradável de Drummond Jaime, da Rádio Nacional de Angola.

Em Johannesburg tive a sorte de ter o carinho da minha família angolana adotiva: da mãe, D. Nené, do pai, Sr. Inok, Katilo, Ulika (em memória), Henda, Magui, tenho lembranças de muita tranquilidade e aconchego.

Agradeço a Ben' Ami dos Santos por ter me "emprestado" sua família e a Joaquim Sebastião por sua grande amizade.

No Rio de Janeiro, o amor da minha mãe Isabel suportou todas as minhas ausências. Tive o carinho do meu irmão Samory e da minha cunhada Márcia.

A torcida à distância dos amigos Lúcia Grinberg, Sílvia Carvalho, Ludmila Fróes, Sandra Cutcher e Juliana Johann foi sempre fonte de estímulo.

A Jairo Nicolau dedico meu afeto muito especial pelo importante apoio no período da seleção.

Agradeço ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos e ao seu diretor, Beluce Bellucci pelo apoio à viagem a Angola.

Agradeço a Marcelo Bittencourt pelos incontáveis favores e a Dorival de Castro por ter me auxiliado nas pequenas providências fundamentais.

Em São Paulo contei sempre com bons amigos: Filipe Mesquita, Adailza Dadá Martins, Marcelo Brandão, Ângelo dos Anjos, Janete Baliza, Yara Aguilar e Rosane Borges.

Um agradecimento todo especial vai para Melvina Araújo, Alex Ratts e Ana Paula Miranda, por terem lido pacientemente esta dissertação. Sem suas correções, contribuições e observações este texto não teria sido possível. Com eles tenho dividido as angústias e as alegrias da pesquisa, da reflexão e do amadurecimento. E dividido também muitas risadas.

No Programa de Pós Graduação em Antropologia Social tenho o imenso privilégio de estar entre amigos: Pedro Guasco, Taynar Pereira, Kelly Adriano e Omar Ribeiro Thomaz.

Sou muito grata também à Lourdes e à Odete do Centro de Estudos Africanos, pelos diversos favores, em momentos cruciais.

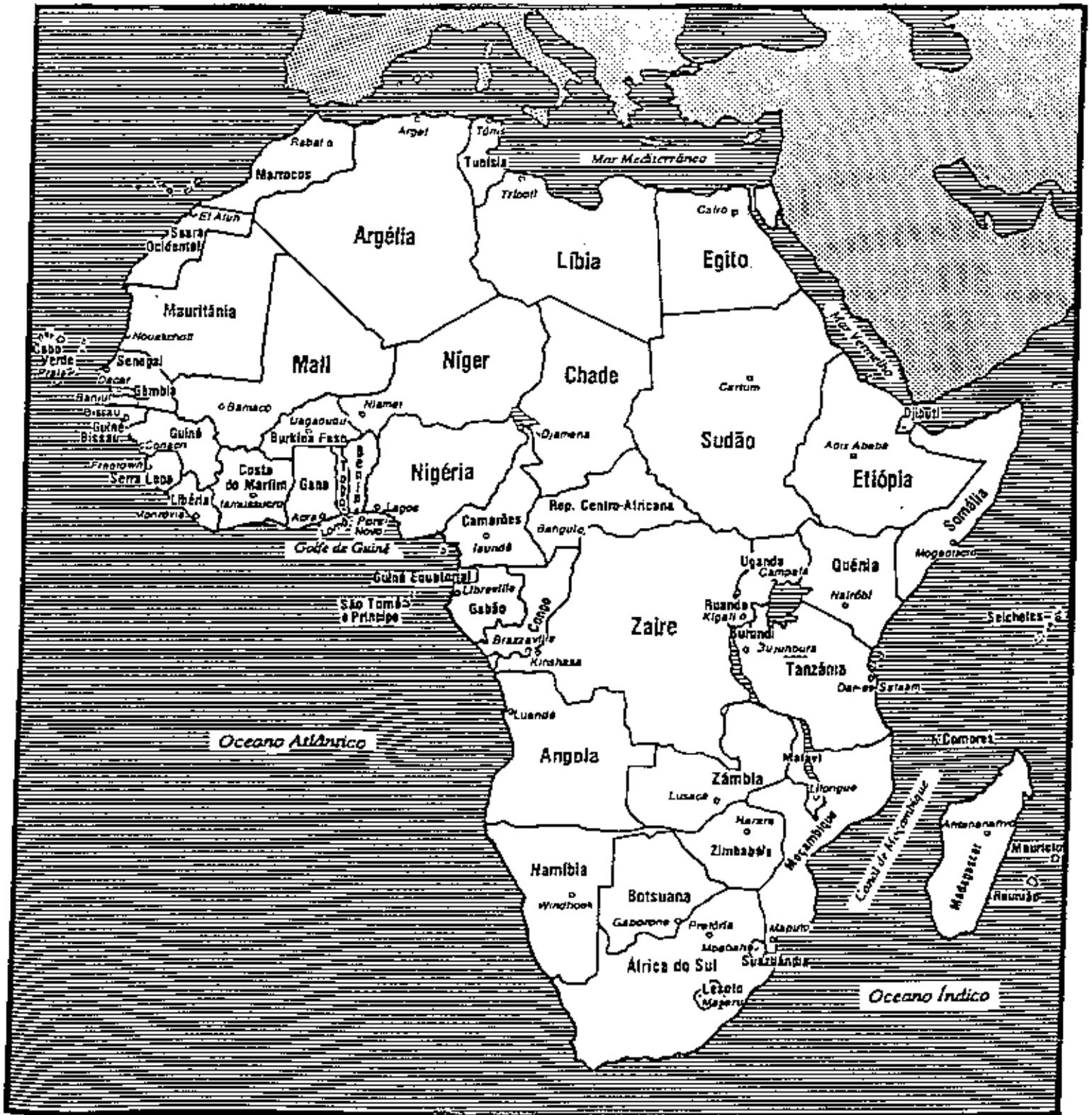
Em casa, o Theo vem aturando com bom humor os meus pitis e destemperos.

Alex Ratts, mais que um amigo, é um grande parceiro com quem espero poder contar sempre.

Agradeço à banca de qualificação, Kabengele Munanga e Sílvia Caiuby Novaes, pela leitura atenta, pelos comentários e sugestões que procurei incorporar na medida do possível.

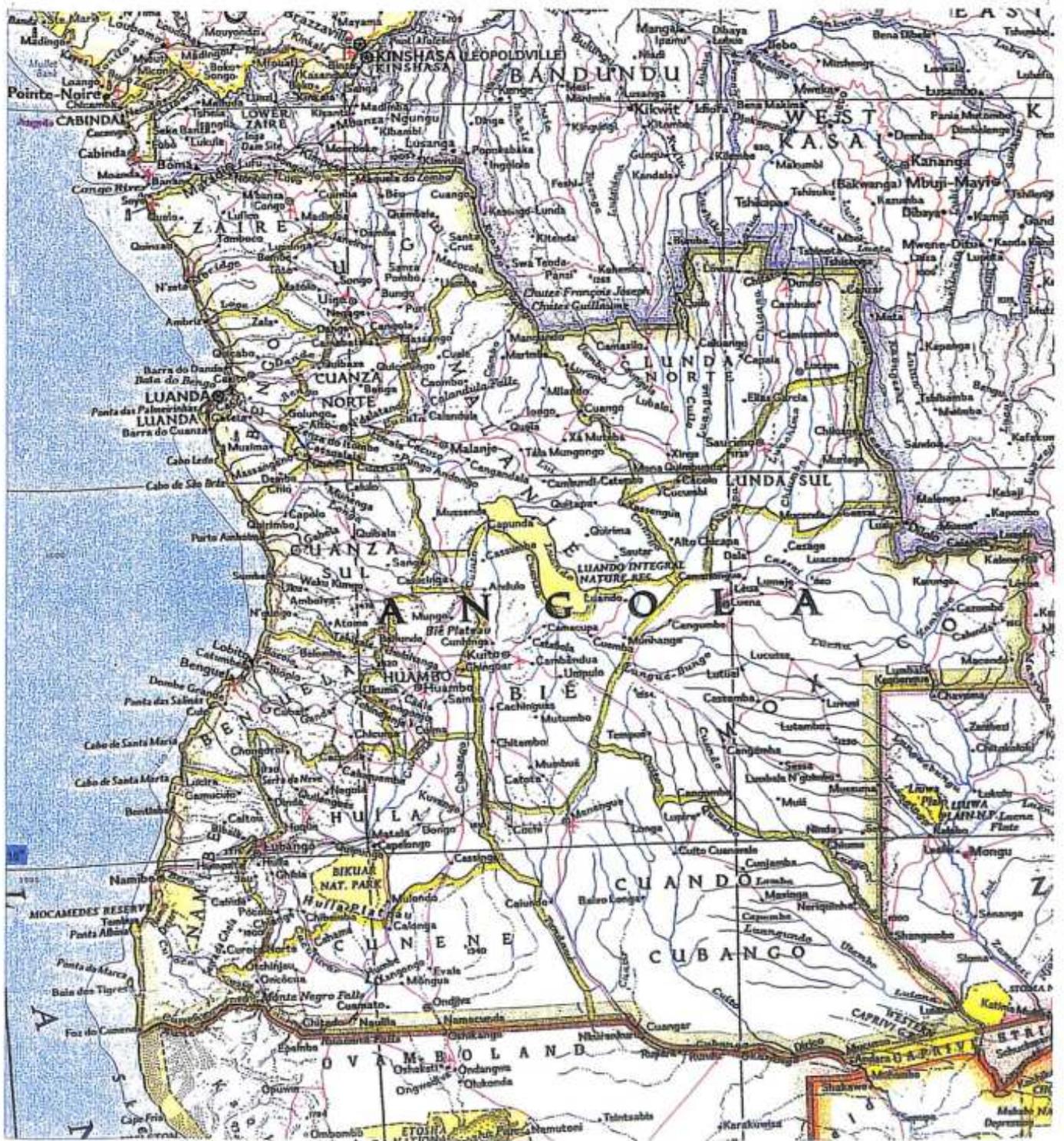
Agradeço ao apoio da FAPESP, que me concedeu uma bolsa de estudos, imprescindível ao bom andamento desta pesquisa.

# África - Mapa Político





# Angola e Sudeste da República Democrática do Congo



Main body of handwritten text, appearing as a list or series of notes.



**Introdução**

## Introdução

Esta pesquisa pretende discutir a inserção social dos *regressados* na cidade de Luanda. Trata-se de um importante contingente da etnia Bakongo, originalmente situada no norte de Angola que, tendo migrado para o país vizinho, Zaire, por migração voluntária ou por exílio permanente (especialmente após o início da guerra anti-colonial, a partir de 1961), retorna a Angola após a independência.

Angola é um país localizado na região austral da África, na costa ocidental. Com uma superfície de 1.246 km<sup>2</sup>, ou 5 vezes o tamanho do Estado de São Paulo, Angola é o 7º maior país da África em extensão. Sua população, estimada em apenas 11 milhões de habitantes<sup>1</sup>, encontra-se desigualmente distribuída pelo território, sendo que 90% desta concentra-se na metade oeste do território e em torno de 50% nas cidades, principalmente na capital, Luanda, que deve ter hoje mais de três milhões de habitantes.

A classificação das etnias em Angola historicamente tem levado em conta o tradicional critério lingüístico. Dessa forma, Angola abriga cerca de 10 grupos étnicos, sendo que os três maiores grupos, Ovimbundu, Ambundo e Bakongo, somam 75% da população angolana<sup>2</sup>.

De colonização portuguesa, Angola tornou-se independente em 11 de novembro de 1975, após 14 anos de guerra anti-colonial, encerrada em 1974 com a Revolução dos Cravos que pôs fim, em Portugal, a 50 anos de regime autoritário. De fins de 1974 a novembro de 1975 teve lugar o governo de transição no qual participaram o novo governo português e os três movimentos de libertação angolanos até então reconhecidos<sup>3</sup>: o MPLA - Movimento Popular para Libertação de Angola; a FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola e a UNITA - União Nacional para a Independência

<sup>1</sup> As estimativas basearam-se no censo de 1991.

<sup>2</sup> Esta população é, quase na sua totalidade, do tronco lingüístico bantu, que predomina na região centro-sul da África. Outros pequenos grupos não-bantu em Angola são os Khun, vulgarmente chamados de bosquímanes, presentes no sul do país.

<sup>3</sup> Pelos portugueses, pela ONU e pela OUA (Organização da Unidade Africana).

Total de Angola. A solução violenta para a libertação do jugo colonial foi comum em países que sofreram uma colonização com povoamento branco e/ou administração direta, caso das cinco colônias portuguesas em África<sup>4</sup>, cuja metrópole recusava-se a uma solução negociada, como aconteceu na grande maioria dos países africanos<sup>5</sup>. Mas Angola encontra sua peculiaridade no fato de que, por diversos motivos, a luta armada foi levada a cabo por três movimentos de libertação, isolados<sup>6</sup> e sem coordenação conjunta, lutando contra o poder colonial e muitas vezes entre si mesmos.

No período do governo de transição, sediado em Luanda, em 1975, ficou clara a impossibilidade dos três movimentos formarem um só governo da nova Angola independente. Iniciou-se então uma guerra civil entre os três movimentos, com participação de forças militares estrangeiras apoiando os diversos lados. A chamada "Batalha de Luanda" foi vencida pelo MPLA, que assumiu sozinho o poder em novembro de 1975. Logo nos primeiros anos do governo do MPLA, que procurou implementar um regime de caráter socialista, teve início a guerra contra a UNITA.

Fenômeno tipicamente inscrito no contexto da Guerra Fria, onde países periféricos buscaram apoio dos dois blocos mundiais hegemônicos e, ao mesmo tempo, refletiam as rivalidades econômicas, políticas e ideológicas destes blocos, o conflito de Angola teve uma dimensão claramente internacionalizada. O regime do MPLA, liderado por Agostinho Neto, contou com o apoio (militar, logístico, técnico e/ou econômico) de Cuba, União Soviética e países do Leste Europeu. A UNITA, liderada por Jonas Savimbi, teve o apoio militar dos Estados Unidos e do regime racista da África do Sul.

O conflito teve uma dimensão regional pelo envolvimento do então Zaire, que anteriormente apoiava a FNLA e depois passou a dar suporte à UNITA, e da Namíbia, cujo território fronteiriço com Angola era ocupado pela África do Sul. A organização que lutava pela emancipação namibiana -

<sup>4</sup> Que foram Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. A colonização portuguesa nestas cinco colônias foi bastante diferenciada, com maior presença de colonos em Angola e Moçambique que na Guiné Bissau, por exemplo.

<sup>5</sup> As colônias africanas de povoamento, de um modo geral, apenas conseguiram sua independência após uma guerra anti-colonial, ou anti-minoria branca ou por meio de uma transição violenta. Este foi o caso, por exemplo, de países como Argélia, Rodésia do Sul (Zimbabwe), Namíbia, Quênia e, com todas as suas especificidades, África do Sul.

<sup>6</sup> Apesar das inúmeras tentativas de unificação entre os movimentos, tentadas pela OUA e outras lideranças africanas.

a SWAPO, que assumiu o poder em 1990, com a independência do país – era aliada do MPLA.

Os Acordos de Bicesse, em 1991, puseram fim à guerra entre o governo e os rebeldes da UNITA. Assim foram marcadas eleições, para a presidência e para o parlamento, para setembro de 1992. Todavia, a UNITA não aceitou a vitória do MPLA, num pleito legitimado pela ONU, e retornou ao conflito armado, desta vez ainda mais aprofundado.

Atualmente assistimos a continuação desta terceira guerra civil, recomeçada após o fracasso dos Acordos de Lusaka (1994) e do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN).

Com o fim da Guerra Fria e os esforços conjuntos empreendidos pelos Estados Unidos e Rússia em busca de uma solução pacífica para Angola, ficou evidenciado o peso dos fatores endógenos para a explicação da crise angolana. Prevaleram, durante as décadas de 60, 70 e parte de 80, análises acadêmicas, especialmente da vertente anglo-saxônica, que ressaltavam a Guerra Fria e a influência das potências mundiais como fatores principais da gênese e permanência da guerra civil em Angola<sup>7</sup>.

Em geral, os fatores endógenos apontados para este tipo de análise restringiam-se ao "fator tribal", como se a "diferença étnica" em si fosse substancialmente suficiente para sustentar uma rivalidade traduzida em guerra, sem o questionamento suficiente das bases sobre as quais a diferença étnica traduzia-se em rivalidade fratricida.

Aos poucos as análises sobre o fenômeno angolano foram dirigindo-se mais para a busca das causas históricas e internas que pudessem dar conta da complexidade do conflito e da dificuldade de sua resolução, sem, é claro, deixar de lado os constrangimentos impostos pelos fatores externos. Entre os principais fatores explicativos do continuado conflito angolano estão a especificidade da colonização portuguesa em Angola e suas transformações no tempo e no espaço; o isolamento do nacionalismo angolano (na sua formação e desenvolvimento), tanto interna quanto externamente; o contexto regional no qual insere-se Angola, tanto da África Austral – área

---

<sup>7</sup> Refiro-me principalmente a Basil Davidson, John Marcum, William Minter, além de outros autores.

de influência sul-africana -, quanto da África Central (proximidade com o Zaire, antigo Congo Belga (Messiant, 1983 e Pereira, 1997).

O quadro de tensão e bipolarização continuado entre o MPLA e a UNITA foi minando a possibilidade de participação de outros grupos na vida política nacional. O fechamento do MPLA, ele mesmo vítima de fortes cisões internas, resultando em expurgos, tentativas de golpe e contra golpes, impossibilitou o debate e a revisão de posições dentro do partido no poder. Prevaleceu o endurecimento doutrinário e político, agravado especialmente em fins da década de 70, depois da tentativa de golpe de estado de Nito Alves (maio de 1977) e, logo em seguida, com a transformação do MPLA em Partido do Trabalho (indicando o alinhamento doutrinário com o tipo de organização leninista).

A distensão do regime evoluiu com as negociações para a paz, começadas em 1988 e completadas em 1991, que exigiram o início de um processo democrático, prevendo eleições presidenciais e a criação de um parlamento multipartidário. As campanhas para as eleições, realizadas em setembro de 1992, permitiram a criação de um grande número de partidos e o nascimento de uma discussão, ainda que incipiente, sobre questões importantes para a sociedade angolana que foram durante muito tempo obscurecidas pela camisa de força da bipolarização.

Uma destas questões diz respeito à diversidade social e cultural da população angolana e sua presença desigual nos setores político e econômico do país. A diversidade étnica e as desigualdades regionais foram temas presentes na campanha eleitoral de 1992. A forma extremamente politizada e agressiva que a UNITA dedicou ao tema provavelmente pode ter lhe custado as eleições, no seio de uma população cansada da guerra, mas sem dúvida este tema veio definitivamente à tona após anos de mascaramento e silêncio impostos pelo MPLA.

Durante todo o período de regime único, a questão étnica e regional fora sempre um tema tabu. Qualquer menção ao fator étnico era tratado pelo Estado/partido como "tribalismo" reacionário, contrário à nação angolana e ao projeto modernizador e socializante que o partido procurava implementar.

A discussão sobre estas questões referem-se tanto aos problemas da desigualdade regional, do ponto de vista econômico, como da inclusão de outros setores da sociedade angolana na vida política nacional. A exclusão de certos grupos e o afastamento de outros do poder, bem como certas justificativas sobre as quais se apoiou a rivalidade bipolar, revestiram-se de um caráter étnico, não raro racial. Porém, as "rivalidades étnicas e raciais" mascaravam concepções divergentes em torno de que bases se deveria forjar a identidade nacional e de quais grupos teriam a legitimidade de defini-la ou representá-la.

Certamente que não se trata somente de concepções em torno da representação da nacionalidade angolana que originam antagonismos que, por sua vez, degeneram em guerra continuada. As análises em torno da luta pelo acesso ao poder devem levar em conta principalmente a distribuição e o acesso aos recursos econômicos. Contudo, estes interesses encontram sua tradução política em termos da legitimidade que buscam os grupos que lutam pelo poder, o que envolve suas auto-representações, suas formações históricas, suas ideologias e o meio cultural em que estão envolvidos.

É sobre diversas concepções de nacionalidade e "angolanidade"<sup>8</sup>, construídas ou esboçadas, de formas diversas, pelos vários grupos angolanos, de acordo com suas diferentes experiências históricas, tanto no processo colonial, como de acordo com o lugar que ocuparam na sociedade independente, que este trabalho quer tratar.

O interesse sobre o grupo de ex-exilados retornados do Zaire reside no fato de que este grupo teve uma longa vivência e socialização no país vizinho, que guarda relações especiais com Angola por diversos motivos. Com mais de uma geração nascida e crescida no antigo Congo Belga, depois Zaire (atual República Democrática do Congo), o retorno de grande parte

---

<sup>8</sup> A noção de "angolanidade" surge no contexto cultural e literário angolano, sobretudo em meados do século XX. Está profundamente relacionada ao nascimento de uma consciência nacional e de resposta ao regime colonial, do ponto de vista cultural, refletindo os movimentos culturais e políticos ocorridos em África no mesmo período (a negritude, o pan-africanismo) e movimentos terceiro-mundistas (a "latinidad"). Todavia existem acepções do termo "angolanidade" mais relacionadas a uma dimensão ideológica que dizem respeito ao processo interno angolano da luta anti-colonial e da construção nacional no pós-independência.

dos exilados não é feito para a região de origem do grupo, o norte de Angola, e sim para a capital do país, Luanda<sup>9</sup>.

A região de Luanda possui certas especificidades na história da colonização portuguesa em Angola. Não se trata apenas do fato da composição etnolingüística da região de Luanda ser majoritariamente Ambundo<sup>10</sup>. Esta região foi a área de ocupação portuguesa mais antiga no país<sup>11</sup>, remontando ao período do tráfico de escravos. A antigüidade da colonização, mais o papel de proa que sempre assumiu na economia colonial, e depois no país independente, fez de Luanda uma região *sui generis* em Angola.

A "sociedade crioula" (que deu origem a um setor importante do que chamo de "sociedade luandense") remete a uma formação social antiga, que vai até meados do século XIX, produzida pelo período do tráfico de escravos em Angola. Neste período, setores da sociedade local de Luanda, Benguela e da região do Rio Kwanza foram responsáveis, em parceria (desigual) com portugueses e brasileiros, pela empresa do trato.

Isso proporcionou a emergência de uma pequena burguesia negra e mestiça angolana que, num amalgamento com o setor branco colonial, produziu uma sociedade original, no sentido social e cultural. Esta sociedade crioula ruiu com a transição do sistema colonial do trato negreiro para a colonização "moderna" portuguesa. Esta nova forma de colonização implicou na prevalescência do poder metropolitano sobre a elite colonial, na forte entrada de colonos portugueses que ocuparam os espaços dos "filhos da terra", com ênfase para o afastamento dos negros e mestiços dos cargos da administração, com a conseqüente perda do seu relativo poder econômico.

Este novo período do colonialismo português em Angola consolidou a centralidade de Luanda como pólo político e econômico da colônia. A alta

<sup>9</sup> Após a independência verifica-se também o retorno de exilados na Zâmbia, fronteira ao leste de Angola e da Namíbia, fronteira sul. Estas regiões, leste e sul de Angola são, contudo, bastante despovoadas e o retorno desta população não tem o impacto do retorno dos angolanos vindos do Zaire, mesmo porque são poucos os que dirigem-se à capital do país.

<sup>10</sup> Também Mbundo ou Mbundu. Usarei o termo Ambundo de forma a não confundir Mbundo com Umbundo, língua dos Ovimbundo, outro importante grupo etno-lingüístico, localizado na região centro-sul de Angola.

<sup>11</sup> Comparável apenas às pequenas áreas litorâneas mais ao sul, como a cidade de Benguela.

taxa de urbanização e grande presença portuguesa (embora com cada vez maior segregação entre africanos e metropolitanos) faz de Luanda uma cidade com forte influência lusitana.

A progressiva perda da matriz africana (ou pelo menos de seus elementos mais visíveis) por parte da população "assimilada" (não branca) e a sua falta de identidade com a população rural são características marcantes da sociedade luandense até o período posterior à independência. Cabe ressaltar também a forte influência urbana da capital sobre toda a região do interior kimbundo (áreas de Malange, Bengo, Kwanza Sul), que faz expandir este modo de vida de forte marca lusitana/crioula.

Por sua vez, as populações bakongo, situadas no noroeste de Angola, foram encontrar sua principal referência urbana em Leopoldville, capital do Congo Belga. De mesma origem, descendentes das populações que formavam o antigo reino do Kongo, as populações Bakongo nunca encontraram na fronteira uma barreira para viagens constantes entre as duas colônias.

Este trânsito transformou-se em exílio permanente, do lado norte da fronteira, com a tomada das terras do norte do país aos angolanos pelos colonos brancos a partir da década de 40, para o plantio do café, e com o início da guerra anti-colonial, a partir de 1961. Estas populações fixaram-se na região do Baixo Congo (área rural) e na capital, Leopoldville, depois Kinshasa, com a independência do Congo/Zaire em 1960. Neste época, Kinshasa era uma cidade com mais de 500.000 habitantes, cifra alcançada por Luanda somente em 1975.

Os exilados que voltaram do Zaire para Angola, nas décadas de 70 e 80 trouxeram, portanto, uma larga experiência numa grande capital africana, de um país independente há mais de 15 anos. Isto redundou, entre outras coisas, na exibição de uma desenvoltura social, sem a memória recente dos constrangimentos da repressão colonial, da qual os angolanos pouco a pouco se libertavam. Também o aprendizado do "débrouillement", isto é, a convivência com a crise econômica, na qual já mergulhara o Zaire independente, que obrigava seus habitantes a recorrerem a "expedientes" e ao setor informal da economia, era pouco conhecido da população

luandense que, mal saída de uma economia colonial fechada, entrava numa economia de estado de tipo socialista.

A presença dos "regressados"<sup>12</sup> em Luanda causou um forte impacto na vida da capital. Por uma série de motivos, que incluíam a situação de instabilidade política do momento da independência – no caso, a rivalidade e o conflito armado entre o MPLA e a FNLA –, as contingências históricas da formação destes dois partidos e o contexto econômico do país após 1975, entre outros, os regressados ocuparam um lugar muito específico na sociedade luandense.

Quer pelo desenvolvimento do comércio informal, numa economia controlada pelo Estado, quer pela entrada de quadros qualificados no setor do funcionalismo público, os regressados demonstraram uma enorme capacidade de adaptação e transformação de suas condições de vida num meio relativamente hostil. Esta hostilidade, que inicialmente devia-se à conotação dos regressados como participantes da FNLA, partido inimigo da maioria dos habitantes de Luanda, que apoiava o MPLA, foi demarcada pela rejeição à introdução de elementos culturais e costumes estranhos à população local.

Delineou-se então um acirramento de certos símbolos e valores entre *regressados* e *luandenses*, guardando o fato de que os regressados formavam um grupo francamente minoritário. A introdução de modos de vida aprendidos no Zaire, e bastante diferenciados da cultura local, acarretou aos regressados o estigma, conferido pelos luandenses, de "estrangeiros" e "zairenses".

A língua portuguesa, que era amplamente utilizada em Luanda ao longo do período colonial e após a independência, e ainda que tenha sido vista como língua de unidade nacional, língua de cultura e do Estado, jamais fora considerada uma língua nacional exclusiva, no sentido de que pudesse definir quem era ou não angolano a partir da competência do seu uso. Em Luanda, a partir da entrada dos regressados, que tinham como língua principal não o kikongo, língua materna Bakongo, mas o lingala,

---

<sup>12</sup> Discutirei este termo mais adiante.

língua veicular de Kinshasa, o português passou a ser usado pelos luandenses como um demarcador de nacionalidade e de "angolanidade".

Decorrente dessa postura, outra veio a ser a resposta dada pelos regressados na sua busca de se situarem como pertencentes à mesma "nação". Houve a reação de considerar a cultura bakongo/regressada como a autenticamente "africana" em oposição à luandense, "crioulizada", "destribilizada" e "lusitanizada".

No contexto político angolano, a noção de crioulo foi assumindo um perfil sócio-econômico e racial, identificando-o, no discurso de alguns setores de oposição, como um grupo de "mulatos" que ocupa os mais altos escalões de poder e do funcionalismo público. O caráter de "destribilizado", longe de ser um fator de afirmação de nacionalidade, do ponto de vista dos regressados foi encarado como de uma africanidade insuficiente, ou seja, teria faltado aos luandenses o ingrediente, a categoria obrigatória da africanidade, que seria o pertencimento étnico (Pereira, 1998,157).

O confronto político-cultural entre luandenses e regressados é, sobretudo, um confronto entre dois tipos de vida urbana: a de Luanda e a de Kinshasa. A reivindicação de maior "africanidade" feita pelos regressados Bakongo não se dá num apelo à uma africanidade rural (tal como faz Savimbi, líder da UNITA, por exemplo). Tanto a "africanidade" bakongo/zairense/regressado, como o orgulho "nacional/moderno" propagado pelos luandenses são evocados num quadro de vivência urbana de pelo menos mais de duas décadas para cada um dos dois grupos.

A relação regressados X luandenses está longe de ser a principal contradição identitária da sociedade angolana, que ainda permanece presa à bipolarização entre as duas maiores forças político-militares do país: o governo, comandado pelo MPLA, e o partido armado da UNITA, expressa na continuada guerra civil. Contudo, penso que as contradições "secundárias" desta sociedade, que tornam-se mais evidentes no contexto da capital, dizem muito a respeito de outras formas possíveis (e nem sempre violentas) pelas quais esta sociedade é capaz de gerir seus conflitos e de como o exacerbamento do conflito central vem obscurecendo e adiando a resolução de outras questões importantes para a viabilidade social e cultural de Angola.

Minha hipótese inicial era a de que, com o processo de democratização, emergiriam novas forças políticas e culturais a procura de espaço, obrigando a criação de novas fórmulas políticas e institucionais para o gerenciamento destas forças, o que cederia espaço a uma concepção de nação e de sociedade angolana mais inclusiva. Infelizmente esta hipótese está, não descartada, mas adiada para uma próxima investigação, contando ainda com o renascimento do processo de pacificação e democratização.

Nesta etapa, o objetivo desta dissertação é fornecer uma análise da inserção do grupo regressado no contexto luandense e dos elementos mais importantes originados do jogo de identidades entre este grupo e a sociedade circundante de Luanda. Os dados recolhidos em campo, concernentes às formas peculiares de organização interna do grupo regressado, poderão apontar para novas formas de sociabilidade e de convivência entre os dois grupos. Também há referências às transformações internas ao grupo regressado, ocorridas ao longo do tempo, de acordo com as transformações ocorridas na própria Angola.

### Referências Teóricas

Esta dissertação procura tratar das questões em torno da formação e da mudança das identidades sociais. Podemos desdobrar o conceito de identidade em duas chaves principais e interdependentes, presentes neste trabalho: a identidade étnica e a identidade nacional. Assistimos, neste caso, a emergência de uma nova identidade étnica (diferente do pertencimento anterior, o grupo Bakongo, ainda que não descolado deste) num contexto pós-colonial. Esta identidade surge concomitante, e profundamente ligada, ao processo de formação da identidade nacional angolana.

As disputas em torno destas identidades, não somente entre os grupos aos quais faço referência – regressados e luandenses –, mas considerando também todo o contexto nacional e internacional que envolve a história angolana, trazem diversos elementos em transformação. Compreendendo a necessidade de lidar com um fenómeno complexo, onde é preciso dar conta

de fatores internos e externos aos grupos faz-se necessário operar com um arcabouço conceitual o mais preciso possível, mas que dê conta de fenômenos dinâmicos, históricos e jamais essencializados.

A Antropologia Social tem produzido reflexões consistentes em torno dos conceitos de *etnicidade*, *identidade étnica* e *nacionalismo*. Não se pode perder de vista, todavia, que as reflexões vindas da História têm também um lugar importante nesta discussão.

Sendo impossível dar conta da maior parte das discussões já feitas sobre estes três conceitos, pretendo aqui apresentar um balanço de algumas das minhas leituras em torno destes temas e fazer algumas escolhas, se não definitivas, mas ao menos na direção que julgo mais frutífera para a análise deste tipo de fenômeno.

Os estudos de etnicidade tiveram sua primeira grande transformação em fins dos anos 60, com a publicação organizada por Fredrik Barth, "Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras" (1969). O principal mérito desta publicação, evidenciada em sua introdução, é a separação entre etnia, ou grupo étnico, e cultura. A partir deste trabalho, os grupos étnicos puderam deixar de serem compreendidos como coletividades naturalmente portadoras de uma cultura específica e inalterável, ou uma coletividade que, caso perdesse certos traços culturais constitutivos, estaria em risco de desaparecer enquanto grupo diferenciado.

A separação de definição de grupo étnico do seu estoque cultural possibilitou que a identificação dos grupos étnicos não se realize apenas pela avaliação de traços culturais ou de mecanismos tradicionais de perpetuação (definição "objetiva"). Assim, o grupo étnico passa a ser definido com referência a sua auto-identificação, a partir de, e em relação à identificação que dele faz outros grupos com os quais tem contato. A ênfase recai, portanto, para os aspectos relacionais da identificação étnica, ou seja, a identidade emerge fundamentalmente da situação de contato, seja com grupos de mesmo tipo ou com grupos ou sociedades circundantes ou hegemônicas. É a percepção da diferença e não a diferença objetiva de traços culturais (como língua, religião, origem comum, costumes) que define o grupo étnico como tal. Nesta nova visão, o conceito de cultura

passa a ser visto menos como traços ou elementos significativos em si, mas como a forma de agenciamento destes traços<sup>13</sup>.

A desnaturalização da noção de grupo étnico traz para a análise diversas vantagens: dá conta dos aspectos dinâmicos da transformação das identidades e dos grupos em relação, considerando principalmente a dimensão conflituosa destas relações; refuta a idéia de que existam grupos ou sociedades isoladas que, sem contato com outros grupos, possam criar e perpetuar traços culturais essenciais; e permite a compreensão da persistência de grupos que, por diversos motivos, pudessem ter perdido muito de suas características culturais anteriores.

Para a situação de rápida transformação pela qual passavam sociedades africanas e asiáticas em vias de descolonização, com a organização dos novos Estados, as novas teorias sobre grupo étnico e sobre os fenômenos de etnicidade permitiram dar conta destes processos de reconfiguração destes grupos para si e com relação aos novos poderes constituídos após as independências. O clássico estudo de Abner Cohen sobre os Haussa na cidade de Lagos (Nigéria) é famoso pela compreensão de grupo étnico como grupo organizacional, ou grupo de interesse (Cohen, 1969). O autor defende a existência de processos de destribalização (perda dos laços e lealdades tradicionais, frente ao processo colonial e de urbanização) e retribalização (fenômeno eminentemente urbano de reorganização de grupos sob base étnica para defenderem interesses frente ao poder colonial ou aos novos estados pós-coloniais).

Os processos de retribalização assistem a utilização de traços culturais fora de seu contexto de origem, de forma a marcar uma identidade de grupo frente aos outros: grupos, sociedade circundante e Estado. Assim, opera-se uma transformação do significado destes traços, que adquirem sobretudo um sentido político, com vistas a conquistas de vantagens, sejam econômicas, políticas, simbólicas ou outras.

É no aspecto relacional da identidade, operada contrastivamente (politicamente), com a "manipulação" de elementos culturais, tornados "sinais diacríticos", que faz sentido o conceito de etnicidade.

---

<sup>13</sup> Dominique Gallois apud Araújo (1998, 174).

O fenômeno da etnicidade exige uma abordagem dinâmica, através de uma análise prioritariamente processual. As tentativas de introdução de instrumentos analíticos, como "sistema étnico" ou "sistema interétnico", foram fundamentais para sua compreensão, nos contextos agudos da emergência de grupos e situações de conflito. Por outro lado, a ênfase no caráter contrastivo e conflitivo de identidade enfatizaram demasiadamente a sua dimensão "instrumental". As análises "instrumentalistas" (uma radicalização da vertente "circunstancialista", onde Cohen seria o exemplo mais visível) concentraram-se na mobilização da retórica - ideologia - e de elementos culturais recontextualizados para a defesa prioritária de fins, políticos ou econômicos. Esta concepção pragmática fez perder de vista a importância e os sentidos da emoção, da afetividade, da ressignificação cultural, da memória coletiva e dos aspectos de continuidade, esvaziando, por assim dizer, a própria noção de cultura como organizadora prioritária da ação social<sup>14</sup>.

A visão "circunstancialista" da etnicidade tornou excessiva a ênfase na análise das relações delimitadas pelas fronteiras, dando pouca atenção ao que acontece dentro das fronteiras, ou seja, a constituição do grupo em si, suas clivagens, hierarquias, diferenças. A noção de fronteira pode sugerir uma certa unicidade da consciência interna ao grupo, ou da sua ação, o que somente pode aparecer como real nas situações de conflito agudo. As situações de crise, embora sejam as mais interessantes para a análise, não são as mais constantes na vida dos grupos.

É necessário ressaltar também que as identidades que são delimitadas por fronteiras podem ser de outros tipos, e não necessariamente étnicas. Muitas vezes as identidades étnicas se sobrepõem a identidades de outras ordens (religiosas, de gênero, de geração, regionais) e as obscurecem em demasia, especialmente nas tais situações de crise ou conflito.

Outro problema desta análise ("circunstancialista") é sofrer de uma certa circularidade. Se os grupos étnicos só o são em oposição, o que fazia eles serem grupos em si antes da emergência desta oposição? Como denominaríamos as formas de pertencimento e de sentido de grupo

<sup>14</sup> Sobre as críticas ao esvaziamento dos fenômenos de etnicidade das suas dimensões culturais ver Caiuby Novaes (1993).

anteriores? O que havia antes da consciência de serem um grupo por oposição a outro? A emergência de uma situação de etnicidade (da politização ou de conscientização do grupo) deve dar mais importância ao processo histórico de formação destes grupos, para não recair na anterior perspectiva naturalizante dos grupos étnicos. Daí a importância da atenção às dimensões internas do grupo tratado.

Uma outra forma de abordar os temas da etnicidade é a que volta-se mais para a problematização da consciência étnica, ou seja, "lança um olhar crítico à noção de identidade étnica em si mesma" (Govers e Vermeulen: 1997). A discussão, nesta perspectiva, desloca a ênfase dos aspectos da organização para as análises em torno da "construção social das identidades". Esta abordagem acredita que a partir da compreensão destas construções (representações sociais) pode ser possível lançar luz à ação efetivada por estes grupos de uma forma mais crítica e abrangente.

O campo privilegiado desta abordagem será, portanto, os discursos sociais e o papel desempenhado pela ideologia. São enfatizados os aspectos de descontinuidade, mobilidade e ambivalência. Ganham importância os processos e divisões internas dos grupos étnicos e a variabilidade de formas com as quais estes diversos setores podem pensar e agir em torno de uma mesma identidade étnica.

As dimensões da consciência, do discurso e das representações sociais sobem assim para o primeiro plano da análise. Mais do que o que a consciência étnica promove, ganha importância a sua própria historicidade, seguindo, obviamente, o pressuposto da sua desnaturalização. A preocupação com o discurso e com a reconstrução do passado tem em vista a dimensão política da consciência étnica. A análise da construção da história do grupo deve sempre ter em mente o papel do "presente" na organização da memória do grupo. Contudo, podem se gerar certas "perversões" neste tipo de análise: tornar equivalente história e mito e presumir a identidade étnica como ideologia e construção social, no sentido de ficção ou "falsa consciência", obscurecendo os seus fatores objetivos e de continuidade. A ênfase no aspecto fugaz e fragmentário da consciência étnica, evidenciado pela história, pode perder de vista a dimensão

estrutural da organização dos grupos étnicos, deslegitimando as demandas de certos grupos em prol de uma "objetividade" inalcançável.

Uma das formas de não incorrer num possível relativismo decorrente da ênfase na análise discursiva – uma interpretativismo em demasia – pode ser alcançado através da atenção constante aos processos sociais e econômicos das relações interétnicas, ou seja, dando relevo ao contexto no qual se observa o fenômeno.

As discussões em torno da etnicidade estão profundamente relacionadas ao problema da constituição dos Estados nacionais e da (necessidade de) construção da identidade nacional. A tênue linha que separa a definição de grupo étnico e de nação, além das políticas empreendidas pelo Estado nacional para dar conta da diversidade de sua população – em seus vários aspectos – são alguns dos problemas fundamentais da atualidade.

Do mesmo modo que etnia e grupo étnico, o conceito de nação também tem sido abordado por diversos autores como uma construção social e, portanto, histórica, sendo recusada a mesma visão naturalizante atribuída ao grupo étnico. "Comunidade imaginada" é a feliz expressão de Benedict Anderson (1989) para expressar a nação que, recusando tanto a concepção essencialista como a visão de fundo marxista (que imputa à identidade nacional um caráter de falsa consciência), procura compreender o fenômeno da consciência nacional um pouco como se procura compreender "os fenômenos de parentesco e religião" (Anderson: 1989; 14). Isto significa um tipo de preocupação eminentemente antropológica onde "as comunidades não devem ser distinguidas pela sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas" (idem, 15).

Outros autores como Anthony Smith (1991), Ernest Gellner (1983) e Eric Hobsbawm (1990) apontam para uma percepção crítica do nacionalismo, sua emergência no período contemporâneo da história mundial (a partir de fins do século XVII, com a hegemonização do sistema capitalista). Identificam seu auge na segunda metade do século XIX e percebem fortes transformações do seu sentido a partir da década de 1980, com os fenômenos de globalização econômica e cultural e o esgotamento de suas pretensões de homogeneização e de exercício de soberania territorial.

que o Estado nacional, principal ator da "era do nacionalismo", parece não ter mais forças para levar a cabo.

As origens do nacionalismo são identificadas por estes autores de diversas maneiras. Embora não discordem de alguns elementos básicos, eles dão pesos diferenciados a certos elementos como fundamentais para a constituição do Estado nação. Gellner, por exemplo, enfatiza o papel das elites letradas na consecução do projeto nacional e o papel do Estado e das instituições públicas de uniformização (a educação pública principalmente) para o sucesso da empresa nacional. Já Hobsbawn enfatiza a importância da concepção de economia nacional dentro do ideário liberal de nação como progresso (que supõe economias auto-suficientes e soberanas numa ordem mundial de livre concorrência) para a consolidação do mundo de nações sob a hegemonia do modelo ocidental. Ambas as explicações perdem em capacidade elucidativa quando passam para a análise do fenômeno do nacionalismo nas regiões não hegemônicas do planeta (América Latina, África e Ásia) permeadas pelo dilema pós-colonial. B. Anderson, por sua abordagem mais processualista (ao contrário do esforço de Gellner por estabelecer tipologias) e sua experiência de pesquisa na Ásia, foi mais capaz de dar conta da multiplicidade do fenômeno do nacionalismo no tempo e no espaço.

Podemos identificar no processo histórico de formação dos Estados nacionais duas formas de conceber o modelo de Estado nacional e a adesão a ele. Uma, é a nação construída como uma comunidade política no sentido cívico-territorial, ou seja, a idéia de adesão ao Estado nacional pelas suas instituições públicas, pela existência de um território limitado, onde se estabelece a soberania e o exercício da cidadania. Outra forma é conceber a nação como uma comunidade cultural no sentido étnico e de ancestralidade. Aqui a definição de nação é muito próxima da de etnia ou grupo étnico, através da metáfora do parentesco, da origem comum de seus componentes, de uma cultura partilhada, onde a língua assume um papel proeminente. Certas comunidades culturais são tornadas nacionais - ou seja, adquirem uma organização política estatal - pela existência de uma série de elementos, tais como a presença de uma elite letrada, a participação num processo de industrialização e outras contingências

históricas que fizeram possível certos grupos terem "direito" a um Estado, enquanto outros povos permaneceram debaixo do um teto político junto com outros agrupamentos culturais diferentes.

Empiricamente verificamos uma profunda imbricação das concepções de comunidade política e comunidade cultural na formação de todos os Estados nacionais. Todavia, o peso relativo de uma ou outra concepção na ideologia de Estado vai influir no tipo de tratamento conferido à diversidade objetiva ou presumida existente no território nacional.

Nas nações organizadas com uma forte ênfase na idéia de um povo comum, uma concepção étnica ou cultural de nação, os grupos que não atendem a esta prerrogativa são facilmente identificados como minorias nacionais, sobre as quais incide uma grande pressão no sentido da exclusão ou da marginalização. Já nas nações fundadas na concepção cívico-territorial de adesão ao Estado nacional - caso das nações de origem revolucionária ou pós-coloniais - há um maior interesse nas políticas de assimilação ou integração de forma a diminuir o impacto da diversidade mais evidente destas populações.

A forma recorrente de atuação destes Estados nacionais de fundo cívico é a intenção da diminuição, no espaço público, das reivindicações de base cultural dos grupos, com as tentativas de relegar estas diferenças para um espaço privado ou folclorizado da existência social. A ideologia da adesão cívica ao Estado nacional assume o mesmo papel - de exclusão de outras formas culturais da vida pública - do discurso nacionalista de base étnica ou racial - que retira da esfera política os grupos que não pertencem à "comunidade de sangue", esta, a única merecedora do controle do Estado. Assim, o principal problema colocado pela identidade nacional e sua construção é um tipo específico de homogeneidade que pretende alcançar, a ênfase, os sentidos e critérios dados a esta homogeneidade e a disputa sobre quem define estes critérios.

A formação do Estado nacional passa, portanto, pela adoção de certos elementos - valores, instituições, mitos - a serem mais ou menos partilhados por todos os indivíduos do conjunto nacional. A adoção de certos elementos e a eliminação de outros definem, por inclusão e exclusão, os grupos mais ou menos pertencentes a "comunidade nacional".

A concepção de projeto (e de progresso) é outra ideologia fundamental da construção nacional, que procura diferenciar as concepções de etnia da de nação. A noção de projeto vai estar especialmente relacionada com a emergência dos Estados pós-coloniais e supõe a superação da dominação política, da dominação econômica e também a superação de antigas lealdades (aqui estamos falando das lealdades étnicas e "tradicionais") em prol de uma visão modernizante e desenvolvimentista.

As idéias de *projeto* e de *superação* (neste caso, sobretudo, do subdesenvolvimento) veiculada pelos novos países do então chamado Terceiro Mundo parecem aproximar-se do modelo cívico territorial<sup>15</sup> predominante na Europa Ocidental e Estados Unidos. Mas, na prática, as novas unidades territoriais, assimilacionistas e integradoras pela via da modernização e da educação à ocidental, esbarraram tanto na fórmula política adotada para esta tarefa, como pelo fracasso de uma condição fundamental que permitiu o sucesso do modelo do Estado Nacional na Europa e nos Estados Unidos: a auto-suficiência econômica como possibilitadora de soberania<sup>16</sup>.

A fórmula política adotada pela maioria dos Estados pós-coloniais foi a centralização política onde os Estados foram capitaneados pelas elites ou por setores de elites educadas à ocidental. Se, por um lado, isto fez seguir o modelo da emergência de qualquer um dos Estados nacionais, onde as elites letradas foram as organizadoras do processo num primeiro período, por outro, o fechamento da esfera política fez reproduzir o modelo de dominação do período colonial (de reprodução de desigualdade regional, de produção setorizada dos quadros do Estado), bem como provocou mais instabilidade, entre outras coisas, pela emergência de um grupo social até então inexistente na antiga ordem colonial: os militares.

A mistura de fracasso econômico, centralização política, marginalização de grupos e poderes tradicionais e pressão de grupos (novos e antigos) para o acesso ao poder, além da configuração regional que estas

<sup>15</sup> Considerando ainda que, por um acordo dos países que estavam em descolonização, as fronteiras coloniais foram mantidas inalteradas, com pouquíssimas exceções.

<sup>16</sup> Cabe acentuar que este projeto nacional pós-colonial foi, por sua vez, feito sob o legado de um projeto anterior, o colonial, definido e organizado de um centro exógeno, a metrópole

desigualdades assumem e são reproduzidas, fizeram com que a instabilidade decorrente desse sistema nefasto adquirisse aspectos de instabilidade étnica.

Isto não significa afirmar que os conflitos, especialmente em África, sejam apenas de ordem econômica e não étnica, ou que a desigualdade política verificada não tenha também um caráter étnico. Pretendo, no entanto, ressaltar outros elementos, não étnicos, que estão envolvidos na crise permanente que se verifica nos países do antigo terceiro mundo. Mais do que isso, chamo atenção para a complexidade do fenômeno que, muitas vezes, somente em última instância pode se caracterizar como um conflito étnico.

### O Campo

O trabalho de campo foi realizado em Luanda, entre os meses de maio e agosto de 1998. Uma autorização do Ministério de Assistência e Reinserção Social, MINARS, tornou possível a entrada no país.

Nesta primeira viagem a Angola tive como um dos objetivos compreender a organização espacial da cidade, conhecendo tanto o centro da cidade como os bairros mais afastados, dentre os quais, os bairros de predominância de regressados. Também visitei os diversos mercados livres da cidade.

Procurei entrar em contato com os moradores destes bairros. O bairro do Palanca foi o escolhido para a maior parte das minhas visitas por ser o bairro mais próximo do centro e também o bairro "regressado" mais famoso. As idas ao bairro foram possíveis pela ajuda das Organizações-não-governamentais, Development Workshop e ACJ.

Procurei também compreender como é que os dois grupos que tomei para análise, que chamo de "regressados" e "luandenses", este considerando a sociedade mais ampla da capital, percebiam, descreviam e

---

européla. A nação pós-colonial, portanto, vai ser pensada a partir de uma configuração territorial e um aparelho de Estado já esboçado pelo poder colonial.

identificavam um e outro grupo. Para tal, foram necessárias muitas conversas com os moradores da cidade, desde as pessoas próximas, amigos, os moradores dos bairros distantes como os do centro. Foram procurados também alguns professores e pesquisadores, sobretudo aqueles que vêm se dedicando ao estudo sobre os Bakongo na atualidade.

Algumas poucas entrevistas formais foram realizadas, na medida em que nem sempre era interessante ou possível tornar sistemáticas conversas informais, estas às vezes bastante reveladoras, ainda que fragmentárias, dos aspectos que envolvem os dois grupos.

Foi feita também pesquisa em jornais, bem como no MINARS, em busca de documentação sobre o retorno deste contingente. Porém a morosidade das instituições públicas – também incluo aqui a pesquisa na Rádio Nacional de Angola – frustraram este aspecto da pesquisa.

### A dissertação

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo busca fazer um pequeno e incompleto retrospecto da história angolana com dois objetivos: primeiro, identificar na história angolana até o século XIX as origens do grupo que passo a chamar de *luandense*, que do ponto de vista histórico e cultural estão na sociedade crioula formada sobretudo em Luanda. O outro objetivo será o de compreender a inserção do grupo etnolingüístico Bakongo no sistema colonial para, a partir daí, entender as circunstâncias da formação do grupo regressado e do seu legado histórico.

Considero que o acompanhamento histórico é fundamental para percebermos os lugares de onde falam os dois grupos em questão, de onde se originam seus discursos, como são informadas suas ações e percepções, de si, do outro e do mundo a sua volta. A situação do nacionalismo tripartido e os alinhamentos políticos aos quais, voluntária ou involuntariamente, cada grupo está ligado ou é pelo outro referido são fatores determinantes para a compreensão deste fenômeno.

O segundo capítulo dedica-se à cidade de Luanda. Aqui pretendo fazer uma descrição possível da cidade procurando entender (e fazer entender) as origens, o lugar e a amplitude do mercado paralelo/informal na economia angolana, na qual se inserem os *regressados*. Também achei interessante seguir, ao longo da história, as mudanças ocorridas da cidade, do ponto de vista da sua organização espacial que acompanharam de perto as transformações econômicas e sociais ocorridas em Angola.

Procuo fazer uma pequena comparação de Luanda com a cidade de Kinshasa, e por meio desta uma comparação com a colonização belga no Congo, com a intenção de fornecer mais elementos sobre estas diferentes vivências urbanas, que se encontrarão posteriormente em Luanda.

O terceiro capítulo procura finalmente dar conta do grupo regressado, da sua trajetória e das suas diferentes formas de inserção na cidade de Luanda. Início com uma pequena descrição do bairro do Palanca, com a intenção de apresentar as organizações internas e a vida social do mais famoso "bairro regressado", comum também, ainda que em menor escala, aos outros bairros regressados.

Este capítulo também busca discorrer sobre as "diferenças" entre regressados e luandenses, por meio de quais valores e processos elas são construídas em cada grupo. A análise se detém sobretudo na questão lingüística, sendo que o Estado tem aí um importante papel.

No quarto capítulo, procuro abordar a questão da etnicidade e do conflito que, com a falência do processo de democratização, em fins de 1992, teve seu auge no evento da "Sexta-feira Sangrenta", em janeiro de 1993. Neste momento, são atualizados os estigmas e os estereótipos de parte a parte, bem como são manipulados os elementos que conferem as identidades a cada grupo em contraposição ao outro, tendo em vista concepções de pertencimento nacional diferenciados. Pretendi também, neste capítulo, lançar luz à complexidade do grupo regressado e a sua diversidade interna.

**Capítulo 1**

**Angola: Pequeno Histórico**

## Capítulo 1

### Angola: Pequeno Histórico

A presença portuguesa no território africano que posteriormente veio a ser Angola remonta a 1483, quando da chegada de navegadores portugueses na foz do Rio Zaire. Os primeiros contatos dos portugueses com o Reino do Kongo, cuja influência abrangia a região que hoje comporta o noroeste de Angola, sudoeste do dois Congos e sul do Gabão, foram inicialmente de parceria. As relações comerciais, que incluíram a conversão da elite real ao catolicismo e trocas de emissários e sacerdotes, acabaram por provocar a desagregação do Reino do Kongo em poucas décadas, por causa do intenso tráfico de escravos.

O progressivo controle do comércio negreiro nas mãos dos portugueses fez deteriorar o controle real, sediado em M'Banza Congo (atualmente na província angolana do Zaire). A intensificação do tráfico provocou a fragmentação do comércio nas pequenas unidades ao longo do território, autonomizando cheferias antes tributárias ao rei. Esta desagregação chegou a atingir populações diretamente ligadas ao núcleo real, que foram deportadas como escravas (em vez de atingir apenas as populações subordinadas)<sup>17</sup>.

Com a mudança do centro comercial negreiro para Luanda, o Reino do Kongo passou rapidamente da decadência ao ocaso. Angola, entre os séculos XVI e XIX, serviu, para os portugueses, basicamente como fornecedora de mão-de-obra escrava para o Brasil e Antilhas.

Somente depois da perda da colônia brasileira é que, em meados do século XIX, os portugueses voltaram seus olhos para as terras africanas, onde tinham, até então, um domínio muito restrito ao litoral, com pouquíssima penetração para o interior.

A economia do tráfico era ainda predominante, com a participação de portugueses, brasileiros e uma importante camada de empreendedores e intermediários locais. Uma parte significativa destes últimos formou uma

---

<sup>17</sup> Sobre o Reino do Kongo ver Balandier (1963, 1965).

enriquecida classe comerciante nativa, que cumpriu um papel importantíssimo na Angola do século XIX. Esta camada de brancos não metropolitanos, mestiços e negros eram auxiliares e participantes da colonização portuguesa, chegando a ocupar os postos médios da administração, exército, igreja e comércio.

A fragilidade da empresa colonial portuguesa não era capaz de assumir sozinha a complexa empresa do tráfico, que exigia extensas redes de intermediários no interior, apoio militar, trocas comerciais, além da base no litoral. Esta rede de apoio ao tráfico, bem como a ocupação militar e administrativa de Angola foram cumpridas por esta camada intermediária local.

Este grupo formou a base do que chamel, na introdução, de sociedade crioula. Um grupo, ainda que internamente bastante diferenciado, que criou uma sociedade original, no sentido de ser fruto de relações econômicas e de contatos sociais e culturais bastante específicos. Por sociedade crioula refiro-me<sup>18</sup> a um grupo social que é resultado do amalgamento de elementos culturais de dupla herança: ocidental e africana.

As marcas mais evidentes da crioulição desta sociedade verificavam-se pelo uso e difusão do kimbundo como língua de uso doméstico e língua franca no comércio do interior, pela formação de famílias mistas, pela convivência inter-racial (não supondo obviamente a ausência de conflito racial ou inexistência de hierarquias com base racial). Há também a adoção de usos e costumes africanos (que muitas vezes tinham lugar na esfera pública) tais como as relações sociais e econômicas apoiadas na perpetuação da família extensa de tipo africano (embora com o sistema de herança ocidental). O aprendizado do português e dos costumes metropolitanos deu um forte sentido de enraizamento desta população e falta de identidade desta com o resto do território, majoritariamente rural,

---

<sup>18</sup> A partir da leitura de Conceição Neto (1997), Jill Dias (1984) e Pepetela (1993 e 1994). Sobre a formação da sociedade crioula foi Mário António Oliveira (1962) quem primeiro cunhou o termo "crioula" para designar esta formação social, cujo auge remonta ao século XIX. Contudo, não vou me aprofundar neste fenómeno, muito menos acompanhar, neste momento, as inúmeras discordâncias, teóricas e políticas, quanto ao uso e extensão do conceito de crioulo. Adoto assim uma definição extensa, mais ou menos consensual, apoiada nas características mais "visíveis" do grupo crioulo, atentando sobretudo para as causas econômicas de sua formação e para os aspectos culturais que persistiram após a decadência econômica deste grupo.

que na época ainda não tinha sido integrado completamente ao sistema colonial (Dias, 1984).

Sociedade crioula contudo não deve ser tomada pelo seu setor mestiço, ou definida pela mestiçagem e famílias inter-raciais<sup>19</sup>, realmente existentes. Também não é apenas uma questão de influência cultural a qual todas as sociedades são submetidas em maior ou menor grau ao longo do tempo. A sociedade crioula encontra sua particularidade pelo processo econômico do qual nasce, sendo limitada espacial e historicamente (Conceição Neto, 1997).

#### *Fim do tráfico e a decadência da sociedade crioula*

As primeiras grandes mudanças em Angola aconteceram após a independência do Brasil. A sentida perda fez com que Portugal percebesse que as colônias africanas deveriam ser mais e melhor exploradas. Contudo, a fragilidade de Portugal (de meios financeiros e sobretudo humanos) em organizar uma empresa exploradora fez com que este projeto fosse constantemente adiado.

A independência brasileira não significou de forma alguma um corte nas relações comerciais entre América e África. Ao contrário, serviu de inspiração para a camada comercial local em suas primeiras reivindicações autonomistas, demonstrando a crescente insatisfação quanto ao domínio português, que buscava cada vez mais retomar o controle comercial e, mesmo débil em modernizar e desenvolver a colônia, era desatenta e indiferente aos interesses da burguesia comercial autóctone.

O grupo "crioulo" vai sofrer seu primeiro grande golpe econômico com a ilegalidade do tráfico de escravos em 1836. Ainda que o tráfico só tenha terminado de fato na década de 1880, a repressão e a transferência do escoamento dos africanos para portos clandestinos mais ao sul (Benguela, Lobito) obrigou a elite comercial, sobretudo a da capital, a diversificar suas

---

<sup>19</sup> Ocorrida especialmente pela ausência de mulheres brancas na colônia até o século XX.

atividades, com a exportação de produtos como a cera, o marfim e a borracha, onde, porém, obteve menos sucesso<sup>20</sup>.

A grande dificuldade em operar essa "viragem" e a mudança de rumo que Portugal imprime no comando das colônias foram o começo do período de decadência da sociedade crioula, de sua perda de proeminência política, econômica e social, para a nova fase de Angola como colônia propriamente dita.

À perda de espaço do grupo crioulo para os metropolitanos, que continuamente chegavam à colônia e passavam a ocupar os melhores cargos e empregos, seguiram-se as primeiras reivindicações "proto-nacionalistas", que encontravam espaço na florescente imprensa luandense da época.

A camada crioula buscava valorizar uma identidade especificamente mestiça, produto da interpenetração das culturas ocidental (leia-se portuguesa) e africana (leia-se kimbundo). As suas reivindicações oscilavam entre a exigência de maior autonomia para a colônia com um maior empenho na "civilização" e "progresso" da população em geral e a defesa dos seus interesses de grupo ameaçados. Era perceptível a separação que este grupo operava frente à massa africana "pagã e boçal", refletida pelo pavor das insubordinações do meio rural que reagia à crescente pressão sobre as suas terras e mão-de-obra<sup>21</sup>.

Segundo Jill Dias:

*"Na forma como viam a massa da população negra (...) a generalidade dos escritores crioulos se manteve totalmente dentro dos padrões europeus de pensamento e valores, continuando a justificar a assimilação dos padrões europeus como única via para o progresso econômico e social (...). Portanto não*

<sup>20</sup> Ver Jill Dias (1984) sobre a trajetória da elite crioula angolana, sua progressiva perda de poder econômico, político e social iniciada com o fim do tráfico e continuada com as sucessivas mudanças de rumo na política colonial portuguesa em favor dos colonos portugueses e da concentração administrativa nas mãos da metrópole. A sua análise centra-se sobre a movimentação política deste elite entre as décadas de 1870 e 1930 (início da censura e do acirramento da colonização), o surgimento de uma consciência política veiculada por uma identidade étnica e as ambigüidades deste grupo frente sua dependência ao poder metropolitano e o afastamento do resto da população africana não aculturada.

<sup>21</sup> Dentro deste grupo crioulo havia uma série de clivagens onde encontramos numa ponta famílias do interior Kimbundo mais ligadas ao meio tradicional (e de pele mais escura) e na outra ponta as famílias aristocráticas de Luanda, a cada geração mais claras, com mais acesso a cargos e à educação e, por conseqüência, mais leais a Portugal (Dias, 1984).

*era a civilização ocidental que os mais acérrimos crioulos condenavam, mas sim o fracasso dos portugueses na implantação dessa civilização em Angola sob sua direção". (1984: 80-1)*

Entre a manifestação de um ideal civilizatório e a defesa de seus interesses próprios, o grupo crioulo foi perdendo espaço para a nova política colonial. Descendentes deste grupo, décadas depois vão formar a base do nacionalismo angolano encarnado pelo MPLA. Estes novos nacionalistas, herdam parte da ideologia crioula, no sentido de que a interpenetração de culturas formaria o principal substrato da nacionalidade, posto que seria a genuinamente angolana, aliado aos ideais ocidentais de modernização e civilização<sup>22</sup>.

De acordo com mudanças internas da política portuguesa, mas sobretudo com as decisões da Conferência de Berlim<sup>23</sup>, que exigiam a ocupação efetiva dos territórios conquistados para garantir a soberania das potências européias sobre suas colônias, Portugal se vê forçado a ocupar definitivamente Angola e suas outras colônias africanas e a traçar uma política clara de exploração e gestão destes territórios.

### O novo período colonial português

Portugal somente alcançou a configuração atual do território angolano com a "pacificação" das populações que lhe opuseram resistência, na década de 1920 (Wheeler e Pélissier, 1971). Teve início assim o novo período colonial, consolidado com a subida de Salazar ao poder em Portugal no início da década de 1930. Esta fase, colonial de fato, configurou-se pela montagem de um extenso sistema legislativo e administrativo e pela implementação de políticas coloniais visando a ocupação do território por colonos portugueses e a exploração sistemática das suas riquezas e potenciais econômicos.

<sup>22</sup> Sobre a formação do MPLA e a base social do seu nacionalismo, que tem parte de sua origem neste "grupo crioulo" ver Bittencourt, 1996 e 1999a.

<sup>23</sup> A Conferência de Berlim (1884) estabeleceu os princípios da ocupação dos territórios para que cada potência européia pudesse reivindicá-los como seus e o livre comércio na foz do Rio Zaire.

A colonização portuguesa em Angola caracterizava-se por um desenvolvimento econômico frágil, com a fixação de colonos que implantaram-se desigualmente de uma área para outra e pelas contradições e mudanças da política e da ação colonial portuguesa ao longo do século XX, expressas pelas contradições internas ao corpus legislativo colonial (Messiant, 1983).

Faço aqui uma distinção ampla entre política e ação colonial, onde política colonial se refere às leis, doutrinas, códigos mais gerais e a ação colonial, à prática efetiva no território, incluindo a modificação local de leis gerais, que não raro discordavam entre si<sup>24</sup>.

Isto significa que não é possível falar da "colonização portuguesa" em Angola como um todo, sem situá-la no tempo e no espaço e muito menos em uma presença portuguesa em Angola de 500 anos<sup>25</sup>. Sobretudo a disparidade entre as políticas e as ações coloniais portuguesa indica a dificuldade de detecção de uma política "assimilacionista" de fato, política esta utilizada como propaganda pelos colonialistas e reconhecida por muitos analistas – dentre eles, Gilberto Freyre, como o mais conhecido e influente, mas não só.

A política assimilacionista fazia uma distinção básica entre "civilizados" e "indígenas", correspondente a colonizadores e africanos. Esta política previa a existência de uma camada intermediária de africanos que, pela "assimilação" de elementos da cultura metropolitana – adoção da língua, dos modos de vida e comportamento dos metropolitanos, aquisição de um nível educacional e "cultural" compatível, etc. – ascenderia ao status de *assimilado*. As colonizações de caráter assimilacionista tinham como ideologia central a intenção de estender a assimilação a todos os indígenas, a partir de educação, desde que, claro, estes estivessem submetidos ao controle da metrópole.

<sup>24</sup> Tento aqui adaptar a distinção, feita por Conceição Neto (1997), entre ideologia, doutrina e política colonial, já que não será esta uma preocupação importante no trabalho.

<sup>25</sup> O refrão de cinco séculos de presença portuguesa em Angola serviram tanto para justificar a continuidade da colonização portuguesa, por parte do poder metropolitano, quanto para combatê-lo, por parte dos nacionalistas ("Cinco séculos de exploração colonial"). Uma como outra expressão estão longe da realidade histórica de Angola, como é demonstrado pela pouquíssima penetração portuguesa nos séculos anteriores ao XIX e o desenvolvimento de um sistema colonial efetivo apenas nas primeiras décadas do século XX (Pélissier, 1986).

No caso da ambígua e mutante política assimilacionista portuguesa, sua contradição residiu, entre outras coisas, na organização de uma colônia de povoamento branco, onde era necessário garantir aos colonos – freqüentemente camponeses com pouca ou nenhuma instrução – empregos em postos de baixa remuneração. Em outras colônias de cariz assimilacionista (como a francesa) os postos baixos e intermediários eram destinados aos africanos educados. No caso angolano, os brancos metropolitanos ocuparam os empregos tanto dos brancos angolanos como os dos africanos assimilados.

A política colonial portuguesa também tinha como pilar a legislação sobre o "indigenato", que regulava o trabalho da população africana e garantia mão-de-obra a baixo custo. Contraditoriamente, o sistema colonial português foi extremamente dependente da produção de alimentos proveniente desta mesma população, pressionada a trabalhar fora de suas terras.

O resultado destes dois eixos contraditórios da política colonial foi a diminuição proporcional da camada assimilada (a concessão de status de assimilado foi sendo fortemente restringida, principalmente após a Segunda Guerra Mundial), bem como uma crescente pressão sobre a população rural, o que redundou na penúria e baixa produtividade de sua produção familiar africana (Messiant, 1983)<sup>26</sup>.

Outra das desigualdades do sistema colonial português foi sua implantação díspar no território angolano. O desenvolvimento regional desigual possuiu uma série de condicionantes, como a distribuição das riquezas, a proximidade com o litoral, a fertilidade do solo. Porém, sobressaiu a dificuldade portuguesa em implantar projetos de exploração e desenvolvimento no território, agravado pelo fechamento do regime salazarista, refratário a qualquer tipo de capital e investimento estrangeiro<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> A lei do Indigenato, que legisla sobre a assimilação e o trabalho indígena (especialmente as modalidades de trabalho compulsório), foi abolida em 1961, após o início da guerra anti-colonial. Nessa altura, Angola contava com apenas 1% de assimilados.

<sup>27</sup> Certamente a desigualdade regional da implantação portuguesa deve-se também às condições locais, a diferentes populações ali estabelecidas, sua economia, tempo de fixação e modo de vida. O impacto diferenciado que a economia do tráfico de escravos causou em

Resultado disto foi a concentração de colonos e capitais na área de Luanda, a baixa taxa de investimento e reinvestimento, o relativo insucesso da implantação agrícola branca na área central de Angola. Regiões como o sul e o leste de Angola nunca entraram de fato no sistema colonial<sup>28</sup>, sendo que certas populações destas áreas não chegaram nem mesmo a ter contato com o poder colonial<sup>29</sup>.

O tipo e o grau de integração de cada região no sistema colonial, a relação estabelecida entre africanos e portugueses em cada momento, incluindo o papel exercido pelas elites e setores intermediários de cada grupo ou sub-grupo étnico, vão definir o lugar destas regiões, grupos e elites nos desenvolvimentos históricos posteriores em Angola, tanto na luta anti-colonial como no período de independência.

#### A inserção Bakongo no sistema colonial

A entrada da região noroeste de Angola, região esta correspondente aos domínios do anterior Reino do Kongo, no sistema colonial moderno, se deu via exploração de café, com tomada das terras aos africanos na década de 40 e depois.

É preciso, neste momento, atentar para o fato de que, em Angola, das três principais etnias, Ambundo (de língua Kimbundo), Ovimbundo (língua Umbundo) e Bakongo (língua Kikongo), as duas primeiras estão inscritas no território angolano<sup>30</sup>. A etnia Bakongo encontrava-se cortada por fronteiras coloniais<sup>31</sup>, estando presente também no Congo Belga e no Congo Francês.

---

cada região também são fatores que foram agravados pelo tipo de ocupação implementado por Portugal. Ver especialmente Conceição Neto, 1998.

<sup>28</sup> Exceção feita à Diamang, empresa de exploração de diamantes na região da Lunda, na área leste de Angola (década de 1950), mas que configura-se num caso específico, pois não resultou num envolvimento da população como mão-de-obra, nem no desenvolvimento de área urbana, ou de um agricultura africana dinâmica, cujo excedente alimentasse o núcleo econômico mineiro.

<sup>29</sup> Embora isto não signifique propriamente um isolamento destas populações que estavam à margem do sistema colonial.

<sup>30</sup> Além do pequeno grupo Nyaneka-Humbe.

<sup>31</sup> Tal como todas as outras etnias de menor porte: Lunda-Tchokwe, Nganguela, Herero, Ovambo.

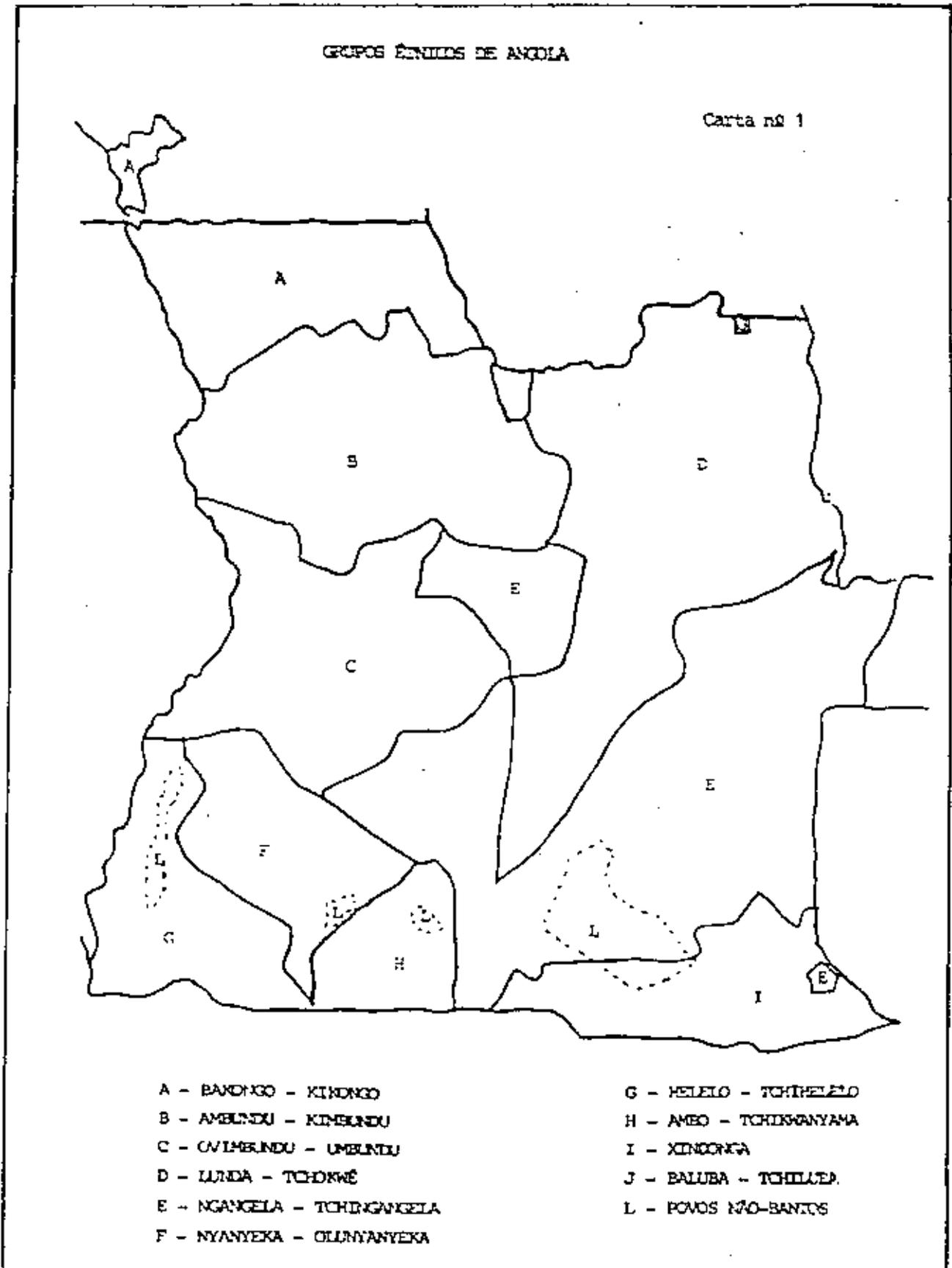
As fronteiras coloniais, longe de se configurarem em barreiras, eram constantemente atravessadas. A comunicação de bakongos do lado angolano e congolês sempre foi intensa, levando-se em consideração a pouca possibilidade portuguesa (e talvez o pouco interesse belga) de guardar as fronteiras coloniais.

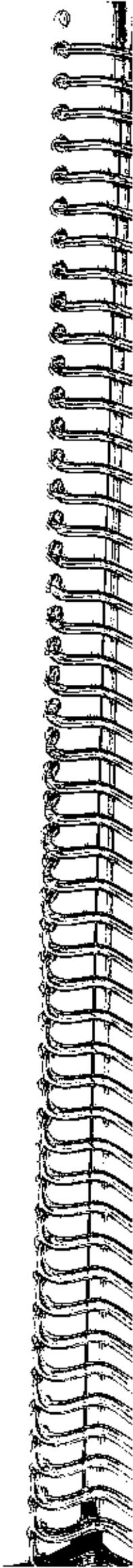
Contudo, estes trânsitos temporários, com poucas exceções, não tinham um caráter de migração permanente. Eram migrações que tinham em vista interesses comerciais, questões familiares e sobretudo a busca de melhores condições de trabalho ou emprego remunerado (caso principalmente dos homens jovens, que tinham que obter recursos para o casamento).

Após a Segunda Guerra Mundial iniciou-se uma fase de grande exploração das colônias africanas de Portugal (ao contrário da maioria das potências coloniais que, nesta fase, começavam o desmonte de seus impérios). A produção de café e algodão foi propulsora desta etapa, contando com um grande afluxo de portugueses para os territórios de ultramar.

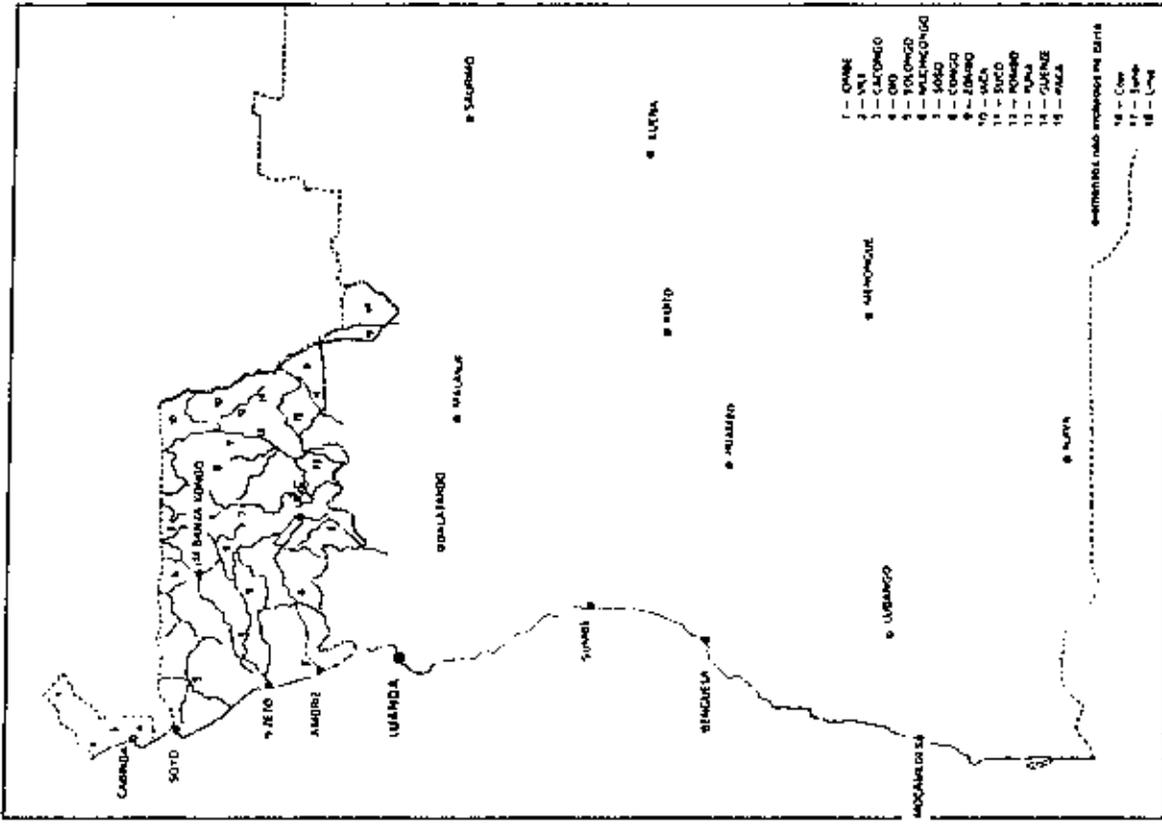
A região bakongo, principalmente o distrito mais populoso do Uíge, bem como as regiões de população Ambundo de Malange e Kwanza Norte, foram áreas de grande ocupação pelos portugueses nesta fase. A intensa tomada de terras aos camponeses africanos não teve paralelo em nenhuma outra fase da colonização.

## Regiões Etno-Lingüísticas em Angola



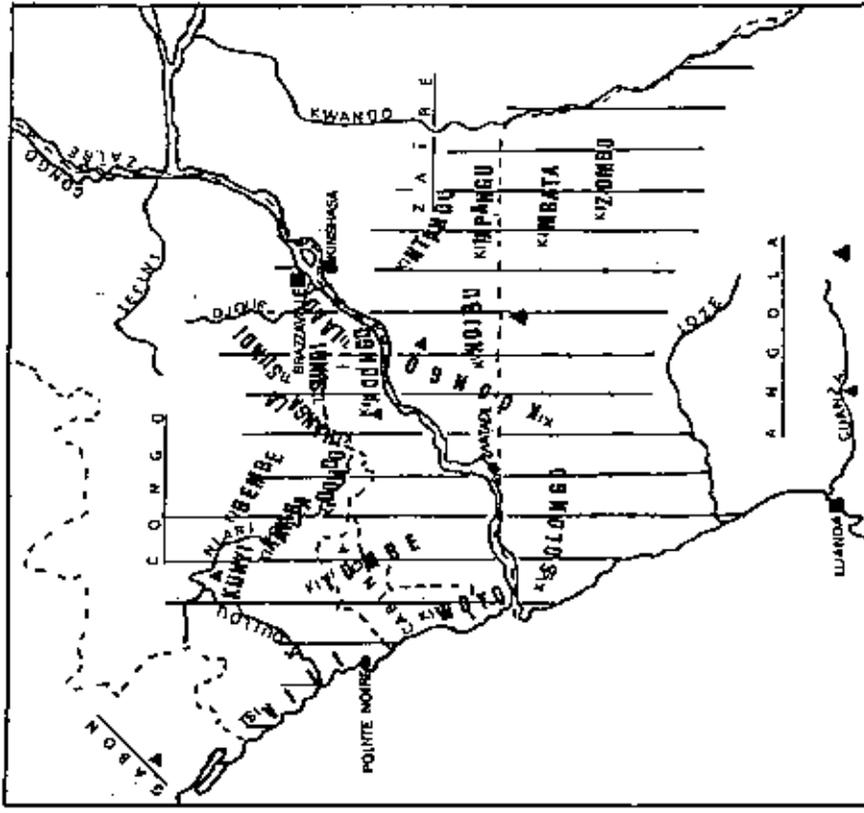


### As Sub-divisões do Grupo Congo em Angola

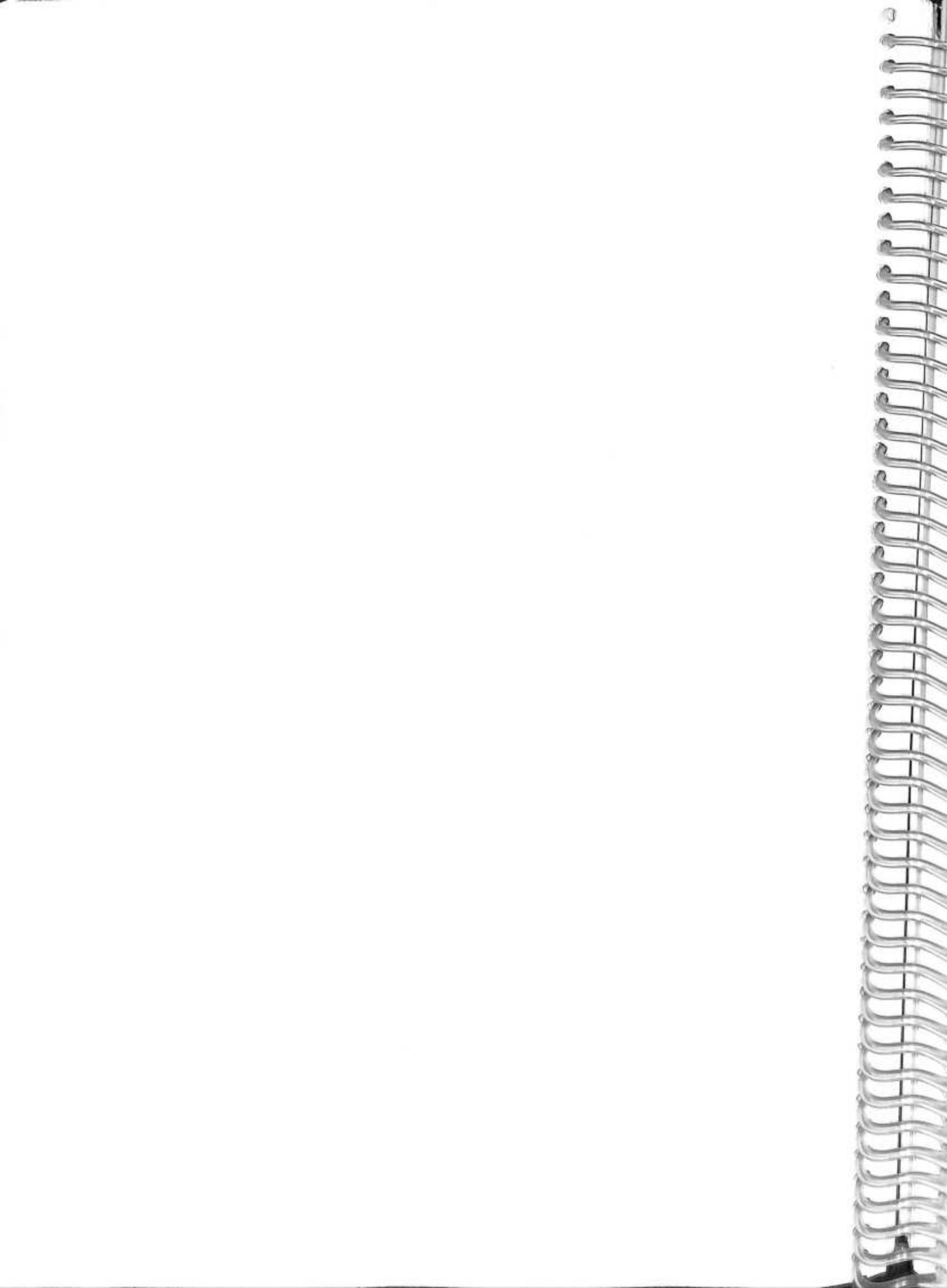


Fragmento do mapa étnico de José Redinha (1969)

### Falantes de Kikongo Hoje



NSONDÉ, 1995



Além da tomada de terras, o recrutamento de mão de obra forçada (o chamado "trabalho contratado" e o "trabalho voluntário") agravaram ainda mais a pressão sobre as populações. Próximos à fronteira, contando com laços familiares e experiência das migrações temporárias, foi inevitável o êxodo de população bakongo para o Congo Belga.

A perda de populações angolanas para territórios vizinhos, por causa do trabalho forçado e da conseqüente decadência da produção doméstica agrícola, foi, na década de 50, estimada como superior a 500.000 pessoas<sup>32</sup>. As populações bakongo, que formaram a maioria destes emigrados, concentraram-se sobretudo na área do Baixo Congo (área rural) e na região da capital do Congo Belga, Leopoldville.

A diversidade desta população bakongo emigrada para o Congo Zaire é um aspecto importante para a compreensão do nascimento de uma elite exilada, que cumpriu um papel fundamental na formação do nacionalismo angolano de origem bakongo. Esta questão foi longamente analisada por René Pélissier (1978) e John Marcum (1969). Trata-se, principalmente, da clivagem importante entre os bakongo angolanos que são os sub grupos *Bazombo* (centrada na região de Maquela do Zombo, distrito do Uíge, próximo a fronteira com o Congo Belga) e de *M'Banza Congo* (sob várias denominações, em torno da região de São Salvador, no distrito do Zaire), ligados à família real do Reino do Kongo.

A clivagem fundamental entre estes dois sub-grupos étnicos (os mais importantes para a nossa análise) vai esclarecer uma série de desenvolvimentos internos a estes grupos, suas inserções diferenciadas dentro do sistema colonial bem como o relacionamento com Portugal.

Situação inédita no sistema colonial português era o reconhecimento, por Portugal, da família real Kongo. Longe de configurar-se num exemplo de administração indireta, o reconhecimento do rei do Kongo servia às idiossincrasias da implantação portuguesa nesta região, bem como a uma

---

<sup>32</sup> Pereira Monteiro (1961) apud Messiant (1983:401). Esta cifra considera a emigração de populações para a Namíbia, ao sul do país, para a Rodésia do Norte (atual Zâmbia), ao leste, e para o Congo Belga, nas duas fronteiras, leste e norte. Este breve histórico tratará apenas da fronteira norte da região bakongo.

certa boa imagem que Portugal buscava criar frente às outras potências coloniais. Cabia ao rei apenas um papel de mero intermediário do poder colonial sobre áreas de sua influência. O rei não exercia qualquer poder de fato. Portugal influía na sucessão do trono, fazendo um jogo de favorecimento e intriga entre grupos dentro dos clãs de M'Banza Congo, a partir da divisão interna entre católicos e protestantes (batistas). Configurava-se, assim, uma relação de vassalagem entre o rei e o poder colonial português.

As elites Bazombo se organizaram principalmente a partir da formação de redes de comércio, estabelecidas desde o tempo anterior ao tráfico. Situados na fronteira com o Congo Belga, os Bazombo já possuíam grande mobilidade, a partir de uma rede de relações de parentesco e aliança entre pessoas das duas colônias. Sendo uma região anteriormente vassala do Reino do Kongo, essas elites sempre se ressentiram da falta de espaço político, sendo muito afastadas da relação com o poder colonial desde o desmonte do tráfico. De outro lado, elas também perderam espaço com o monopólio do comércio, em poder dos portugueses, devido a fragilidade da economia colonial, que se assentava principalmente na agricultura e no comércio.

O principal fator de isolamento da região bakongo como um todo foi mesmo a ausência do poder colonial. Dos três principais grupos etnolinguísticos de Angola, o Bakongo apresentava a menor taxa de assimilação, o menor número de escolas, de postos de saúde, até 1961 (Messiant, 1983, Pélissier, 1978). A impossibilidade de adquirir escolaridade para além da terceira classe foi mais um fator de alijamento desta população e de encorajamento à emigração.

#### *A emigração e a formação do nacionalismo bakongo*

No Congo Belga, a comunidade angolana migrada podia contar com uma rede de relações provenientes do parentesco alargado, que incluíam parentes nascidos do lado norte da fronteira, além dos que já tinham migrado anteriormente. Muitos, como foi dito, já tinham contato com a

colônia belga por migrações temporárias anteriores. As possibilidades de estudo, ainda que dentro do enquadramento restritivo colonial, eram muito maiores do que em Angola, bem como as possibilidades de aprendizagem profissional. Estas redes de relações possibilitaram uma inserção relativamente rápida no mercado de trabalho ou uma retaguarda que garantia a sobrevivência dos recém-chegados<sup>33</sup>.

A formação de associações de ajuda mútua foi um fenômeno recorrente. Especialmente as "associações de naturais", referentes às aldeias ou regiões de origem dos migrados em Angola. Se, por um lado, isto demonstrava uma forte identidade de grupo, por outro, fazia transparecer uma certa fragmentação étnica. Houve, todavia, a criação de algumas associações mais abrangentes, dentro do ponto de vista de uma unidade bakongo.

Estas associações dos bakongos emigrados tiveram uma estreita relação com os movimentos de independência no Congo Belga. O clima de efervescência política no Congo, com a transformação de associações em partidos (com a permissão de constituição dos partidos, em 1956) foram fator de influência decisiva sobre o nacionalismo bakongo angolano.

A ABAKO - Associação para a Manutenção, Unidade e Expansão da Língua Kikongo<sup>34</sup>, depois Association des Ressortissants du Bas Congo, criada em 1950, foi uma organização bakongo congoleza, depois transformada em partido político. Contou com uma forte participação dos bakongo angolanos exilados<sup>35</sup>.

O nacionalismo de origem bakongo nasceu entre os emigrados no Congo Belga, com um viés claramente étnico. A UPNA - União das Populações do Norte de Angola - foi um partido com origem na cisão da elite de M'Banza Congo, o setor protestante (batista), que foi preterido na escolha do rei, cujo trono, vago em 1955, deu origem a uma grande crise

<sup>33</sup> Uma nota interessante: muitos dos empregadores de angolanos no Congo Belga/Zaire eram comerciantes portugueses de pequeno ou médio porte. A comunidade portuguesa era numerosa, e com praticamente todos dedicados ao comércio varejista, incluindo algumas representações ou filiais portuguesas de empresas comerciais de maior porte.

<sup>34</sup> "Association pour le maintien, l'unité et l'expansion de la langue Kikongo" (Marcum 1969).

<sup>35</sup> A força da ABAKO fez demonstrar-se por ter elegido dois presidentes de origem bakongo nos dois Congos: Kasavubu no Congo Leopoldville e Fulbert Youlou, no Congo Brazzaville.

de sucessão, que contou com a interferência decisiva de Portugal em favor dos católicos (Pélisser, 1978).

As associações e partidos fundados por grupos de M'Banza Congo, cujos líderes eram mais ou menos ligados à casa real, habitualmente traziam o discurso da restauração do Reino do Kongo, apoiando-se na tradição real, num passado de glória, num momento em que todos os movimentos anti-coloniais africanos estavam assumindo um discurso nacionalista e anti "tribalista". Foram os contatos que o líder da UPNA, Holden Roberto, manteve com nacionalistas e pan-africanistas, na África, Europa e Estados Unidos, que obrigaram a UPNA seguir a direção de uma reivindicação mais nacionalista, ou seja, pleiteando a independência de Angola como um todo. Desse modo, a UPNA transformou-se em UPA - União das Populações de Angola. Mais tarde, fundindo-se com um pequeno partido de origem Bazombo (PDA), assumiu a designação de FNLA, em março de 1962.

A idéia de reabilitação do Reino do Kongo era indiferente aos grupos Bazombo (Marcum, 1969). Mas isto não significava um maior desapego Bazombo às reivindicações de interesse regional e, de certa forma, tradicionalistas, incluindo a disposição de negociar separadamente com Portugal a independência da região noroeste de Angola. O apoio da elite Bazombo à FNLA foi decisivo para a implantação e crescimento do partido, formado quase todo no exílio.

A independência do Zaire, em 1960 (e os acontecimentos políticos posteriores neste país), revelou para as elites políticas bakongo a inviabilidade da emergência de uma unidade política de base étnica. Do ponto de vista da organização do novo estado zairense, os emigrados angolanos adquiriram uma maior percepção do fato de serem angolanos e de que, como imigrantes, não lhes caberia qualquer cargo estatal num Zaire também multiétnico. As organizações anti-coloniais de caráter nacional se fortaleceram em detrimento das pequenas organizações de cariz étnico.

Em março de 1961 a guerra anti-colonial é iniciada violentamente no norte de Angola, sob o comando da ainda UPA. O desenrolar da guerra faz a emigração para o Zaire aumentar drasticamente. O alastrar da guerra, nos

anos subsequentes, conferiu às populações emigradas o *status* de refugiadas.

As populações refugiadas vão ter praticamente o mesmo tipo de inserção das populações emigradas anteriormente para o Zaire. Inserção através das famílias e, na cidade, no setor do comércio. Provavelmente é a partir deste período que tem crescimento o setor informal da economia na capital zairense.

A maioria dos relatos recolhidos em campo dizia respeito à ausência de discriminação ostensiva aos refugiados. Não faltou porém o estigma de serem refugiados e de um país dominado por Portugal, considerada uma potência colonial atrasada. Os refugiados eram chamados de "Mazombo", ou "Bazombo", independente da sua procedência em Angola, o que indica uma identificação estereotipada destes bakongo angolanos como diferentes do nacionais, não sendo suficiente a identidade étnica para a plena integração desta população em Kinshasa<sup>36</sup>.

Para além da identificação como um grupo imigrante, estrangeiro, há o aspecto legal dos impedimentos dos migrantes, tais como o acesso a cargos públicos, a preferência por quadros nacionais para empregos melhor remunerados. Isto fez da atividade comercial um lugar privilegiado das populações angolanas no Zaire.

#### *A guerra anti-colonial, a independência e o nacionalismo partido*

Ainda que de forma diferente da FNLA, o MPLA foi um movimento formado com um forte setor no exílio, tendo sido criado entre os estudantes e outras lideranças na metrópole, que mantinham comunicação com os nacionalistas no interior de Angola (Bittencourt, 1996). Oriundos de Luanda, das regiões Ambundo do interior e de outras regiões de Angola tocadas pela urbanização (a cidade de Benguela, mais ao sul, por exemplo), o núcleo de formação do MPLA e sua base de apoio inicial, fazia parte da pequena elite

<sup>36</sup> Há que se considerar também que Kinshasa já era, nesta época, como toda a capital africana, uma cidade para onde convergiam elementos de todos os grupos étnicos, não afeita somente aos particularismos bakongo.

formada pelo assimilacionismo português<sup>37</sup>. Foi, portanto, um grupo social em parte tributário da já referida sociedade crioula, de setores do funcionalismo público, bastante alheio às lealdades étnicas, há algumas gerações "destribalizadas". Tratava-se de uma camada nativa multirracial. A vivência da parte deste grupo que ia estudar na metrópole, sob o regime autoritário português os fez aproximarem-se da esquerda europeia, seja socialista, seja dos ideais cristãos humanistas.

A rivalidade entre o MPLA e a FNLA vem desde a luta contra o regime colonial, em que não foi conseguida uma base comum para a fusão dos dois movimentos, como queriam a maior parte das forças internacionais de apoio à luta anti-colonial (OUA, pan-africanistas, etc.). As várias tentativas de unificação esbarravam sempre na divergência da condução dos movimentos, nas diferenças ideológicas e, especialmente, nos atritos e incompatibilidades entre as lideranças dos dois lados<sup>38</sup>.

Na altura da Revolução dos Cravos, em abril de 1974, as diferenças entre os dois movimentos permaneciam inconciliáveis, tendo-se registrado durante o período da guerrilha inúmeros assassinatos e perseguições contra elementos de parte a parte<sup>39</sup>. O Zaire (que passou a ser governado por Mobutu Sesse Seko em 1965, através de um golpe militar), havia cumprido um papel fundamental para esta rivalidade, tendo expulsado o MPLA da sua base em Kinshasa, em 1963. A Guerra Fria, nesta altura também foi mais um elemento complicador, tendo em vista o alinhamento existente entre os partidos nacionalistas e as potências mundiais.

Após o fim do regime de Salazar em Portugal, o exército português assinou acordos de paz com os três movimentos angolanos armados em separado. Articulou-se um governo de transição, em princípios de 1975 - após os Acordos de Alvor - marcando-se a data para a independência de Angola em 11 de novembro de 1975. No governo de transição tomaram

<sup>37</sup> A base do MPLA, tanto de apoio como dos militantes da guerrilha, alargou-se e diversificou-se no período da luta armada.

<sup>38</sup> A UNITA foi fundada em 1966, a partir de uma cisão dentro da FNLA, pela insatisfação de Savimbi, então Ministro de Relações Exteriores do movimento, com a concentração das decisões nas mãos dos Bakongo. Savimbi saiu da FNLA acusando seus dirigentes de "tribalistas".

<sup>39</sup> Registram-se também conflitos entre o MPLA e a UNITA, principalmente nas áreas de guerrilha, no interior do país.

assento representantes da junta militar portuguesa e os três movimentos reconhecidos, MPLA, FNLA e UNITA. Neste período evidenciaram-se a incapacidade e impossibilidade dos portugueses de encaminharem a transição, bem como o peso dos atores internacionais, que jogaram um papel decisivo nos apoios, financeiro e militar, aos três movimentos.

A guerra entre os três movimentos teve início meses antes da data marcada para a independência. O conflito opôs sobretudo o MPLA e a FNLA, que eram os melhores armados até então. O Zaire pôs a disposição da FNLA tropas regulares do exército zairense. Do outro lado, o MPLA contou com a ajuda de militares cubanos. Antes do fim do ano o MPLA passou a dominar a situação, especialmente com o controle da capital, palco de violentos combates, declarando sozinho a independência em novembro de 1975.

Nessa altura, a UNITA havia se retirado para o interior, na região central de Angola, sua área principal de atuação. A FNLA, derrotada, foi expulsa para o exílio no Zaire.

Durante o período de transição e os primeiros meses do regime do MPLA, registrou-se a fuga de milhares de portugueses para a metrópole ou outros países (África do Sul, Namíbia, Brasil etc.)<sup>40</sup>. A saída dos portugueses e de muitos angolanos qualificados, provocou enorme desarticulação de todos os setores da economia e administração, pela saída de bens e capitais e, principalmente, pelo déficit de pessoal especializado. Levando-se em consideração a iníqua política educacional e assimilacionista portuguesa, que não formou mão-de-obra africana significativa, bem como ocupou todos os cargos médios e altos da administração e das empresas com metropolitanos, a maior dificuldade do governo de Angola nos primeiros anos foi a gestão administrativa do país, pela ausência de pessoal formado e experiente.

---

<sup>40</sup> A saída é estimada por volta de 300.000 portugueses e 150.000 angolanos (Amado et alii, 1992: 42).

### O retorno

Logo no período de transição registrava-se o retorno dos primeiros angolanos (e filhos de angolanos) do Zaire para Angola. Destes meses, até os anos de 1977, 78, a chegada dos refugiados do Zaire foi pequena, organizada em pequenos grupos ou mesmo individualmente. Eram pessoas que já tinham familiares em Luanda e que podiam contar com uma pequena base de apoio. A maioria destes primeiros retornados era de "quadros", isto é, gente com uma formação educacional e profissional mais elevada.

Todavia, a chegada mais intensa de regressados do Zaire deu-se durante a década de 80, após acordos do governo angolano com o governo zaireense de Mobutu Sese Seko. Estes acordos puseram fim (ao menos temporariamente) às hostilidades entre os dois governos vizinhos. Por um lado, cessou o apoio do governo zaireense à FNLA e, por parte do governo angolano, foi interrompido o apoio ao grupo separatista zaireense de Catanga, baseado no lado angolano da fronteira leste com o Zaire. A pacificação da longa fronteira angolo-zaireense possibilitou o retorno seguro dos angolanos refugiados.

Este acordo foi pontuado pelo *Discurso de Reconciliação*, proferido na província de Cabinda (pequeno enclave angolano localizado no litoral do Zaire) pelo presidente Agostinho Neto, num contexto em que o governo buscava não só a pacificação externa, como também abrigar sob o seio do partido único as dissidências ocorridas internamente e incorporar elementos dos outros partidos excluídos do poder<sup>41</sup>.

*Trechos do discurso do presidente Agostinho Neto, em Cabinda, dia 15 de setembro de 1978:*

*"Posso dizer que as nossas relações com a República do Zaire são boas e que, dentro em pouco, nós teremos em Angola a visita do Presidente da República do Zaire, Mobutu Sese Seko,*

<sup>41</sup> O Discurso de Reconciliação foi uma das ações da chamada Política de Clemência, que buscava a pacificação da fronteira, a libertação de presos políticos, a cooptação de exilados e dissidentes da FNLA, UNITA, FLEC (Frente de Libertação de Cabinda). Houve a montagem de um grande esquema de recepção destes exilados, com incorporação de muitos militares nas forças armadas angolanas (FAPLA).

*que virá retribuir a visita que eu fiz a Kinshasa. Esse é um passo importante para que nós possamos de facto ter esta região sem conflitos de maior, sem perturbações, (...). Dentro do nosso país nós tivemos outras contradições com elementos que, por exemplo em 1974, constituíram facções contra da direcção do MPLA. (...) Quer dizer, que a direcção política do país tem adotado uma série de medidas de harmonização nacional. (...)*

*Camaradas: Para hoje completarmos este plano de harmonização nacional, nós temos que pensar também no regresso de todos aqueles que saíram do território, quer estrangidos por forças estrangeiras, quer por sua livre vontade mas devido as circunstâncias que vivemos durante o período da libertação. Nem todos podem considerar-se homens e mulheres corajosos. Nem todos. Mas não podemos exigir que o nível ou a qualidade de homem e mulher corajosos seja igual para todos. (...) Bom, mas são angolanos. São angolanos e devem voltar. Têm o direito de voltar para a sua terra. (...) Isto eu não percebo porque é que persistem em estar no Congo como refugiados em vez de virem trabalhar para a sua terra.”(Neto, 1985:141-54).*

A partir da *Política de Clemência* intensificou-se o retorno dos refugiados vindos do Zaire. Com o apoio da ONU, através do Alto Comissariado para Refugiados (HCR), uma boa parte da população obteve transporte, alguma alimentação, alojamentos temporários e registrou-se nos postos colocados na fronteira pelas delegações provinciais da Secretaria de Assuntos Sociais (SEAS). Porém, a maior parte deste contingente veio para Angola sem muito apoio dos órgãos governamentais ou internacionais. A porosidade da fronteira, as redes familiares de apoio e a debilidade financeira da ajuda governamental foram responsáveis pela autonomia e capacidade de organização destes grupos.

**Capítulo 2**  
**Visitando Luanda**



## Capítulo 2

### Visitando Luanda

#### Luanda 1998: aspectos da economia e da sociedade

Em 1998, a capital de Angola abrigava cerca de 3 milhões de habitantes<sup>42</sup>. Esta cifra é bastante alta para uma cidade que, na época da independência, contava com apenas 500 mil pessoas. Apesar deste inchamento ter sido em parte consequência dos grandes deslocamentos de populações do interior do país para as cidades, o intenso processo de urbanização e superpopulação é um fenómeno comum nas diversas cidades africanas – e no chamado mundo subdesenvolvido (Colaço, 1992; Coquery Vidrovitch, 1988). Uma boa parte do crescimento populacional deve-se também à alta taxa de natalidade em Angola<sup>43</sup>.

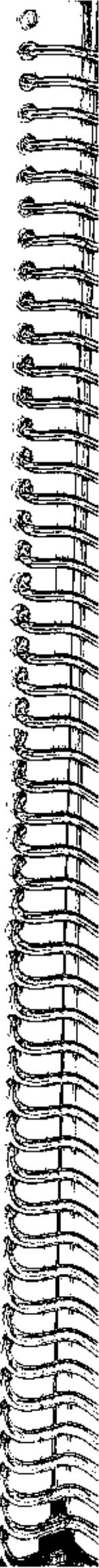
#### Evolução da população de Luanda em relação à população total de Angola, entre 1940 e 1990:

Ano	Luanda (a)	Angola (b)	% = a/b x 100
1940	61.028	3.738.010	1,6 <sup>1</sup>
1950	141.647	4.145.266	3,4
1960	224.540	4.830.449	4,7
1970	475.328	5.620.001	8,5
1983	923.842 <sup>2</sup>	7.632.455 <sup>3</sup>	12,0
1990	1.590.000 <sup>4</sup>	10.002.000 <sup>5</sup>	15,9

1. Os dados referentes a 1940, 1950, 1960 e 1970 são dos respectivos Censos Gerais da População.
  2. Resultado do Censo Populacional de 1983.
  3. Estimativa do INE, Luanda, 1982.
  4. Estimativa do INE, Boletim Demográfico n.º 4, Luanda, 1987.
  5. Estimativa das Nações Unidas, World Population Prospects, Population Studies n.º 86, United Nations, New York, 1985.
- Fonte: Luís Felipe de Souza Colaço, 1992, p. 5

<sup>42</sup> Esta cifra é resultado de estimativas atuais, mas informais, feitas por certas ONGs em Luanda, alguns órgãos do governo e difundidas sem muita contestação. Esta situação pode ter se alterado no último ano, com o agravamento das hostilidades, desde dezembro de 1998.

<sup>43</sup> Taxa bruta de 56/1000 (Colaço, 1992: 12). Há que se considerar também a alta mortalidade.



Luanda vem assistindo a uma forte chegada de população vinda do interior desde a independência. A ida de nacionais do interior para a capital encontra suas causas na liberdade conquistada com a independência e no desejo de usufruir de livre passagem pelo território, antes muito restringida. Com o tempo, a busca de serviços (saúde, educação etc.), bem como melhores condições de vida, são também fortes incentivos para a migração. Nestes aspectos, boa parte do crescimento de Luanda pode ser comparável ao das outras capitais africanas.

A insegurança gerada pela guerra é, sem dúvida, o fator principal e permanente que tem feito da migração para as cidades um imperativo. Esta forma de migração, constante durante todo o período da guerra anti-colonial (1961-74) e guerra civil (1975-91) não encontra comparação possível para o desastre ocorrido com a retomada da guerra após 1992.

Os três anos desta guerra (de 1992 a 1994, quando foi assinado o acordo de Lusaka) causaram mais destruição do que todos os anos precedentes em termos de vidas humanas: meio milhão de mortos diretamente, mais meio milhão decorrentes de doenças e fome (principalmente crianças), 80.000 mutilados, 50.000 órfãos, 2 milhões de deslocados<sup>44</sup> e destruição de cidades. Esta tragédia foi possível pela mudança no tipo de combate, antes de guerrilha e concentrada na área rural, passando agora para o combate de tipo convencional, com fortes bombardeios nas cidades, utilizando armamento mais sofisticado, onde os alvos preferenciais têm sido as populações civis<sup>45</sup>.

Para fins dessa análise, o maior problema encontra-se na escassez de dados referentes à população de Luanda após 1992. As estimativas mais elevadas feitas a partir do censo de 1983 indicavam uma população para o ano 2000 em torno de 2,3 milhões de pessoas<sup>46</sup>.

Com a impossibilidade de realização de um novo censo geral da população, dado o quadro permanente de exceção em que se encontra o

<sup>44</sup> Os dados são da ONU (apud Winden, 1996:8), com exceção da estimativa de mortes indiretas (Winden).

<sup>45</sup> Os combates que pouco a pouco estão sendo retomados não tem ainda a virulência destes desastrosos três anos.

<sup>46</sup> Estimativas feitas pela ONU, pelo INE e outros demógrafos. Ver Amado, Cruz e Hakkert, 1992 e Colaço, 1992.

país, não podemos contar com um detalhamento realista da distribuição da população atual em Luanda por bairros, origem da população, composição familiar quanto a sexo, idade, etc.

A cidade de Luanda é localizada na porção norte do país, numa região semi-árida, no litoral. As chuvas ocorrem apenas nos meses de março a maio. Disto decorrem sérios problemas de abastecimento de água, que tem que ser canalizada dos rios Bengo e Kuanza, localizados respectivamente a nordeste e sul da capital. Os solos são bastante pobres, mas passíveis de algum cultivo na região do "cinturão verde" que cerca a capital.

A cidade cresceu a partir da baía de Luanda que, pelo seu bom porto, foi escolhida para abrigar a capital da colônia. A partir dessa área baixa do porto e de uma pequena região alta, onde ainda encontramos construções do tempo colonial, a cidade cresceu de forma radial, contendo a parte central, os bairros urbanizados, consolidados no século XIX e início do século XX. Em torno, encontramos bairros mais populosos, os antigos bairros proletários, formados na segunda metade do século XX, ainda na área asfaltada e, na periferia, os musseques<sup>47</sup>.

Luiz Felipe Colaço (1992) caracteriza a cidade com quatro regiões: zona moderna (correspondentes aos primeiros bairros), zona de transição (antigos bairros operários, com uma certa urbanização), periferia e cinturão verde (região de Viana ao leste e região ao sul, neste momento sofrendo uma certa expansão populacional, onde existe ainda alguma produção agrícola, que abastece a cidade).

Ruy Duarte de Carvalho (1989 e 1992) chama atenção para a ilha de Luanda, uma restinga presa à baía de Luanda que, com o trecho da praia do Bispo e da Barra da Corimba, formam a região da "praia" que, por possuir características próprias de ocupação e reprodução econômica (pesca), deve ser considerado como um sistema distinto.

Indo à direção sul da cidade vamos ao encontro das praias oceânicas e da Ilha do Mussulo, uma estreita e longa restinga, região de veraneio. Pouco mais de 30 minutos de carro, chega-se à Barra do rio Kuanza, antiga

---

<sup>47</sup> Musseque, em kimbundo, significa areia vermelha, que recobre o solo da região de Luanda. Os musseques referem-se aos bairros pobres, de construção precária em áreas planas ou de baixada e em expansão na região periférica de Luanda.

entrada para o interior da região kimbundo, a primeira área de penetração e ocupação portuguesa em Angola.

A cidade de Luanda, desde a independência, sofreu pouquíssimo aperfeiçoamento de seu "equipamento urbano". O esforço de guerra (por volta de 50% do Orçamento Geral do Estado angolano é comprometido com a guerra) é em parte responsável pela ausência de investimentos na recuperação da cidade e ampliação do sistema urbano. Sendo assim, Luanda encontra-se atualmente (1998) num lamentável estado de degradação de seus prédios, vias públicas, com ausência de calçamento (passeio público), com uma rede de saneamento mínimo em decomposição, bem como a rede de abastecimento de energia e água. Mesmo na região central, atendida por esta rede de água e energia elétrica, as falhas do sistema são freqüentes, obrigando sua população a recorrer aos geradores de energia e às reservas domésticas de água.

No caso da enorme e crescente periferia de Luanda, a carência quanto aos serviços urbanos básicos é total. O abastecimento de água é feito por particulares (eventualmente são instalados chafarizes com algum financiamento externo) e a energia é conseguida, na maior parte das vezes, clandestinamente, ou mais raramente por meio de geradores.

A coleta do lixo é precária na região central da cidade e quase inexistente na periferia. Desta forma, a proliferação de doenças é rotineira, agravada pelas chuvas que, embora restritas a um curto período, são intensas. A malária, supostamente uma doença rural, é endêmica na capital. A rede hospitalar é francamente incapaz de suprir as necessidades da população.

Para além do não investimento do Estado na recuperação e manutenção de edifícios e ruas, este estado de degradação progressiva também deve-se ao uso inadequado do sistema urbano durante a ocupação dos prédios residenciais, após a independência, pelas famílias chegadas há pouco do meio rural e habituadas à vida nas casas com grandes quintais.

Ficou para o anedotário da cidade as criações de animais em apartamentos, o uso impróprio dos vasos sanitários, pias entupidas pelo

mau uso, o lixo jogado fora pela janela e corredores. Os elevadores, paralisados pela falta de manutenção, acabaram por virar depósitos permanentes de lixo, ocasionando a proliferação de ratos e baratas nos prédios<sup>48</sup>.

A ocupação das residências dos bairros centrais por população antes residentes dos musseques, marcou o fim da segregação espacial, e racial, que marcava a dominação colonial das últimas décadas; caracterizada pela divisão entre "baixa e musseques", ou "cidade do asfalto" e "cidade da areia", ou seja, a cidade ocupada, de modo geral, respectivamente pelos colonos e pelos africanos.

Alguns autores, contudo, têm chamado a atenção para um processo de "mussequização" (correspondente à "favelização", para usar uma expressão nossa) da cidade de Luanda, ou seja, um recrudescimento da precariedade da infra-estrutura, da sua improvisação, da miséria, da penúria, da sujeira, que invade toda a cidade e à qual se submetem, apesar das diferenças de grau, não somente a população da periferia, mas também a classe média residente nos bairros centrais<sup>49</sup>.

A percepção de que os musseques de Luanda não apenas circundam o centro urbano, mas também se infiltram nele dão a sensação mais evidente desta "mussequização". Todavia, Carvalho (1992) alerta para os significados implícitos desta expressão, cujas conotações de penúria, miséria, imprevisto, possuem uma forte carga pejorativa, elitista e generalizante, que perde de vista a riqueza e a complexidade que pode existir, e que certamente existe, na vida da periferia e dos bairros pobres.

O sentido negativo desta expressão parece englobar o modo de vida do musseque como um fenômeno único, como se as pessoas lá residentes não tivessem vivências e histórias diferenciadas, origens distintas, não formassem comunidades e redes de relação que podem ou poderão dar respostas originais aos desafios da sobrevivência num meio de escassez.

<sup>48</sup> O escritor angolano Manuel Rui faz uma deliciosa crônica deste aspecto da vida luandense após a independência, na novela "Quem me dera ser onda" (1982).

<sup>49</sup> O fenômeno da superpopulação de Luanda é discutido em Amado et alii (1992).

Este autor destaca a ausência de estudos qualitativos sobre a vida nos musseques, que possam discutir "a dinâmica da transformação das estruturas familiares e de parentesco, das suas repercussões na prática de uma quotidianidade em constante exercício de resposta e de invenção" (Carvalho, 1992:22), especialmente neste contexto de agravamento da situação econômica em Luanda.

A situação de grande dificuldade econômica na qual vive a maior parte da população de Luanda percebe-se, ao primeiro olhar, pela proliferação do mercado informal. Num passeio de carro pela cidade, no confuso trânsito de Luanda<sup>50</sup>, é constante a abordagem de jovens e crianças com todo o tipo de coisa para vender, tais como roupas, jornais, pilhas, produtos de limpeza, de higiene pessoal, enlatados, comida pronta, eletrodomésticos, ferramentas, remédios, etc.

As mulheres normalmente ficam sentadas em pequenas bancas ou com os produtos (industrializados ou comida pronta) espalhados no chão, as crianças e os homens jovens são os que perambulam pelo trânsito com os produtos nas mãos. Também são muitos os mercados, chamados por vezes em Luanda de "praças", em toda a cidade, onde é maior a diversidade de produtos oferecidos. Um dos maiores mercados ao ar livre da África, o famoso "Roque Santeiro"<sup>51</sup>, se encontra em Luanda. Nas ruas e nos mercados também são trocados dólares por kwanzas (a desvalorizada moeda nacional) e vice-versa. Do mesmo modo, os preços acompanham de forma inexorável o câmbio do dia.

Apesar da existência de algum comércio formal, como lojas e supermercados (fenômeno recente, com a liberalização da economia, a partir da década de 1990) a recorrência ao setor informal para o abastecimento é francamente majoritário.

---

<sup>50</sup> O trânsito na cidade de Luanda impressiona pela ausência quase que total de sinais de trânsito em funcionamento. Há regras tácitas de trânsito que são quase sempre obedecidas (preferência para os que vêm pela direita, os que fazem o retorno pelas rotatórias etc.), mas é impossível evitar o trânsito caótico nos horários de *rush*.

<sup>51</sup> O mercado tem este nome devido ao enorme sucesso da novela brasileira Roque Santeiro, que passava na televisão angolana na mesma época em que o mercado era montado. As peripécias e falcaturas vividas e praticadas pelo personagem principal eram relacionadas ao mercado, que crescia "milagrosamente" a despeito da repressão feita pelas autoridades.

Além do comércio, a improvisação estende-se também a outros setores da sociedade. A auto-construção é a norma numa cidade onde é altíssimo o déficit habitacional. Os prédios que Luanda conta hoje para moradia foram quase todos construídos nas décadas de 60 e 70, ainda no período colonial. O setor de transporte público, ao tempo em que os ônibus (que, por sua vez, já não cobriam toda a malha urbana e suburbana) foram se estragando e as peças não eram repostas, ele foi sendo feito pelos carros particulares (como as nossas "vans" e "topics"), chamados "candongueiros"<sup>52</sup>.

Atualmente, Luanda, como Angola, é totalmente dependente da importação de produtos, possibilitada pelas divisas decorrentes da exportação do petróleo. Muito pouco se produz no país, devido não somente à desorganização da produção agrícola, com a guerra continuada, mas também pelo desmantelamento progressivo de seu parque industrial. Esta quase não-produção, o consumo de produtos importados, ou seja, com preços ao valor do dólar, e os gastos militares, tornaram a inflação altíssima, e relegaram os salários a um valor de compra fictício.

A economia de Luanda é basicamente centrada nas atividades de compra e venda, como forma de sobrevivência para a maioria das pessoas e como forma de movimentação de capital para alguns, já que a estrutura econômica, monoprodutiva e instável, além da mentalidade imediatista vigente, não comporta investimentos produtivos de médio e longo prazo.

O maior pagador no setor formal ainda é o Estado. Com a liberalização da economia, na década de 90, cresceu muito o setor de serviços. As empresas multinacionais e diversas ONGs também têm incorporado as camadas médias e instruídas, muitas vezes pagando em moeda forte<sup>53</sup>.

<sup>52</sup> Candonga uma palavra de origem kimbundo, refere-se, desde o tempo colonial, às atividades de contrabando e comércio irregular. Seu significado foi estendido para toda e qualquer atividade realizada às margens da lei, incluindo aí o transporte de passageiros.

<sup>53</sup> Uma crítica recorrente às empresas multinacionais instaladas em Angola - principalmente petrolíferas e empreiteiras - é que pouco absorvem a mão-de-obra especializada local, preferindo empregar funcionários estrangeiros, estes quase sempre com maiores salários que os nacionais e pagos em moeda estrangeira. Esta estrutura de salários lembra muito aquela do tempo colonial, em que havia faixas salariais diferenciadas para metropolitanos e africanos.

Ainda que com laços no setor formal, quase todas as famílias em Luanda têm pelo menos um de seus membros em atividades no setor informal. As famílias mais pobres são as mais dedicadas ao setor informal, no comércio ou nos serviços. As famílias das camadas médias (refiro-me aqui no sentido amplo, de profissionais liberais ou com nível médio de instrução) costumam uns terem empregos no setor formal, enquanto outros parentes exercem atividades paralelas para complementação da renda familiar (trazendo produtos de viagens ao exterior ou realizando serviços temporários e outros negócios). A camada alta, sobretudo aquela ligada ao aparelho de Estado, geralmente possui ou dirige algum tipo de empreendimento, formal ou não.

Nesta cadeia, a camada mais vulnerável é, sem dúvida, a dos recém chegados na capital, principalmente os refugiados e deslocados de guerra, que não encontram rede de apoio nas famílias já estabelecidas ou cujas famílias estão por demais sobrecarregadas com os parentes anteriormente chegados, ou aqueles que estão completamente destituídos de referenciais, como as milhares de crianças órfãs.

A organização do comércio presente hoje em Luanda obedece assim a uma estrutura piramidal, onde no topo estão as grandes empresas de importação e uma camada de intermediários e donos de armazéns (muitos destes são estrangeiros), até chegar à base, onde está o pequeno varejista, tipicamente, a mulher da periferia. Alimentando esta estrutura também estão os viajantes (sacoleiros) e os contrabandistas, que têm atualmente um papel diferente do que tinham na estrutura anterior, antes da liberalização do mercado, o que discutiremos mais adiante.

As comerciantes varejistas, na base da pirâmide, não possuem qualquer organização ou capital que lhes permita aumentar sua baixíssima margem de lucro (fazendo em grupos compras em quantidade, obtendo crédito ou prazo para pagamento, ou margem de negociação para obtenção de descontos, etc.). As grandes empresas de importação, por sua vez, contam com o favorecimento da estrutura do Estado, que lhes permite crédito, compra de dólares a valor oficial, desobstrução da burocracia portuária, etc.

### O mercado paralelo

A estruturação do mercado paralelo em Luanda, depois mercado informal, encontra suas origens na organização econômica e social do novo Estado independente. Encontra eco também no período colonial, ao qual nos referiremos apenas de forma complementar. Também não será possível fazer muitas referências à situação do resto do país, a não ser de maneira superficial, por não estar no nosso escopo de análise.

Esta tentativa de dar conta da organização do mercado paralelo/informal deve ser feita com cuidado, já que não temos os conhecimentos de economia necessários para uma análise mais substancial e segura. Contudo, o âmbito da sua relação com o Estado, e a hiperdimensão que este setor tem na vida social e econômica de Angola, faz com que busquemos esta descrição, sob pena de deixarmos de lado um fator fundamental para a compreensão da vida em Luanda, sobretudo para que possamos compreender o lugar que o grupo dos regressados ocupa nesta estrutura.

Vamos nos basear nas descrições e análises feitas por Alain Morice (1985), Christine Messiant (1994), na literatura angolana de ficção (Pepetela, 1985, 1995; Rui, 1982 e outros) e nas observações de campo, que contaram também com diversas conversas e entrevistas feitas na cidade de Luanda.

Quanto aos termos "mercado paralelo" e "mercado informal", eles estão referidos, de maneira geral, com relação ao sistema econômico vigente. O mercado paralelo contrapõe-se - e amalgama-se - com a economia de tipo estatal/socialista. O segundo desenvolve-se no contexto da economia de mercado (Morice, 1985: 109)<sup>54</sup>.

Se a transição ocorrida em 1974-75, do ponto de vista político, proporcionou uma ruptura - conquista da independência -, do ponto de

<sup>54</sup> Em Luanda existia, até então, o que podemos chamar de mercado informal clássico ou tradicional, como o comércio de peixe organizado pela população da ilha de Luanda - extensamente analisado por Ruy Duarte de Carvalho (1989) -, as quitandelas (mulheres que vendem de comida e outros produtos agrícolas nas ruas) e o artesanato.

vista econômico não deixou de representar uma certa continuidade e mesmo um agravamento de certas estruturas coloniais.

A dependência da economia angolana das divisas resultantes das exportações de matéria prima, sobretudo o petróleo, foi um processo que se agravou cada vez mais, bem como a inserção, de forma obviamente subalterna, ao bloco capitalista, ainda que, paradoxalmente, do ponto de vista da política internacional e da aliança militar, tenhamos assistido o alinhamento angolano ao bloco socialista<sup>55</sup>.

A economia colonial, definida por um forte controle sobre a mão-de-obra e a produção agrícola (por meio dos impostos coloniais), foi substituída pelo controle Estatal do governo socialista do MPLA, principalmente na distribuição e abastecimento.

Este controle estatal foi proporcionado pela nacionalização das empresas e serviços. O desmantelamento do parque industrial existente fez o governo depender cada vez mais das importações de bens de consumo básicos. Por outro lado, a existência dos rendimentos do petróleo e a continuidade da guerra tornaram desnecessário, e ao mesmo tempo impossibilitaram, um restrito controle estatal sobre a produção agrícola. Esta produção agrícola desorganizou-se cada vez mais, sobretudo pela ausência de uma política coerente de escoamento da produção. Também a ausência de insumos, de investimentos e sérias falhas de abastecimento de bens de consumo agravaram a situação de abandono no meio rural.

Nas cidades, o abastecimento também ficou longe da eficiência. A montagem de armazéns, as "Lojas do Povo", com bens de consumo a preços subsidiados, funcionava de forma precária, ocasionando grandes filas para a compra ocasional de alguns produtos (nem sempre os mais necessários). As pessoas tinham acesso a estas lojas mediante o uso de uma carteira funcional, o que excluía automaticamente os que não estavam no setor legal, ou seja, estatal, da economia.

---

<sup>55</sup> A assistência soviética, dos países do leste europeu e de Cuba, do ponto de vista militar e de cooperação não alterou significativamente a balança comercial angolana, que manteve como principais parceiros os países de economia livre, como EUA, França, Alemanha, Espanha, Portugal e Brasil (tal como no tempo colonial). Os pagamentos à cooperação socialista e aos armamentos soviéticos foram feitos em divisas proveniente do petróleo, este, explorado pelas empresas de países capitalistas (observação feita por José Maria Nunes Perelra).

A crescente improdutividade - e penúria - da economia angolana agravou a dependência dos rendimentos do petróleo e compôs uma situação de cada vez maior dependência e centralização em torno do Estado, formando a base para a rede de clientela que se estruturava a partir daí. Com o petróleo era possível ao Estado sustentar a guerra, pagar armamentos, a cooperação estrangeira (fundamental, devido à falta de quadros), abastecer, ainda que de forma precária, as cidades e alimentar os privilégios do aparelho de Estado, favorecendo a cooptação, o aliciamento, a rede de clientela que fez com que o Estado se reproduzisse e se mantivesse hegemônico.

A centralização, a burocratização, a má gestão e ausência de quadros especializados foram, além da falta de insumos, as principais causas do desmantelamento do parque industrial angolano, praticamente todo situado em Luanda. Ao passo do enfraquecimento da produção industrial e da desorganização da distribuição assistimos à crise de abastecimento, seguido por períodos de grande escassez. Iniciou-se, assim, a montagem do sistema paralelo que, ainda que combatido pelo Estado, foi alimentado e favorecido pela própria forma de organização do Estado angolano. Este processo teve início poucos anos após a independência e desenvolveu-se a partir da década de 80. Nos anos 90, com a liberalização da economia, este fenómeno ganhou em complexidade e também contornos mais trágicos e explícitos, com a rápida privatização das empresas e serviços públicos em benefício de grupos de dentro do aparelho de Estado ou ligados a ele.

O mercado paralelo era abastecido através do contrabando, com a conseqüente montagem de um inevitável sistema de corrupção nas fronteiras, portos e aeroportos. O baixíssimo valor do kwanza na cotação oficial facilitava grandemente as viagens para o exterior. Esta "verdadeira instituição" (Morice, 1985:118) das viagens aéreas internacionais, que custavam o equivalente ao preço de alguns engradados de cerveja (transformada durante muito tempo em moeda de troca em Angola), resultou em compras excedentes que entravam no país com o auxílio da fiscalização "relaxada" das alfândegas, abastecendo em muito o mercado luandense.

Uma outra forma mais simples de abastecimento do mercado paralelo era o desvio de produtos das lojas do povo, bem como das lojas exclusivas dos cooperantes, de empresas (petrolíferas) e diplomáticas.

O envolvimento estatal obviamente não se dava de forma institucional e sim pelo envolvimento de seus agentes e pela montagem de uma estrutura paralela de corrupção, que fazia dos cargos no Estado um trampolim para o acesso a informações privilegiadas e para a tomada de decisões que possibilitavam ganhos através da corrupção e do contrabando.

A outra forma de estímulo do Estado ao setor paralelo era a própria forma de composição dos salários estatais, que eram em parte pagos em produtos que não eram totalmente consumidos e sim desviados para os mercados<sup>56</sup>.

A base da economia angolana, o petróleo, e o envolvimento contínuo do Estado no esforço de guerra formavam um círculo vicioso onde a necessidade de organizar a produção propriamente dita ficou em segundo plano. As crises internas do partido no poder e a necessidade de alguns acordos políticos para a garantia de apoios (com o Zaire, por exemplo, em 1978) trouxeram também a demanda pela incorporação de indivíduos no aparelho de Estado e de políticas de cooptação. Isto onerou os encargos do Estado e acarretou na formação de mais redes de clientela em seu interior. Daí a válvula de escape garantida pela rede paralela que, por sua vez, preenchia o vácuo do abandono e da penúria ao qual fora relegada a população.

No fim das contas, o maior estímulo do poder estatal à articulação e efetivação da economia paralela originou-se da incapacidade de organizar a economia eficientemente e suprir a população de bens e serviços básicos.

Trata-se de um descontrole do Estado em diversos níveis da vida social, desde o descontrole dos bens de produção que ele toma para si, dos meios de distribuição, da organização da infra-estrutura, que acarreta não somente a existência do mercado negro, mas também as atividades irregulares de transporte, a auto-construção, a produção doméstica, que

<sup>56</sup> Para ilustrar este "salário in natura". Morice (1985, 117) cita o caso de uma empresa de colchões que dava um colchão por mês a cada operário. É este tipo de excedente que ia para o mercado paralelo.

paulatinamente ficam fora do controle institucional do Estado. Por outro lado, o sistema paralelo é, em parte, decorrente da forma "paralela" do Estado se organizar, substanciado pelas redes de clientela e corrupção: *"É um sistema que se impôs fortemente em todos os domínios da reprodução física e social da cidade face às carências oficiais, e que vive largamente destas carências"* (Morice, 1985:110).

Quando nos referimos à corrupção no seio do Estado e na sociedade, isto pode significar muitas coisas. Uma, é o seu sentido estrito, a de agentes envolvidos na alta corrupção, na intermediação de grandes negócios, no tráfico de influências. Outra, são as formas irregulares encontradas pela população para garantir a sua sobrevivência, que pouco a pouco vão se tornando modo comum de atuação, para a prestação de serviços básicos, tais como educação e saúde.

A prática da "gasosa"<sup>57</sup> faz parte desta corrupção cotidiana. É como uma gorjeta que todos sabem que deve ser paga para que seu pedido seja encaminhado, para que o seu filho tenha vaga na escola, quando a princípio não haveria mais vagas disponíveis, para que o paciente seja atendido na rede hospitalar pública. Do lado de quem recebe a "gasosa", esta vai ser a principal fonte de renda de quem tem no salário somente um valor nominal. O salário é apenas a garantia do vínculo com o setor oficial, possibilitando ao funcionário o acesso a certas vantagens, não oficiais.

Certamente, é um processo em que as camadas subalternas do quadro do funcionalismo reproduzem as esferas mais altas. O círculo se expande com o descontrolo do Estado, tornando-se regra geral de organização burocrática e também social. Contudo, enquanto para estas a corrupção permite o enriquecimento, para as primeiras garante, na maior parte das vezes, a mera sobrevivência.

Muitas vezes não se trata apenas de suborno monetário, mas também de acionar um sistema de favores em que os laços de solidariedade

---

<sup>57</sup> Refere-se aos engradados de refrigerantes e cerveja que foram por muito tempo moeda de troca em Angola. Hoje em dia "gasosa" pode querer dizer apenas uma quantia em dinheiro.

(familiares, étnicos, de grupo social, de afinidades políticas) têm um peso importante.

O mercado paralelo, o setor mais visível dentro de um sistema não oficial mais abrangente (Morice, 1985:110), contou com uma participação fundamental do grupo regressado.

### A "liberalização" da economia

A partir da década de 1990, Angola iniciou uma brusca modificação de sua "direção" econômica. Como corolário dos acordos de paz (Nova York, 1988 e Bicesse, 1991), o governo angolano comprometeu-se a estabelecer um regime multipartidário no país e a convocar eleições. Ao passo da distensão do regime, do fim da Guerra Fria, e da aproximação política com o bloco do ocidente, foram promulgadas leis de desregulamentação da economia.

Junto a um processo de paz pressionado e eivado de desconfianças entre as duas forças beligerantes, a abertura da economia angolana vai sendo feita de modo apressado, ao sabor dos interesses do poder e do "salve-se quem puder"<sup>58</sup>.

Com a manutenção da mesma lógica clientelista, o patrimônio público foi praticamente todo apropriado por setores do governo. Ou seja, o Estado privatizou o próprio Estado, para exclusivo benefício de seus agentes. Com o monopólio da burocratização, contudo, o Estado manteve toda a vida econômica do país em torno de si (não considerando parte do contrabando de diamantes) e continuou a reproduzir sua clientela, através da concessão de permissão de empresas, licenças de importação, linhas de financiamento e, finalmente, desobstrução da entrada de mercadorias pelo porto.

A par da diversificação dos serviços, assistimos o agravamento da desmontagem dos serviços públicos e/ou sua elitização, principalmente nos setores de saúde e educação. A atividade empresarial instalada em Angola

<sup>58</sup> Pepetela, em *O desejo de Kianda* (1995), retrata de forma irônica, mas trágica, este processo.

teve, portanto, um caráter predatório, sem qualquer política de reinvestimento (a insegurança de investir em Angola só foi confirmada e reforçada com o fracasso das eleições, em 1992); na qual os lucros vão sendo mandados para fora do país<sup>59</sup>.

Um dos fatores que ajudam a explicar o estado de coisas do "cada um por si" que vem imperando em Angola é a quase ausência de uma sociedade civil que possa contribuir para pressionar o governo por formas mais democráticas e inclusivas de participação. O fechamento político posterior à independência, acompanhado de expurgos e crises repressivas foi seguido apenas de uma progressiva cooptação para o aparelho de Estado de antigos dissidentes e possíveis lideranças em ascensão. Num contexto dominado pelo clientelismo e pela reprodução de lealdades (sejam étnicas, familiares ou outras) há muito pouco espaço para a autonomia, para a independência política ou mesmo para liberdade de opinião de fato.

Dentro deste quadro de desmantelamento dos serviços públicos e descompromisso social, é de se prever o estado de penúria da Universidade pública e a saída de jovens que vão fazer seus cursos superiores no exterior e que, freqüentemente, não retornam. A "fuga de cérebros", bem como a de intelectuais angolanos já formados, faz a cena intelectual angolana bastante anêmica, com baixo potencial de contestação e articulação cívica<sup>60</sup>.

A atomização da sociedade não favorece a organização social e sindical, importantes canais de expressão da sociedade civil. A imprensa, ainda em expansão, devido à nova legislação liberal, permanece atrelada a setores do Estado (ou do partido armado opositor) e funciona como mero canal dos diversos grupos em disputa pelo poder.

A igreja cristã, neste contexto, cumpre um papel importante, tanto gregário como de organização da sociedade angolana. Cabe distinguir as igrejas católica e as protestantes que possuem trajetórias bastante

<sup>59</sup> Com o retorno da guerra, a compra de armamentos tornou-se o negócio mais rentável em Angola.

<sup>60</sup> Os poucos intelectuais angolanos e pesquisadores produzindo em Angola se equilibram entre um emprego na Universidade e diversos trabalhos para ONGs, consultorias, projetos individuais e estão constantemente indo para o exterior em busca de melhores condições de trabalho.

diferenciadas desde o período colonial<sup>61</sup>. Contudo, destaca-se a atuação destas igrejas como um canal importante de expressão de setores da população no período após da independência, ainda que um tanto quanto marginalizadas pelo regime do MPLA.

O fenômeno das novas igrejas pentecostais é muito mais recente e, apesar do seu crescimento explosivo, não parece constituir-se num setor muito organizado do ponto de vista reivindicativo e formal. Faltam estudos mais apurados sobre o tema, que deixem de lado os preconceitos em torno das "igrejas eletrônicas" e procurem compreender o fenômeno para além da mera percepção de que as igrejas sejam um equivalente "espiritual" da "candonga" (Messiant, 1994: 200) no sentido da exploração econômica dos fiéis desesperados por pastores inescrupulosos. É bastante perceptível, todavia, o crescimento dessas denominações à medida do agravamento da situação econômica do país, após 1992.

As inúmeras Organizações-não-governamentais existentes em Angola também compõem um fenômeno bastante desigual. É possível encontrar algumas organizações, tanto estrangeiras como angolanas, bem estruturadas, que conquistaram uma continuidade no financiamento e fazem um trabalho conseqüente, do ponto de vista da intervenção nos bairros periféricos e no interior do país. Há também as pequenas organizações com financiamento irregular e com pessoal de baixa qualificação, cuja atuação é muito limitada e, por vezes, duvidosa.

Faltam mais elementos, e mesmo não é o espaço aqui neste trabalho, para uma reflexão sobre a abrangência da atuação destas ONGs, de um modo geral, para além de minimizar situações agudas de desamparo das populações frente ao afastamento do Estado e da desagregação provocada pela guerra. As ONGs são também limitadas pelas exigências das entidades financiadoras que têm priorizado o atendimento em situações de emergência, em detrimento de projetos mais prolongados.

---

<sup>61</sup> A igreja católica foi, desde sempre, a parceira do Estado colonial português, sendo sempre favorecida e privilegiada em detrimento das igrejas protestantes. Com a independência verificou-se um processo de "africanização" da igreja católica que, a par da marginalização sofrida pelo governo marxista, veio modificando seu lugar na sociedade no sentido de uma atuação cada vez mais contestadora e independente. Uma das obras de referência sobre este tema é Henderson (1990).

Apesar da consciência destas organizações de sua limitação, da tentativa de coordenar sua atuação em parceria com o Estado, sobretudo com os limitados setores estatais de assistência social, as ONGs não vão muito além das deficiências organizativas da própria sociedade na qual atuam.

Como organizações-não-governamentais incluem-se também muitas associações de naturais (associações de originários, migrados), associações de auto-ajuda e associações ligadas às diversas igrejas (protestantes) com atuação limitada aos bairros onde estão localizados.

O fosso social existente em Luanda tem sido cada vez mais perceptível pela ostentação de riqueza, contrastada com a miséria cada vez maior. O quadro mais visível deste contraste é o constante desfile de carros de luxo importados nas ruas esburacadas. A existência de "bolhas" de convívio e consumo para a elite<sup>62</sup> (lojas caras, restaurantes e boates de luxo, o veraneio na Ilha do Mussulo, a diversão nos clubes da Ilha de Luanda, etc.) que se mantém relativamente afastada da miséria (ainda mais agravada com os deslocados de guerra, os militares aleijados desmobilizados a pedir esmolas nas ruas e, sobretudo, o recente aparecimento do fenômeno das crianças de rua), são a reiteração do descompromisso e do distanciamento que o centro de poder mantém do resto da população.

---

<sup>62</sup> Na qual também participam a comunidade estrangeira, basicamente formada por gente de negócios, de passagem pelo país, o pessoal das embaixadas e, até 1998, o pessoal da ONU.

## Luanda – Pequena História

### De "Cidade feitoria" a "Cidade crioula"

O desenvolvimento urbano e social da cidade de Luanda sempre seguiu muito de perto os ciclos econômicos que sustentaram a colônia. Fundada em 1576, Luanda foi sucessivamente uma "cidade porto", feitoria de onde partiam as expedições para o interior em busca das "peças" para o tráfico negreiro e cidade comercial, com o aperfeiçoamento da estrutura negreira e também do comércio de outros produtos de exportação. Com a transição para uma colônia de exploração, em fins do século XIX, Luanda assistiu uma dramática transformação de sua sociedade, com a decadência do núcleo intermediário nativo (chamada de "sociedade crioula"), que perdeu espaço para metropolitanos com a ocupação colonial e a exploração mais sistemática do território.

Os primeiros séculos da primeira cidade de europeus na África Subsaariana foram uma mistura de rapina e abandono. Ponta de lança das expedições de captura e compra de escravos no interior do país, o período econômico correspondente ao tráfico de escravos significou para Luanda uma débil ocupação, por uma população flutuante, agravada pelo clima inóspito para os portugueses, onde a alta mortalidade desencorajava a fixação de europeus.

A sede do governo colonial era, portanto, uma pequena cidade de funcionários e militares, onde os indícios de permanência eram dados pelas várias construções feitas pela Igreja Católica<sup>63</sup>.

Com o crescimento do tráfico, desenvolveram-se as construções e edifícios do governo e de moradias, ainda que com uma infra-estrutura um tanto quanto precária. A formação de uma burguesia comercial e de uma camada intermediária formada, na sua maioria, por angolanos descendentes de metropolitanos e brasileiros com a população autóctone

<sup>63</sup> A hipótese de um projeto de uma sede da Igreja Católica em África, a partir de Luanda, foi aventada por Mourão (1988: 12), em função da grande quantidade de construções eclesíásticas feitas em Luanda, em muito desproporcionais à população até então ali fixada.

deveu-se mais à ausência de mulheres brancas na colônia e à fragilidade da empresa colonial portuguesa no tráfico<sup>64</sup> que por uma "originalidade" do modo de ser e estar do português no mundo, como pretendeu Gilberto Freyre.

Este grupo intermediário, racial e socialmente mestiço exerceu um papel fundamental no tráfico, seja pela manutenção dos laços de parentesco e clientela no interior angolano (meio kimbundu), seja pela assimilação à cultura portuguesa (como já nos referimos no primeiro capítulo).

A organização urbana luandense típica do período do tráfico configurava-se pela oposição de uma cidade alta - onde concentrava-se o poder administrativo e eclesiástico - e a cidade baixa - cidade comercial, de grandes sobrados com quintais onde eram depositados os escravos de uso doméstico ou para posterior embarque. A cidade baixa caracterizava-se como um espaço onde conviviam a sociedade crioula multirracial e africanos, livres e escravos. As imponentes construções portuguesas ficavam não muito longe das cubatas - casas africanas de palha ou adobe.

Já nesta época são diversos os relatos sobre a precariedade da cidade, onde a ausência de infra-estrutura se fez sentir pela mau fornecimento de água, pelo sistema precário de iluminação pública, falta de passeio público e... ostentação de riqueza, onde assistia-se senhores e senhoras a desfilarem nas ruas, exibindo uma extensa criadagem, no meio do lixo, da lama e da proliferação de doenças (Pepetela, 1992).

### Cidade colonial

As transformações discutidas no primeiro capítulo, relacionadas com o fim do tráfico de escravos e com a nova forma de inserção de Angola no sistema econômico internacional acarretaram a perda de poder político e econômico da camada crioula, sediada sobretudo em Luanda. Este

<sup>64</sup> O tráfico de escravos em Angola estava mais em mãos luso-brasileiras estabelecidas na colônia portuguesa na América do que em mãos propriamente metropolitanas. Após a ocupação holandesa (1641-48), desalojada por uma expedição saída dos portos do Rio de Janeiro, Angola torna-se uma colônia mais brasileira do que portuguesa.

processo, embora lento, implicou numa nova política de ocupação e exploração do território angolano por Portugal.

Na consolidação da implantação da colonização em Angola, Luanda foi reforçada como centro do poder colonial. Assim, de "cidade crioula" Luanda passou a ser uma "cidade colonial" no sentido da segregação social e racial do espaço urbano.

A entrada de colonos nas primeiras décadas do século XX acentuaram a expulsão de africanos do centro da cidade<sup>65</sup> e, posteriormente, a demolição também dos bairros crioulos do centro, como o Maculusso e a Ingombota (Dias, 1984; 90)<sup>66</sup>. Nas primeiras décadas do século XX apareceram os primeiros musseques.

O acirramento da tensão racial entre metropolitanos e africanos "assimilados" em Luanda<sup>67</sup>, marginalizou definitivamente os africanos com a subida de Salazar ao poder, na década de 30. A virada para o fascismo na metrópole provocou o aumento da censura e da repressão nas colônias.

A repressão foi grande também na metrópole. Talvez esteja aí uma diferença fundamental da colonização portuguesa frente as outras colonizações: o controle e a repressão, maior ou menor, nas colônias, faz parte da própria essência do fenómeno colonial. Contudo, uma metrópole submetida a um regime fascista foi uma experiência apenas portuguesa. Isto vai ter desdobramentos no processo de descolonização, na medida que a elite colonizada que ia estudar na metrópole deparou-se com um fechamento político que as elites africanas das colônias francesas e inglesas não experimentaram. Isto teve conseqüências na descolonização violenta das colônias portuguesas e, em parte, no sistema político radical em vigor após as independências (Pereira, 1996).

<sup>65</sup> Processo iniciado com o fim do tráfico e da escravidão, onde já não havia necessidade de manter grandes quintais com escravos para o uso doméstico e comercial.

<sup>66</sup> É nesta altura também que parte da camada crioula é incorporada na categoria administrativa de "assimilados", separando esta do grupo dos "indígenas", os africanos não aculturados, mas também afastando-os do grupo dos metropolitanos que, de antemão, já são parte do grupo "civilizado".

<sup>67</sup> Certamente o grupo assimilado é em número muito menor do que os "assimilados de fato", ou seja, aqueles africanos destribalizados, envolvidos na vida urbana que não conseguem adquirir o estatuto de assimilado, mas que formam um só grupo do ponto de vista cultural e social (Messiant, 1989 e Bittencourt, 1996).

As décadas de 30 e 40 foram marcadas pela entrada maciça dos colonos<sup>68</sup> e pela economia do café (além de outros produtos de exportação, como o algodão e o sisal). É desta época uma grande pressão e expulsão dos africanos de suas terras e, no âmbito urbano, uma pauperização da camada assimilada (e, em menor escala, dos angolanos brancos), com as limitações sobre os empregos, os cargos do funcionalismo público, as restrições salariais (havia diferentes faixas salariais entre colonos e angolanos).

Na cidade, agravou-se a segregação urbana, do ponto de vista racial e social<sup>69</sup>. Nas décadas de 50 e 60 o rendimento do café proporcionou um forte impulso na construção civil, resultando nas muitas casas e edifícios destinados às famílias portuguesas que cada vez mais chegavam a Angola<sup>70</sup>.

Esta "febre imobiliária" foi responsável pela demolição de muitos prédios de grande valor histórico, pela abertura de grandes avenidas (como a Marginal e a Avenida dos Combatentes) e construção nos bairros populares como o Bairro Operário, o Bairro Popular, o Marçal, o Prenda, ocupados por colonos de baixa qualificação.

Neste período assistimos também à chegada de muitos africanos saídos da área rural, fugindo do empobrecimento no campo, do "contrato" (trabalho compulsório) e em busca de possibilidades de ascensão social pela educação e pelo trabalho assalariado na construção civil e na indústria nascente. Mais tarde, a migração no sentido interior-Luanda aumentou com o desenrolar da luta de libertação, onde a pressão sobre a população rural foi grande, principalmente por parte do poder colonial.

<sup>68</sup> Participação dos europeus na população de Luanda: 1930: 11,8%; 1950: 14,7%; 1960: 24,7%; 1970: 26,7% (Colaço: 1992; 7).

<sup>69</sup> A literatura angolana, tanto o romance como a poesia, escrita nas décadas de 50 e 60 indicam este processo, ocorrido de forma intensa na década de 40. Para tal ver Luandino Vieira e Arnaldo Santos (várias obras).

<sup>70</sup> Percebe-se uma mudança significativa na migração portuguesa para Angola. No século XX, aumentou a participação de mulheres (integradas em famílias) que migraram para as colônias, caindo bastante o grau de mestiçagem e aumentando a tensão racial. Com a guerra de libertação e a ida intensa de soldados portugueses para as colônias, o número de crianças mestiças volta a crescer bastante, mas desta vez são crianças "bastardas" que não podem contar com o nome e o apoio paterno, que era situação habitual nas gerações anteriores de mestiços.

Este rápido crescimento da capital agravou o antigo problema da precariedade da infra-estrutura, que foi sendo "enxertada *a posteriori*" (Pepetela, 1992). Nos musseques a tônica era a indiferença, por parte do governo, sem qualquer promessa de saneamento, luz ou serviços de saúde que, com poucas diferenças, verificamos ainda hoje.

Durante a década de 1960, já se observava nos musseques de Luanda uma composição populacional que obedece a princípios regionais de residência. Encontrava-se nos bairros, como hoje, a predominância de um ou outro grupo, seja ele étnico, de distritos ou de regiões menores. Do ponto de vista etnolingüístico, a população que habitava a cidade nos musseques de Luanda tinha, como ainda hoje tem, a predominância kimbundo, obviamente por ser a região que cerca a capital. Esta distribuição se explica pela ordem de chegada de famílias migradas que abrigam os parentes que vêm posteriormente. Assim, pela rede de acolhimento na cidade, os parentes e amigos vão construindo suas casas próximos uns dos outros. Esta é a mesma lógica que permite que identifiquemos, a partir da década de 80, bairros com um grande número de regressados.

Havia, já na década de 60, um contingente Ovimbundu pequeno mas expressivo (Cahen, 1989). A presença bakongo é menor ainda, tendo em vista que os bakongo vão optar preferencialmente pela migração para o Congo Belga/Zaire.

Em fins dos anos 60 e início da década de 70 a economia de Angola alcançou um elevado crescimento e uma certa diversificação. Isto se deveu, em grande parte, à franca abertura aos capitais estrangeiros, já que economia portuguesa vinha se debilitando pelo esforço militar empreendido para conter a guerrilha nacionalista.

Os capitais estrangeiros incidiram principalmente na exploração de petróleo, que em 1973 tornou-se o principal produto de exportação, seguido pelos diamantes, café e outros produtos agrícolas. O parque industrial angolano, concentrado sobretudo em Luanda, era bastante diversificado, relativamente à escala africana.

### Cidade "africana"

O quadro urbano luandense alterou-se significativamente com a independência, em 1975, precedido pelo período de transição, iniciado com a Revolução dos Cravos, em Portugal, em abril de 1974.

Paralelamente à intensa saída de portugueses e angolanos devido ao acirramento das tensões sociais pela transição encaminhada de forma extremamente conturbada, assistiu-se à chegada de grande contingente de angolanos vindos do interior do país.

Neste momento houve um grande reordenamento da cidade, com a ocupação dos apartamentos e casas deixados pelos portugueses por moradores dos bairros menos privilegiados e a subsequente reocupação dos musseques pelos recém-chegados.

Os maiores beneficiários desta ocupação foram certamente as pessoas mais ligadas ao governo que assumiu o poder em 1975, já que este estatizou e tomou para si o controle não somente das empresas, mas de todo o patrimônio urbano.

A Luanda das décadas de 80 e 90 assistiu ao crescimento de novos bairros, dentre os quais os bairros cuja maioria da população é a de angolanos vindos do Zaire – o que será abordado no próximo capítulo.

Há, atualmente, pelo menos dois tipos de expansão e crescimento na cidade. Aquela em que ocorre um aumento da densidade nos bairros existentes, com a construção de novas casas nos quintais das casas já construídas e nas áreas livres entre elas, e a expansão para as áreas desocupadas ou pouco habitadas cada vez mais longe do centro.

No primeiro caso, os bairros que percebem um maior inchamento são aqueles mais próximos dos mercados, onde pode ser mais fácil encontrar melhores oportunidades econômicas (Development Workshop: s/d, b).

No caso dos bairros em expansão, as áreas mais visadas estão no sul da cidade, da estrada que sai do aeroporto, passando pelo Futungo de Belas, em direção das praias oceânicas e da Barra do Rio Kwanza. O bairro

do Rocha Pinto, que fica próximo ao aeroporto foi um bairro criado durante a década de 80.

A expansão da cidade tem seguido as principais vias de acesso para o interior, através da qual chega a população fugida da guerra e da penúria. Este é o caso do bairro do Kikolo, na direção norte, onde chegam pessoas sobretudo de origem Ovimbundu, mas chegadas não do sul, e sim da região nordeste, para onde haviam se deslocado, ou foram deslocadas, para o trabalho nas fazendas de café. A área antes agrícola do Viana também tem recebido pessoas de diversas partes do país.

O subúrbio do Futungo de Belas, até pouco tempo também área rural, é atualmente a morada do presidente da República, que transferiu para lá parte de seu *staff* – procurando minimizar o dispêndio de tempo com as exigências de segurança. Esta área tem sido bastante ocupada por esta população deslocada, mas também é alvo do projeto Luanda Sul, de construção de um imenso complexo habitacional de alto nível, para o qual se transferirá a maior parte da classe política e econômica do país, capaz também de deslocar grande parte dos serviços para esta zona, o que faz supor um maior abandono do resto da cidade.

Um comentário que escutava muito quando perguntava sobre as transformações ocorridas na cidade nos últimos 20 anos era: "Luanda está se africanizando", ou "Luanda agora é África".

Considerando que estas expressões eram acompanhadas de um tom negativo ou pejorativo, mas por vezes tinham também um acento "realista" e, até mesmo, otimista, ousou discorrer sobre suas diversas implicações.

Uma delas certamente tem relação com o crescimento do mercado informal e com a superlotação da cidade, hoje comparada a Kinshasa e até mesmo, guardando as escalas populacionais e um certo exagero, a Lagos (Nigéria). A existência de um grande mercado, o Roque Santeiro, a diversificação dos produtos lá encontrados, as redes comerciais que abastecem a cidade, todos estes aspectos indicam uma efervescência que, segundo depoimentos, está muito longe da Luanda, de certa forma provinciana e pacata, de 1974.

A diversidade cada vez maior de sua população (ver quadro mais abaixo) diminuiu também a tradicional composição crioula e ambundo que marcava a população de Luanda. A referência à africanização da cidade também se refere às marcas muito visíveis da cultura Bakongo/zairense/regressada, aos panos típicos africanos, a diversidade de línguas que se pode ouvir atualmente, que contrasta com a anterior hegemonia do uso do português e de um vestir-se muito mais próximo à moda ocidental, que era o mais comum na Luanda até a década de 70<sup>71</sup>.

Os outros sentidos da expressão "africanização", esta no seu sentido pejorativo, referem-se também à percepção de um "caos" ou uma desordem, fruto de uma rápida transformação que tem escapado ao controle de seus moradores mais antigos e remete a uma certa "nostalgia" de um passado muito recente em que tudo parecia ser diferente.

A atual convivência entre diversas populações das várias partes de Angola, tanto a mais antiga como as mais recentemente chegadas à capital, e dentre estas, as populações que experimentaram outras formas de experiência urbana, como os bakongos em Leopoldville/Kinshasa, dão novas marcas à cidade de Luanda que merecem mais pesquisas e indagações.

Embora apontar a diversidade da capital angolana pela origem étnica ou regional de seus habitantes não seja um critério suficiente, é importante lançar mão dos dados que dispomos para demonstrar o crescimento e a dimensão da participação da população bakongo na população de Luanda:

---

<sup>71</sup> Sobre "africanização" que se relaciona diretamente com os regressados, vamos discutir mais no capítulo 3.

## POPULAÇÃO DE LUANDA POR PROVÍNCIA DE NASCIMENTO

Província	1964 *	1983**	1990
Luanda	35,2	25,1	18,9
Bengo		12,3	18,4
Zaire	2,7	1,7	3,6
Uíge	0,8	7,4	8,9
Kwanza Norte	6,8	10,2	12,1
Kwanza Sul	14,4	9,6	6,9
Malange	17,1	19,5	19,9
Huambo	8,9	5,0	4,9
Bié	4,4	2,8	2,1
Outros	3,8	3,4	2,8
Exteriores	5,9	3,0	1,5

\* Em 1963, Luanda ainda incluía a atual Província do Bengo.

\*\* Os dados de 1983 não são inteiramente comparáveis aos de 1964 e 1990. Os dados deste último ano referem-se aos musseques e à periferia de Luanda ao passo que os do Censo abrangem toda a província. Os dados censitários (1983) também se referem a todas as pessoas com idades iguais ou superiores a 15 anos, enquanto que os de 1990 referem-se apenas aos chefes dos agregados familiares.

Fontes: Amaral, 1986: 70-71; INE, Censo Demográfico da Província de Luanda, 1983; UNICEF, 1990.

Apud: Amado et alii, Codesria, 1992

## Observações sobre o quadro:

1. As províncias muito imperfeitamente indicam a origem étnica dos habitantes. Com base na distribuição étnica da população por regiões, pode-se indicar que as populações de origem Ambundo se encontram majoritariamente nas províncias de Luanda, Bengo, Kuanza Norte e Malange. As populações Bakongo são majoritárias nas províncias do Uíge e do Zaire (além de Cabinda, que não aparece no quadro acima). As populações Ovimbundu são maioria nas províncias do Kwanza Sul, Huambo, Bié (além de Benguela). "Outros" poderá se referir às não mencionadas províncias de Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico (onde encontram-se as populações Lunda-Chokwe e Ganguela) e as províncias do extremo sul, Namibe, Cuando Cubango, como outras populações, bastante diminutas (ver capítulo 1, notas 14 e 15), que dificilmente se deslocariam para a capital ou, neste caso, em quantidade proporcionalmente muito pequena.
2. Como a população regressada (que é a maior parte da população bakongo da capital) está majoritariamente presente nos musseques e menos no centro da cidade, sua participação na população total de Luanda talvez seja um pouco menor que a indicada (12,5%, 1990). Percebe-se a participação majoritária, entre os bakongo, do originários do Uíge.

3. A diferença de metodologia entre os censos não afeta tanto os resultados, para o nosso interesse, já que supomos que haja uma forte tendência, entre os bakongos, de casamentos entre pessoas do mesmo grupo. Assim, as mulheres, cujos maridos são de origem bakongo, são na maior parte também desta região. As crianças não computadas são provavelmente nascidas em Luanda, mas de pais regressados, o que aumenta proporcionalmente a população "bakongo" em geral (não apenas nascidos no nordeste do país).

4. A composição majoritariamente Ambundo da população luandense, embora não oculte a crescente participação de outros grupos na população da capital, não faz esquecer a forte marca kimbundo da capital angolana, em que pese as grandes diferenciações internas ao grupo Ambundo e a sua complexidade regional, que é fruto de uma intensa história de contato, migrações e comércio.

Quadro sinóptico relacionando a organização urbana da cidade de Luanda e sua população, com as principais atividades econômicas de Angola de cada período.

Luanda	Tipo de Cidade	Economia	População	Organização Urbana
Até séc. XIX	Entrepósito Comercial Cidade Comercial Cidade "Crioula"	Economia do Tráfico	População nativa Camada mestiça / intermediária População branca local Funcionários e militares metropolitanos	Oposição: cidade baixa (área do comércio) X cidade alta (governo, clero)
1940	Cidade Colonial	Sistema Colonial Economia de Exploração Economia de café e comércio Pacto Colonial Tradicional	Povoamento branco metropolitano Aumento da segregação racial e econômica	Afastamento da população local do centro da cidade Aparecimento dos primeiros musseques  Oposição: centro (colonos) X periferia (africanos)
1961-1974	Cidade Colonial Urbanizada	Sistema colonial moderno Economia de petróleo, café, outros produtos de exportação Investimento estrangeiro Industrialização Desenvolvimento da construção civil	Intensa ocupação metropolitana Ocupação Militar (estado de guerra)  Intensa chegada de populações vindas do interior do país	Forte oposição espacial: "cidade do asfalto" X musseques
1998	Capital "Africana"	Economia de petróleo Economia de guerra Economia Informal	Superlotação Intensa migração sentido interior → capital, principalmente de deslocados de guerra	Degradação generalizada do equipamento urbano (saneamento, água, luz, serviços básicos) Construção precária e desordenada Processo de "Mussequização"

## Kinshasa como contraponto de Luanda

Tal como Portugal, a Bélgica também pertenceu à categoria das potências coloniais periféricas. Um país sem a expressão econômica das potências francesa e britânica, frágil do ponto de vista político e diplomático e com poucas colônias, a Bélgica tinha como principal colônia o Congo Belga<sup>72</sup>, localizado na África Central, região equatorial, fronteira com o norte de Angola.

Ainda que, no caso do Congo, seja inevitável pesquisar e comparar a história das relações e das diferenças entre o Congo Francês (depois República Popular do Congo, hoje Congo Brazzaville) e o Congo Belga<sup>73</sup> (atual República Democrática do Congo, antes Zaire e antes em contraposição ao Congo Brazzaville, Congo Kinshasa) pode ser também revelador, para o nosso estudo, as relações entre o Congo Belga e Angola.

Esta breve comparação serve para por em evidência tanto a relação entre populações com uma larga história em comum, que não cessou de forma alguma com o estabelecimento das fronteiras coloniais, como também para por em relevo dois processos coloniais que têm algumas coisas em comum mas não outras, permitindo que um processo possa espelhar o outro e destacar aspectos que são fundamentais para a compreensão da inserção dos regressados na atualidade de Angola.

A colonização belga no Congo também foi marcada pela fragmentação regional, ainda que de uma forma mais aguda, pois sofreu uma forte intervenção das grandes empresas concessionárias, exploradoras de minérios na região do *hinterland* de Katanga, e das missões católicas e protestantes<sup>74</sup>. A divisão administrativa e missionária seguiu muito de perto

<sup>72</sup> Além do conjunto Ruanda-Urundi, na região dos lagos, África centro-oriental.

<sup>73</sup> Este foi o empreendimento de Gondola (1996), a partir do estudo das capitais dos dois Congos, Leopoldville/Kinshasa e Brazzaville, onde tomou uma cidade como espelho da outra, pondo em evidência os processos históricos, políticos e culturais das duas colônias e dos dois países independentes.

<sup>74</sup> A trajetória das Igrejas no Congo Belga tem semelhanças com a das colônias portuguesas, pela preferência dada à Igreja católica em detrimento da protestante, ainda que a relação da Igreja católica com o governo belga não tenha sido tão imbricada como foi em Portugal.

o tipo de economia a ser explorado em cada região, favorecendo a fragmentação política que agudizou-se com a independência da colônia em 1960, a despeito da forte centralização empreendida pelo Estado colonial.

Com uma economia mais potente que a portuguesa, mas oscilante no que toca à política da qualificação da mão-de-obra africana, ou de sua educação, percebeu-se no colonialismo belga uma deliberada segregação racial bem como políticas de estímulo aos regionalismos e identificações "tribais"<sup>75</sup>.

O desenvolvimento da capital do Congo Belga, Leopoldville, demonstra desde o início da colonização uma ocupação segregada dos espaços. Em comparação com Luanda, que carregou uma longa história como cidade comercial, envolvida com o tráfico, Leopoldville, com uma urbanização bem mais recente, teve as características mais marcantes de cidade - e capital - colonial.

Entre outras coisas, e devido também a um tipo de colonização de exploração, com pouca ocupação de brancos metropolitanos (ao contrário de Portugal), a segregação racial em Leopoldville, o processo tardio de africanização de quadros<sup>76</sup> e a ausência de uma camada intermediária acarretou um processo político de descolonização com características bastante racializadas. O fator étnico, fomentado de diversas formas no período colonial, foi também um elemento considerável de radicalização e instabilidade deste processo<sup>77</sup>.

Foi esta vivência política de Leopoldville/Kinshasa que moldou boa parte da elite bakongo angolana migrada para o Congo Belga durante meados do século XX, que participou ativamente da efervescência política congoleza nas décadas de 50 e 60. O que foi bastante diferente entre os setores urbanos de Luanda durante este mesmo período.

---

<sup>75</sup> Por outro lado, uma marca fundamental da colonização belga no Congo, seguida de perto pelo governo independente foi a generalização do ensino primário por toda a população, que no tempo colonial foi deixado quase que totalmente a cargo das missões.

<sup>76</sup> Emergência de uma pequena burguesia africana ocupando postos na administração e pequenos negócios.

<sup>77</sup> Uma análise do processo de descolonização congoleza, do ponto de vista da capital, está em Gondola, 1996.

O discurso racial e étnico da elite bakongo angolana durante a contestação nacionalista (considerando também que os bakongo eram a maioria da população de Leopoldville) deu a marca do que Pélissier chamou de etno-nacionalismo bakongo, consolidado na UPA, depois FNLA, que contrastava com o discurso menos racializado e não regionalizado dos nacionalistas ligados ao MPLA, que este autor caracteriza como um "nacionalismo moderno" (Pélissier, 1978:)<sup>78</sup>.

Por vários fatores, apontados no capítulo precedente, as elites bakongo angolanas passaram a assumir um discurso e uma perspectiva mais nacional e menos regional. Contudo, permaneceu uma herança e uma mentalidade fortemente regionalizada e "étnica" que teve suas conseqüências com o desenrolar da luta anti-colonial em Angola, que não vamos desenvolver mais aqui.

A participação angolana em Leopoldville/Kinshasa não se fez sentir apenas na movimentação política destes anos, mas também na vida econômica da cidade. Os muitos portugueses que residiam na capital do Congo Belga e atuavam no setor do comércio, foram os principais empregadores de angolanos emigrados.

Posteriormente, estes angolanos foram se autonomizando. Alguns relatos de campo dão conta da possibilidade dos angolanos terem tido grande participação no comércio informal, que passou a ser parte vital da economia zairense, com a crise econômica gestada nos anos posteriores da independência, sobretudo com a subida ao poder do ditador Mobutu Sesse Seko (1965).

A "economia do *débrouillardise*", ou do desembaraçar-se, que nasceu desta crise econômica, da corrupção e da desorganização do Estado zairense, expandiu-se no início dos anos 70. Também chamado "Sistema D"<sup>79</sup>, inclui o abuso das funções oficiais, o comércio ilegal ou paralelo, a sonegação de impostos, a corrupção, a fraude, o contrabando, enfim, todas as atividades que escapam ao controle do Estado e da lei. Estas práticas,

<sup>78</sup> Uma outra análise mais recente comparando as diferentes formações entre estas duas elites nacionalistas encontra-se em Messiant (1983 e 1989).

<sup>79</sup> O "sistema D" refere-se ao inexistente décimo quinto artigo da constituição zairense (que contém 14 artigos), que remete à "lei" tácita da "segunda economia", do setor paralelo e dos diversos expedientes de burla ao Estado e à lei.

identificadas no Zaire dos anos 70, são bastante parecidas, guardada a devida escala, com o que passou a ocorrer em Angola nos anos seguintes à independência. A vivência que os angolanos vindos do Zaire tinham deste contexto econômico e social bastante precário lhes deram a experiência necessária para participar ativamente da organização do mercado paralelo conformado em Angola, sobretudo nos anos 80.

### Conclusão

O processo histórico e social luandense, ainda que guarde semelhanças com outras cidades coloniais africanas, a meu ver, deve sua particularidade a dois fatores. O primeiro, é o crônico estado de guerra que altera, agrava e condiciona estruturalmente a ocupação da cidade e sua economia. Ainda que o comércio informal seja um fenômeno comum a maior parte das grandes cidades africanas, em Luanda ele assume um aspecto hiperdimensionado, levando-se em consideração a economia dependente do petróleo, que permite a perpetuação deste processo.

O segundo aspecto, que inscreve-se na história da capital angolana é a sua antigüidade como cidade, que faz com que Luanda não tenha sido sempre uma cidade colonial na acepção típica do termo, como Leopoldville, por exemplo. A transição pela qual passou em fins do século XIX, com a segregação da população africana "crioula" é conhecida em poucas cidades africanas pré-coloniais, a maioria delas tributária do tráfico de escravos. A memória de uma sociedade sem segregações permaneceu não somente na literatura angolana, mas também na memória de importantes grupos luandenses.

**Capítulo 3*****Os regressados:******"Pensam que isto aqui é o Congo ou o quê?"***

## Capítulo 3

### Os regressados

#### O bairro do Palanca

Situado na estrada Deolinda Rodrigues, ainda hoje conhecida pelo antigo nome Estrada do Catete (porque vai em direção à cidade do Catete), o Palanca fica ao lado do tradicional bairro Neves Bendinha, antigo Bairro Popular<sup>80</sup>. Podemos considerá-lo como um bairro da periferia próxima de Luanda, distante do centro a não mais de 15 minutos de carro, com trânsito livre.

O Bairro do Palanca pertence ao município de Kilamba Kiaxi, que abrange ainda os bairros do Golfe, Sapu, Havemos de Voltar e Bairro Popular. O município de Kilamba Kiaxi tinha 421.636 habitantes em 1995 (ver quadro adiante). Segundo algumas organizações não governamentais, 85% das pessoas residentes no Palanca são originárias das províncias do norte (Zaire e Uíge) sejam lá nascidas ou vindas da República Democrática do Congo, 10% são de outras províncias de Angola, 5% são originárias de Luanda, mesma composição dos bairros do Golfe e Sapu. Ao nível do município de Kilamba Kiaxi, o número de pessoas das províncias do norte ou vindas do Zaire cairia para 45%.

Os dados sobre a população do Palanca, como dos outros bairros de Luanda, são muito desencontrados. Não conseguimos obter dados oficiais recentes sobre a população em cada bairro e é justamente esta divisão por bairros que cria uma certa confusão. Os últimos dados da população por municípios e bairros em Luanda foram do censo eleitoral, em 1992, e muitas pessoas podem ter registrado seu domicílio eleitoral perto dos locais de trabalho e não de moradia, distorcendo os números por município.

---

<sup>80</sup> Após a independência, o governo mudou diversos nomes de bairros e ruas. Entretanto, a população permanece referindo-se a diversos locais pelos nomes antigos. Seria interessante fazer uma comparação de quais nomes foram incorporados e quais nomes do tempo colonial persistem em ser lembrados.

A divisão administrativa angolana tem a seguinte estrutura: o Estado Nacional, de carácter unitário, é dividido em 18 províncias, correspondentes aos nossos estados federativos brasileiros. Cada província, dirigida por um governador, tem suas divisões municipais, com expressão político-administrativa nas administrações municipais. A província de Luanda, capital do país, abriga 9 municípios que, por sua vez, são organizados em comunas (respondidas pelo comissariado comunal), estas divididas em bairros ou setores (quando os bairros são muito grandes).

A estimativa de 111.000<sup>61</sup> pessoas para os bairros Popular e Palanca, parece estar bem abaixo da situação populacional atual. O quadro abaixo, com dados de 1995, permite uma soma da população total de Luanda de pouco mais de 2 milhões de habitantes. Hoje ela é avaliada em pelo menos três milhões de pessoas.

Fazer estimativas para Luanda, e Angola em geral, tem sido uma tarefa bem arriscada, visto que o último censo nacional data de 1991, antes portanto da última guerra, que provocou deslocamentos em massa da população, com um forte impacto na capital. Mais difícil ainda são as estimativas por comunas e bairros. Considerando que 111.000 habitantes diz respeito aos dois bairros da comuna do Bairro Popular em 1995 e mesmo levando em conta que o crescimento da população em Luanda, após 1995, foi maior nos bairros do sul da cidade, podemos inferir, com base também em dados de outras organizações, que o Palanca conta hoje com cerca de 70 mil moradores.

---

<sup>61</sup> Fornecida pela ONG Beneficiary Assessment, apud Development Workshop.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DADOS POPULACIONAIS E DEMOGRÁFICOS  
DA PROVÍNCIA DE LUANDA<sup>82</sup>

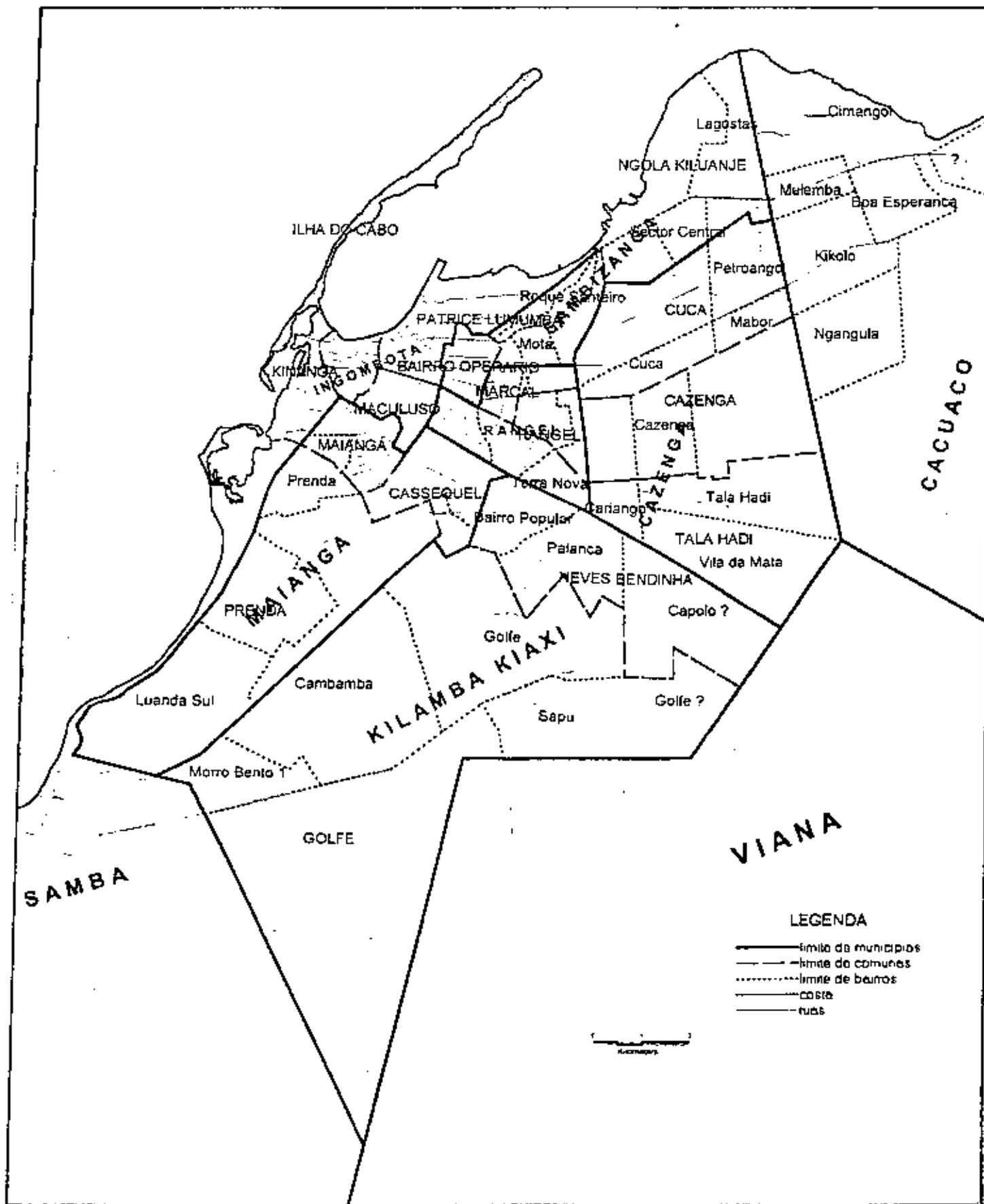
MUNICÍPIO	COMUNA	BAIRRO/SETOR	POPULAÇÃO	ÁREA (ha)	DENSIDADE
Ingombotas	Ilha do Cabo	Ilha do Cabo	36.440	94	397
	Patrice	Patrice	87.600	194	534
	Lumumba	Lumumba			
	Ingombota	Ingombota	90.800	182	499
	Kinanga	Kinanga	24.500	176	139
	Maculusso	Maculusso	59.600	120	458
Maianga	Maianga	Maianga	56.800	236	241
	Cassequel	Cassequel	77.900	335	233
	Prenda	Prenda	129.300	2.412	
		<b>Rocha Pinto</b>			
	Luanda Sul				
Rangel	Rangel	Rangel	121.800	161	757
		Precol			
	Marçal	Marçal	44.200	125	354
		Zangado			
	Terra Nova	Vila Alice	120.900	810	390
		Citadela			
Terra Nova					
Sambizanga	Sambizanga	Sambizanga	79.400	331	238
		Mota			
		Lixeira			
		Boa Vista			
		Roque Santeiro			
	Bairro Operário	Bairro Operário	75.000	180	417
	Ngola Kiluange	Val Saroco	92.000	1.570	58
		São Pedro da Barra			
		Sector Geral			
San José					

<sup>82</sup> Em negrito estão os bairros com predominância de regressados.

MUNICÍPIO	COMUNA	BAIRRO/SETOR	POPULAÇÃO	ÁREA (ha)	DENSIDADE
Cazenga	Cazenga	Cazenga	119.200	1.671	71
		Tungangó			
	Cuca	Cuca	125.800	1.426	89
		<b>Hoji ya Henda</b>			
		<b>Petroangol</b>			
	Tala Hadi	Tala Hadi	51.000	1.642	49
Cariango					
<b>Kilamba</b> <b>Kiaxi</b>	Bairro Popular	Bairro Popular	111.000	1.254	89
		<b>Palanca</b>			
	Golfe	Golfe	108.000	1.002	108
		Novo Golfe (II)			
		Sapu			
		Cambamba			
	Morro Bento I				
Samba	Corimba	Corimba	124.500	288	432
	Futungo de Belas	Futungo de Belas	33.000	3.970	8.3
		Morro Bento II			
	Benfica	Benfica	24.700	27.970	0.9
Cacuaco	Cacuaco	Cacuaco	46.000	31.490	1.5
		Kikolo	113.400		
		Mulemba			
		Cimangol			
		Boa Esperança			
		Ngangula			
		Mulenvos Baixos			
Viana	Viana	Viana	189.500	65.490	2.9
		Viana II			
<b>TOTAL</b>			<b>2.142.340</b>		

Fonte: Beneficiary Assessment

**Luanda: municípios, comunas e bairros**



Dos bairros com predominância de pessoas vindas do norte, o bairro do Palanca é o de ocupação mais antiga. Aberto ainda durante o regime colonial, no início dos anos 70, foram feitos arruamentos e abertas algumas picadas. Entretanto encontramos hoje, na área mais antiga do bairro, muito poucas casas construídas no tempo colonial. As primeiras construções das famílias chegadas do Zaire conviviam ainda com muitas hortas e plantações de milho, de famílias residentes em outros bairros próximos.

Segundo alguns relatos, em 1979 o bairro ainda era muito pouco habitado. O primeiro impulso de construção e ocupação foi nos primeiros anos da década de 80. O auge da ocupação se deu no início da década de 1990.

A atual estrutura administrativa formal do bairro parece não funcionar, tal como em outros bairros da cidade. Existem duas escolas oficiais, que ministram aulas do primeiro e segundo níveis (o equivalente ao sexto ano do ensino fundamental no Brasil). Outras quatro escolas privadas, de igrejas e organizações não governamentais, ministram apenas o primeiro nível (equivalente ao quarto ano do ensino fundamental brasileiro).

As instalações de torneiras públicas (chafarizes) para o abastecimento de água são insuficientes. A água é comprada de caminhões-pipa, que a trazem do Rio Bengo, e armazenada nos tanques das casas. Os que têm tanques maiores costumam vender água à vizinhança. A iluminação do bairro é na maior parte feita através de ligações clandestinas. Algumas pensões, casas noturnas e armazéns possuem geradores próprios. Há apenas um posto médico do Estado. Outros postos médicos são de ONGs, Igrejas ou particulares.

Não há coleta regular de lixo, que é depositado nos terrenos baldios e valas entre as casas. Não há manutenção das vias principais que cortam e circundam o bairro. Uma grande obra de pavimentação, drenagem e saneamento da via principal foi interrompida pela metade, deixando aberta uma enorme vala. Nos curtos tempos de chuva, as ruas do Palanca (e de muitos outros bairros da cidade) ficam intransitáveis, pois o solo arenoso é impermeável. O bairro do Palanca pode ficar semanas isolado do resto da

cidade, impedindo a entrada das seis linhas de candongueiros que em tempo seco costumam passar pelo bairro.<sup>83</sup>

Há estimativas de que 80% das casas do Palanca sejam construídas com blocos de cimento. O restante das casas são de chapas de zinco e algumas de madeira<sup>84</sup>. Entretanto, pouquíssimas casas são rebocadas, caiadas ou têm pintura externa.

Normalmente os grandes quintais abrigam casas de vários parentes sendo a casa principal a do parente que chegou primeiro. Assim, podemos ter 3 ou 4 famílias aparentadas dividindo o mesmo quintal. Mas muitas vezes os terrenos dentro dos quintais podem ser arrendados para outras famílias, sendo esta uma forma a mais de compor a renda familiar (Lukombo, 1997a).

Visitando o bairro do Palanca, pelas largas e esburacadas ruas de terra batida, percebemos porque este é o mais famoso bairro dos *regressados* de Luanda, durante muito tempo também conhecido como "República do Palanca". Impressiona a profusão de pequenas lojas que oferecem serviços como cabeleireiros, alfaiatarias, sapateiros, bancas de venda de produtos de consumo, pensões, armazéns e até mesmo outros negócios como pequenas casas de saúde, que não raro são clínicas que oferecem curas "tradicionais". Em quase todas as casas do bairro existe um pequeno negócio, nem que seja uma pequena banca vendendo biscoitos e cigarros.

### *Praça dos Imbondeiros*

Além das várias casas que vendem diversos produtos ao longo das ruas, o Bairro do Palanca conta também com um mercado (ou "praça"), de tamanho médio na escala luandense, a Praça dos Imbondeiros.

<sup>83</sup> Estas informações foram fornecidas pela da ONG Development Workshop (s/d, a).

<sup>84</sup> As casas de zinco indicam que o morador é bem recente no local. Normalmente os moradores ocupam os terrenos construindo casas de zinco e aos poucos vão construindo suas habitações com material permanente.

Nas imediações deste mercado, encontramos pequenas concentrações de vendedoras ao longo de algumas ruas, vendendo produtos mais simples e básicos, como refrigerantes, cigarro, pão, fuba<sup>85</sup>, sabão, etc.

O mercado fica mais cheio aos sábados e à volta dele vê-se muitos carros estacionados. As barracas são feitas de madeira na estrutura e zinco na cobertura. Por vezes, panos coloridos ajudam a fazer sombra nas barracas ou são usados como tendas, onde se cortam e vendem as verduras. O mercado ocupa todo um largo e conta com cerca de 100 barracas. Vende-se, como se diz, de quase tudo: produtos alimentares (verduras, enlatados, peixe seco, peixe fresco, feijão, carne, fuba, sementes, grãos, temperos), medicamentos, cosméticos, roupa usada, aparelhos eletrônicos, fitas cassete (basicamente música zairense, que toca num som altíssimo por todo o mercado), fitas cassete virgens, fitas de vídeo, refrigerantes, bebidas alcóolicas, comida pronta, etc.

O setor de eletrônicos e música é de responsabilidade dos homens, todo o resto é negócio exclusivo das mulheres. Não há venda de móveis, panos ou objetos grandes e pesados, que existem em mercados como o Roque Santeiro, por exemplo<sup>86</sup>. Os produtos são comprados em entrepostos ou mercados maiores e revendidos na praça, tal como aludido no capítulo precedente. Por exemplo, o peixe seco é comprado num entreposto e o mercado do Kwanza (um mercado bem maior, localizado no Bairro do Mabor. O peixe seco vem de Benguela. O peixe defumado e o fresco vêm do rio Kwanza (ou do Bengo). As fitas vêm do Zaire, através de um intermediário que as fornece às barracas. As fitas de música brasileira ou música não zairense são compradas num armazém.

Para quem não está acostumado com os mercados africanos, o mercado dos Imbondeiros impressiona pela profusão de cores, crianças e moscas. Os mercados locais não costumam ficar tão cheios quanto os mercados maiores, que servem de entreposto, como o Roque Santeiro e o Kwanza, onde o deslocamento entre as barracas é bem lento. Segundo

<sup>85</sup> Farinha bem fina de mandioca.

<sup>86</sup> Os móveis são encontrados também ao longo de algumas estradas principais como a estrada do Catete, no limite com o Bairro do Palanca.

alguns moradores, o agravamento da crise, desde meados dos anos 90, foi responsável pelo esvaziamento dos mercados.

O mercado é o lugar das mulheres. Além dos homens restritos ao setor de som e outros aparelhos eletrônicos, predominam as avós, filhas e netas. Somente alguns filhos adolescentes ajudam as mães. Também pouquíssimos homens vão às compras, embora à volta do mercado, nas barracas de comida pronta, encontremos muitos homens a beber e comer.

As mulheres mais velhas falam muito pouco o português. Com elas a comunicação é basicamente em lingala ou kikongo. Já as moças falam bem o português. Muitas destas jovens também não usam os panos amarrados à cintura, como as mais velhas, preferindo as saias e vestidos de tipo "ocidental".

Nas barracas de comida pronta encontramos as comidas comuns do norte do país. A fumbua, por exemplo, é uma comida do norte e também do Zaire, uma folha dura, que é cortada bem fininha como couve e cozida com azeite de palma<sup>87</sup>, muamba de jinguba<sup>88</sup> e temperos. A este cozido junta-se o bagre defumado, já escaldado e levemente desfiado. Serve-se com fungi<sup>89</sup>.

Na barraca em que experimentei a fumbua havia somente rapazes. Surpreendentemente todos falavam em português. Durante todo o trabalho de campo me disseram que os bairros do Petrangol e da Mabor seriam mais "zaienses", isto é, a cultura zairense seria mais acentuada, não se ouvindo facilmente o português, somente o lingala. Sendo o Palanca o bairro mais antigo, o primeiro dos bairros regressados, e mais próximo da cidade, já haveria uma certa "mistura", as pessoas se expressariam mais em português e a cultura zairense já não seria tão forte, em comparação com outros bairros mencionados<sup>90</sup>.

<sup>87</sup> Azeite de dendê.

<sup>88</sup> Amendoim torrado e moído.

<sup>89</sup> Pirão, de consistência bem densa, feito com a fuba cozida na água e depois vigorosamente batido, para desfazer os caroços resultantes do cozimento. É a base da alimentação angolana. No sul de Angola o fungi é feito com farinha de milho branco, que dá uma consistência menos "gomada" e mais leve.

<sup>90</sup> Mais adiante discutiremos as questões envolvidas no uso das diferentes línguas, português e lingala.

### *Igrejas e outras atividades associativas e de lazer*

Neste bairro verifica-se uma grande quantidade de igrejas e casas de culto, a maioria de linha protestante - históricas e pentecostais. Das históricas, a Batista é a predominante, mas mesmo ela se divide em várias ramificações, refletindo as inúmeras dissidências em seu seio. Das pentecostais, há uma enorme quantidade de denominações, inclusive as famosas no Brasil, como Assembléia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus. Há também as chamadas igrejas "messiânicas", como a kimbanguista e a tocoísta, de grande reconhecimento.

As igrejas kimbanguista e tocoísta são as chamadas igrejas africanas, resultantes dos movimentos messiânicos surgidos após a década de 1920. Foram fundadas respectivamente pelos profetas Simon Kimbangu e Simão Toco, o primeiro nascido no Congo Belga o segundo, mais tarde, em Angola, mas também de origem bakongo, que romperam com a igreja protestante (Batista), na qual foram educados. O fenômeno do messianismo inseria-se num contexto em que os movimentos religiosos sincréticos estavam de diversas formas relacionados com movimentos nativistas de contestação. Balandier (1963[1955]) relaciona a efervescência religiosa do período colonial a formas de contestação do regime, que se agudizaram em períodos de crise econômica. No que toca esta pesquisa, cabe indicar que estas igrejas mantiveram muita popularidade, mesmo após o fim do colonialismo.

A igreja kimbanguista permaneceu muito forte no Zaire recebendo inclusive apoio do Estado que praticamente a reconhece como uma religião nacional. Sua entrada em Angola se deu apenas com a chegada dos regressados angolanos. A sede da Igreja Kimbanguista em Angola fica no bairro do Palanca, mas o culto kimbanguista pode ser encontrado também em outras províncias do país.

Simão Toco, na década de 40, exercia forte influência sobre a população angolana do norte do país e possuía grande mobilidade entre Luanda (onde fez seus estudos), a área Bakongo e o Congo Belga. Foi de lá banido pelo poder colonial, em 1950, junto com seus seguidores, para

Angola (Marcum, 1969). Parte dos tocoístas ficou em Luanda, no bairro depois conhecido por Bairro dos Congolenses<sup>91</sup>. Simão Toco foi encaminhado para o sul de Angola, Moçamedes. Foi transferido para os Açores em 1961, depois para Angola em 1974, onde veio a falecer somente em 1984.

Os tocoístas foram uma importante base de apoio para os primeiros regressados chegados a Luanda.

O grande número de igrejas parece cumprir um papel de reorganização familiar, agregando pessoas da mesma região, refazendo os laços da família extensa, dispersas em sucessivas migrações. Não foi possível saber se as dissidências das igrejas obedeceriam a uma lógica de divisão regional ou de linhagem, porém não são raros os pastores que anteriormente eram chefes de família nas suas áreas de origem.

Além das inúmeras igrejas e pequenos negócios, o Palanca conta também com organizações de ajuda mútua, especialmente as "associações de naturais", que congregam moradores oriundos de aldeias ou municípios do norte do país ou do Zaire.

Cidades e distritos como Maquela do Zombo, Beu, Quibocolo, Damba, Quimbele e outros, citadas como local de nascimento de cada morador do bairro, parecem servir mais como referências, por serem as terras natal dos pais e avós, do que locais de efetivo nascimento, já que grande parte dos moradores do bairro teria nascido no Zaire.

O reconhecimento entre vizinhos e familiares pode se fazer também pela referência ao nome de um "mais-velho"<sup>92</sup>, um chefe da família em tempos antigos, ou ao clã de pertencimento de cada indivíduo. A lembrança dos antigos chefes de família é muito valorizada, sobretudo pelos idosos que, aliás, são pouco numerosos no bairro.

<sup>91</sup> No bairro dos Congolenses encontramos o mercado dos congolenses, um dos primeiros mercados a céu aberto em Luanda, ainda no tempo colonial, indicando o modelo de mercado livre que décadas mais tarde se generalizaria por toda a cidade.

<sup>92</sup> Em Angola existe a expressão "mais-velho" que não se refere somente a um idoso (pessoa mais velha), mas é utilizada quase que como um cargo social. Refere-se a alguém de proeminência, um chefe de família, ou que assume responsabilidades reconhecidas em seu meio social. Ainda que por respeito, todas as pessoas de mais idade sejam tratadas como "mais-velhos", a expressão tem uma conotação específica, que faço questão aqui de diferenciar.

Os laços familiares, como já foi dito, são a principal rede que garante o sucesso da migração e da fixação nos bairros de Luanda. O reconhecimento de pertencerem à mesma aldeia ou comuna dão sentido a chamada família extensa, que recria-se fora de seu espaço de origem.

A intensa atividade religiosa dos regressados e as constantes obrigações familiares – presença em batizados, casamentos, óbitos – e a convivência no mercado são formas de sociabilidade que garantem o contato constante entre famílias e vizinhos dentro dos bairros.

As obrigações familiares são responsáveis também por agregar parentes dispersos pelos diversos bairros regressados e por toda a cidade, inclusive os parentes que vivem nos bairros do centro da cidade. Há diferenças de ocupação entre bairros periféricos e bairros do centro da cidade, obedecendo à chegada das levas de regressados, mas o parentesco reafirmado pelas obrigações familiares e a prática da ajuda mútua, sempre baseadas nas exigências da "tradição", minimizam as clivagens internas, tanto entre regressados, como entre regressados e bakongos<sup>93</sup> não regressados – clivagens de classe, instrução, local de moradia, atividade profissional.

O Kabuscorp é o único clube de futebol privado sediado num bairro regressado que esteve por algum tempo na primeira divisão do campeonato nacional, o Girabola.

O grande sucesso que os regressados obtiveram no futebol foi um dos fatores que mais contribuiu para diminuir seu impacto negativo entre os luandenses<sup>94</sup>. Sua expressiva presença na seleção angolana<sup>95</sup> e em várias outras equipes de futebol conferiu visibilidade positiva aos regressados nos

<sup>93</sup> Sobre o uso incorreto do termo "bakongos": "Ba" é o prefixo que indica plural. Sendo assim, bakongo significa "povo kongo". Mukongo é o indivíduo do grupo bakongo. Kikongo indica a língua ou o adjetivo. Como não descobri ainda o termo melhor que "indivíduo ou pessoas bakongo ou de origem bakongo", apertugueso para o popular "bakongos", que considero menos inadequado que o outro termo, ainda mais popular, "kikongos".

<sup>94</sup> Havia também muitos zairenses na seleção angolana de futebol. Abordarei este assunto – a transformação da imagem dos regressados frente aos luandenses – no fim do quarto capítulo.

<sup>95</sup> A seleção angolana é coincidentemente conhecida como os "Palancas Negras". Palanca, a propósito, é um animal, parente dos veados e gazelas, típico das savanas angolanas. É considerado um símbolo nacional, pois parece não haver similar noutros países.

últimos anos. Além do futebol, campeonatos de luta organizados no bairro também atraem muitos jovens.

Há também várias boates no bairro, muitas delas dentro de pensões e pequenos hotéis, evidenciando uma vida noturna bastante movimentada, embalada pela força da música zairense, que é onipresente em todas as ruas e casas do bairro e bastante prestigiada entre os jovens regressados. Por vezes também há apresentações de artistas zairenses nos bairros, demonstrando um intenso intercâmbio entre a comunidade regressada e o Zaire nesta área de entretenimento.

### **De refugiado a regressado – deslocamentos e “trajetórias”<sup>96</sup>**

A experiência dos diversos deslocamentos, a ida para o lado norte da fronteira, o exílio, o retorno para Angola, são momentos muito marcantes entre os regressados, tenham eles próprios, ou seus pais, experimentado todo o percurso.

A ida para o Zaire (ou Congo Belga, dependendo do período) foi, em boa parte das vezes, uma experiência de infância. Por vezes, o “regressado” nasceu no Zaire e seus relatos são herança da viagem dos pais.

As migrações para o Congo Belga não se deviam apenas ao fato das suas populações serem da mesma origem, já que cada família tinha parentes do outro lado da fronteira e muitas vezes se encontravam para cumprir suas obrigações familiares. As migrações entre a fronteira obedeciam majoritariamente à direção Angola ⇒ Congo, sobretudo pelas melhores oportunidades de trabalho e estudo oferecidas no lado belga.

*Os nossos pais, por exemplo, dizem que na altura [antes de 1961], um jovem que não tivesse atravessado a fronteira para ir trabalhar na época, no Congo Leopoldville, dificilmente poderia encontrar uma noiva em M'Banza Congo. Quem é a mulher que ia casar com um homem que nunca saiu de M'Banza Congo? Um homem que não foi,*

<sup>96</sup> Trajetória aqui tem o sentido do deslocamento no espaço físico, mas também indica vários deslocamentos no “espaço social”, revelado, por exemplo, pelas *posições sociais* ocupadas pelos regressados – de estrangeiro e exilado no Zaire, estrangeiro e regressado em Luanda – ou assumidas no mercado de trabalho e as possibilidades de ascensão social, que busco explicitar ao longo deste capítulo e do próximo (ver Bourdieu, 1996).

*vamos chamar assim, à cidade? Aprender um ofício, para poder garantir o futuro não só dela, mas como dos seus também. De tal forma que quando se atingisse uma certa idade, todo mundo era obrigado a abandonar o M'Banza Congo e ir até Leopoldville. Porque era só lá que se podia aprender qualquer ofício. Porque no M'Banza Congo não havia nada. (entrevista 1)<sup>97</sup>*

A migração para o Congo Belga também era uma solução para grupos que não conseguiam espaço no restritivo campo político colonial português. Foi o caso, em 1915, do exílio do Chefe Buta e de seus seguidores, depois de uma revolta (1913-1915) contra a subserviência do Rei do Kongo frente à pressão exercida pelos portugueses, que retomavam seu domínio na região e deportavam inúmeros africanos para o trabalho contratado na ilha de São Tomé (Péllissier, 1977).

Mais tarde, na disputa pela sucessão do Rei do Kongo (1955) – na qual os portugueses intervieram em favor do grupo católico –, foi a vez do grupo real protestante se exilar no Congo, criando o núcleo que depois formou a UPA e posteriormente a FNLA.

Mas sobretudo a pressão sobre as terras dos africanos e o recrutamento para o trabalho contratado foram os principais motivos de saída e fixação de angolanos no Congo Belga antes de 1961.

*E: ... é uma situação complexa porque desde tempo colonial que já existia a emigração, toda aquela área da província do Uíge, todos esses municípios da Damba, município de Maquela do Zombo, até a província do Zaire, todos aqueles municípios que fazem a fronteira, desde o tempo colonial, eles preferiam quando fugir do contratado, o trabalho forçado. E o regime do colonialismo português era tão diferente que o colonialismo belga.*

*P: Era muito diferente?*

*E: Era muito diferente. (...) porque lá havia possibilidade de pessoa estudar e singrar, e no próprio colonialismo português foi um bocado difícil. Especialmente nas nossas zonas. Só desenvolveu depois de 61<sup>98</sup>... (entrevista 2)*

<sup>97</sup> Neste capítulo estou lançando mão de trechos de algumas entrevistas que considero bastante significativas para a compreensão de diversos momentos da "trajetória regressada". A utilização de apenas 4 entrevistas não deixa de ser representativa, na medida que muitas outras conversas informais, gravadas ou não, dão suporte e reiteram as narrativas e percepções que, nestes trechos, estão mais e melhor condensadas.

<sup>98</sup> Após 1961, com a guerra anti-colonial, a presença portuguesa se faz sentir mais no norte de Angola, seja pela ação repressiva, mas também pelas tentativas de cooptação e fixação

A partir de 1961, a saída de angolanos do norte foi intensa, em resposta à repressão portuguesa nesta região. A maior parte do refúgio foi feito a pé, caminhando à noite pelas matas e dormindo de dia, escapando das rondas dos colonialistas. Em algumas semanas grupos de angolanos ganhavam a fronteira do Zaire<sup>99</sup>.

Os refugiados angolanos foram apoiados em grande parte pelos familiares do lado congolês, bem como pelos parentes já migrados.

*Até que chegamos na República, que agora é República Democrática do Congo. Chegamos até a fronteira, parece que fizemos lá uma semana. E como já tínhamos primos lá, desde tempo colonial que eles já viviam lá, então apanhamos um transporte que nos levou até na capital que é Kinshasa. Naquele tempo Leopoldville. O tio como já não tinha mais poder econômico e tudo, espalhou [os sobrinhos por diversas casas de parentes]. Havia uns primos, que já lá estiveram, vieram os amigos de cada um, assim foi a vida. (entrevista 2)*

Os relatos recolhidos, de um modo geral, hesitavam em caracterizar o tempo de exílio como um período de dificuldades ou de grande discriminação. Em outros momentos, todavia, sobressaíam nas entrevistas certos limites que a condição de migrante e de estrangeiro impunham aos angolanos, ainda que pudéssemos supor, com razão, que o fato de circular num mesmo meio étnico trazia algumas facilidades.

*P: E como é que era do outro lado?*

*E: Do outro lado, na República do Congo, era a fronteira, as pessoas não tem esse tipo de vida não. (...) quer dizer, praticamente como povo era o mesmo povo. Então havia mais facilidade para a pessoa. Eles iam mais lá, conseguiam de estudar, conseguiam de fazer aquilo que eles pretendiam (...). Agora quando chegamos no exílio ficamos espalhados e com certeza uma pessoa como refugiado tinha muitos problemas. Depois, com a idade, também começamos a ver as realidades. (...) porque lá não havia, havia discriminação sim, de sermos refugiados, que anda com chave na boca e muita coisa. (...)*

*P: Que vivia com o que?*

*E: Vivíamos com o cadeado na boca.*

---

da população. Houve uma maior oferta nos serviços de saúde, educação e aprimoramento da infra-estrutura.

<sup>99</sup> Da missão de Kibokolo, a principal missão protestante (batista) do norte angolano, no distrito de Maquela do Zombo são cerca de 60 km até a fronteira.

*P: Por que?*

*E: Que os portugueses nos meteram cadeado na boca para não falar. Quer dizer, gozavam, gozavam vamos dizer assim. Mas, bom, com um certo tempo (...) passou. Nos integramos diretamente no meio deles. Já não havia muita distinção, quer dizer, entre jovens. Pode brincar e estão a estudar juntos, já não havia aquela discriminação. Mas no início havia. Só depois desta discriminação era só quando teve um estudo mais avançado, já não pode ter um cargo, dentro do Estado, primeiro tem que dar prioridade para ao cidadão. É normal. Isso, e é assim e depois veio a independência. (entrevista 2)*

Com relação ao período de 1974-1975 quase nada foi dito sobre a situação econômica complicada em que vivia o Zaire governado por Mobutu. Os relatos enfatizavam o desejo de voltar a sua pátria, ao país agora libertado e independente e de não mais ser estrangeiro.

*Então, alguém que é estrangeiro, nos países africanos, somente consegue emprego se não encontrar um filho do país, se não encontrar um nacional. É por isso que o angolano que está no país, ele pode somente aprender, para atingir um alto nível de formação. Mas no caso do técnico ele pode encontrar mais ou menos um emprego, mas para a chefia é impossível. Porque chefia é para os nacionais. (...) o camponês também sofre este fenômeno, porque mesmo aquele que vive na aldeia, quando quer cultivar, ele tem que pedir o terreno a um nacional, porque não tem o terreno para cultivar. (...) Eu vou pra a minha terra porque ali ninguém tem o direito de me chamar de estrangeiro e ninguém tem o direito de cobrar a metade da minha produção, porque a terra é a terra que os meus antepassados legaram para os seus descendentes. (entrevista 3)*

O retorno para Angola, desejado por muitos refugiados no Zaire, após a independência, teve alguns constrangimentos. O mais importante naquele momento era a situação de grave hostilidade entre o MPLA e a FNLA e o alinhamento inevitável das populações angolanas no Zaire com a última. O reconhecimento e o apoio total do governo de Mobutu ao movimento liderado por Holden Roberto manteve esta íntima relação.

*Bom, eu diria que antes eu abandonar o país, naquele momento o único movimento que se fazia sentir naquela nossa região era a UPA. (...) Quando chegamos na República Democrática do Congo, então o meu pai dizia, "não nós temos aqui o nosso partido dos bazombo, nós somos do PDA". (...) E depois, quando se criou a FNLA, era evidente que seria por acaso uma pura mentira a pessoa*

*dizer que nunca teve um contato com a FNLA. Porque naquele momento todos aqueles que estiveram naquele país, que pretendiam ter um documento oficial, ou quando pretendia uma bolsa, o governo congolês exigia sempre uma declaração da FNLA. (...) E todos os que viviam naquele país tiveram uma ligação com o GRAE [Governo Revolucionário de Angola no Exílio, formado pela FNLA] Era difícil uma pessoa viver em Kinshasa e ser militante do MPLA. Porque ainda se deve lembrar que naquele período existia esta grande, a guerra fria, entre os comunistas e os capitalistas. Então como o MPLA era justamente um movimento que tinha uma conotação comunista então eles tinham sua sede em Brazzaville, que Brazzaville era um país com tendência comunista, da maneira que os que viviam em Congo Brazzaville, os angolanos tinham pelo menos que ter uma relação com o MPLA. E os que viviam na Republica Democrática do Congo tinham que ter uma ligação com a FNLA... (entrevista 3)<sup>100</sup>*

Algumas pessoas retornaram justamente na época dos combates entre a FNLA e o MPLA, participantes ou não das forças da FNLA que, junto com tropas zaienses, combateram no norte do país e em Luanda. Essas pessoas são forçadas a recuar para o norte do país, ou mesmo voltar para o Zaire, com a derrota da FNLA, tornando a entrar em Angola somente após 76.

Portanto, não são numerosos os que vêm para Angola neste período. A maioria destes, porém, são os chamados quadros, de formação técnica ou superior, que retornam certos de conseguirem posições nos cargos da administração do Estado, bastante esvaziado com a saída dos portugueses.

A chegada mais numerosa de regressados se deu após a Política de Clemência (comentado no cap. 1), a partir de 1979. Esse retorno teve o já mencionado apoio da ACNUR e a recepção dos organismos de assistência social do governo - SEAS (Secretaria de Assuntos Sociais).

#### A inserção nos primeiros tempos

A volta para Angola se deu, na maior parte das vezes, por via terrestre. Geralmente os retornados se cadastravam em controles do

<sup>100</sup> Temos neste trecho a alusão ao PDA, partido "bazombo" (sub-grupo bakongo da região de Maquela do Zombo, Uíge), que evidencia as divisões políticas internas ao grupo bakongo, aludidas no primeiro capítulo.

governo instalados na fronteira. Nesse caso, passavam pelas aldeias de origem a procura dos parentes que não tinham saído, ou que já haviam retornado, e para retomar as terras, muitas vezes abandonadas.

As pessoas com mais estudo rumaram rapidamente para Luanda, na busca de alguma colocação. Neste ponto temos algumas contradições nos discursos que dizem, uns, ter sido fácil a obtenção de empregos, outros, que foi bastante difícil. É possível que a proximidade de chegada de alguns com a guerra entre o MPLA e a FNLA explique a dificuldade de se obter empregos nos primeiros meses. Os chegados imediatamente após a independência provavelmente eram submetidos a mais desconfiança em relação aos que chegaram meses mais tarde.

A cada vez maior quantidade de pessoas chegadas do Zaire com diplomas de ensino médio e superior, relacionada com a necessidade de preencher as vagas deixadas pela saída dos portugueses, implicou numa razoável visibilidade destes regressados em diversos ministérios, como a educação – naquele momento em franca expansão, com a implantação dos programas de alfabetização em massa e expansão geral do ensino. Com a desconfiança permanente de que cada regressado fosse um membro potencial da FNLA, seguiu-se a acusação da falsificação generalizada de diplomas e, por conseguinte, de falsificação de bilhetes de identidade.

Não pretendendo entrar na “averiguação de fatos”, é interessante perceber que este período foi extremamente conturbado, não somente devido à guerra, mas também devido à organização e distribuição dos poderes do novo Estado.

Os cargos de comando estavam sendo disputado por vários grupos dentro do MPLA, onde havia oposição, por exemplo, entre aqueles indivíduos que cresceram em importância no partido por terem lutado na guerrilha, mas não teriam formação adequada para assumir posições de comando, e aqueles que estavam na capital, pequenos funcionários da estrutura administrativa colonial, conhecedores da burocracia estatal, mas que não tinham tido uma participação tão ativa na luta. “O poder para quem merece”, ou seja, para quem lutou nas matas, padeceu nas prisões, no exílio, etc., era frase recorrente da disputa pelos postos de comando e mesmo por lugares intermediários na administração.

Da mesma forma que havia um sério ressentimento daqueles que lutaram nas matas (cuja boa parte era do interior do país) por não assumirem os desejados postos de comando que ficaram nas mãos dos cidadãos mais experientes e formados, também da parte dos angolanos que ficaram dentro do país, detectou-se certa indignação frente àqueles que puderam passar anos de segurança no Zaire, estudar, voltar com diplomas e obter empregos no Estado. Por esta situação de desconfiança (frente aos diplomas e à ligação com o partido opositor), muitos regressados tiveram bloqueado o acesso à carreira de Estado ou demorariam ainda alguns anos para ascenderem nelas<sup>101</sup>.

O próprio estatuto de "regressado" foi alvo de controvérsias. Havia uma diferenciação entre as categorias retornado e regressado, onde o primeiro termo habitualmente referia-se aos ex-exilados em Portugal, bem como em outros países europeus ou africanos, como o Congo Brazzaville. Regressado foi um termo cunhado apenas após a montagem do aparato governamental de recepção (1978-9, na época da Política de Clemência) para referir-se exclusivamente aos ex-exilados vindos do Zaire. A ambigüidade revelada nesta sucessão de classificações já implica na categorização dos regressados como estrangeiros e zairenses.

A ambigüidade da condição dos regressados foi agravada pela questão dos bilhetes de identidade, que se somava à acusação dos diplomas falsos. A pressão sobre os exilados no Zaire tornava, para estes, bastante conveniente ter um bilhete de identidade zairense, que lhes facilitaria o acesso a empregos, vagas na universidade, etc. Decorrente de uma certa facilidade de falsificação e obtenção irregular de documentos no Zaire, não era incomum angolanos terem dois bilhetes de identidade: zairense e angolano. Os filhos de casamentos mistos de angolanos e zairenses, que não eram pouco numerosos, garantiam a dupla nacionalidade legítima a boa parte dos regressados. Obviamente, havia (e há) uma quantidade de zairenses em Angola que é difícil de estimar e que se confunde bastante com a população regressada<sup>102</sup>.

<sup>101</sup> Há também o fator língua, do qual falarei mais adiante, que prejudicou bastante a entrada dos regressados no Estado ou a ascensão na carreira estatal.

<sup>102</sup> Note-se que dentro de Angola também havia uma certa ambigüidade com relação à dupla nacionalidade. Apesar do governo revolucionário ter exigido a opção por uma nacionalidade

### Vida em Luanda

A alteração significativa no "ambiente" luandense foi sendo cada vez mais percebida com a chegada intensa de pessoas vindas do Zaire, durante a década de 1980, através da ocupação de alguns bairros da cidade e da montagem do mercado paralelo.

Os primeiros chegados do Zaire, tal como os outros "retornados" e muitas famílias que viviam nos bairros mais afastados, foram beneficiados com a liberação dos apartamentos pelos portugueses saídos na independência e que foram apropriados pelo Estado.

As levas posteriores foram se alojando na casa dos parentes, ocasionando situações bastante narradas em Luanda (e narradas com muita ênfase pelos luandenses) de dezenas de pessoas ocupando pequenas casas ou apartamentos.

*E: Então, esta população quando chega na casa da família aqui em Luanda como numa província sede, uma semana, duas semanas. Uma casa que vivia só três pessoas, agora vai encher imediatamente de 17 pessoas, 20 pessoas, quem trabalha é só uma pessoa, então não vai agüentar esta casa. Dali sai discussão. Esta pessoa então categoricamente sai desta casa, abandona a casa, vai voltar no MINARS [Ministério de Assistência e Reinserção Social, antiga SEAS] ou então vai procurar outro sítio para dormir. É assim que surgiu estes musseques. Daí cada pessoa que sai da casa da família, ou nos assuntos sociais, arranjava um terreno e fazia tudo por tudo para se conseguir chapas e arranjar casa de chapa. Então começa a dormir. Nesses bairros esse é o trabalho que se fez.*

*P: Como é que conseguia os terrenos?*

*E: Ocupavam-se ilegalmente estes terrenos, depois mais tarde, o governo começou a organizar este sistema de distribuição de terreno. Mas mesmo assim o governo não conseguiu criar condições adequadas para ultrapassar as questões. Até hoje. Por isso há sempre ocupações ilegais dos terrenos. (entrevista 4)*

Segundo alguns moradores mais antigos, o Palanca, nos tempos das primeiras ocupações, era conhecido também como "Bairro Chapa". Ainda

---

ao fim de um prazo, muitos angolanos conseguiram manter seus passaportes ou bilhetes de identidade portugueses.

encontramos algumas casas feitas com este material improvisado (chapas de zinco). A ocupação rápida dos terrenos pelos regressados, vista pelos luandenses como irregular, se deu concomitante à montagem do mercado paralelo. Neste setor, os regressados ocupavam a parte mais visível do sistema, como procurei demonstrar no segundo capítulo. A criação de uma rede comercial se fazia inicialmente com o Zaire<sup>103</sup>.

Articulando a família extensa que vai se espalhando por diversas cidades e países, é estabelecida uma rede comercial mais abrangente, com pontos em cidades na Europa, Rio de Janeiro, Ponta Negra (Congo Brazzaville), Johannesburg (África do Sul), garantindo a compra e o envio de mercadorias, e o apoio para os que viajam a negócios. Lagos (Nigéria), Windhoek (Namíbia), Abidjan (Costa do Marfim) e Hong Kong são outros pontos incorporados mais tarde.

Outra grande marca da presença dos regressados foi a introdução do "candongueiro", os carros particulares que serviam de transporte para a população, com o desmantelamento do transporte público que não cobria toda a cidade.

*Por isso, naquele momento, candongueiro e zaienses eram praticamente palavras sinônimas. Porque quem vendia nas praças era justamente o regressado, zaiense. Quem viajava, ia comprar mercadorias fora para vir vender era justamente o regressado, o zaiense. (entrevista 3)*

A experiência comercial dos regressados remonta à origem da maior parte desta população, o sub-grupo Bazombo, da região de Maquela do Zombo, situado próximo à fronteira com o Zaire, cuja tradição é de serem comerciantes desde o período anterior ao tráfico (Conceição Neto, 1996a).

Para além do fato de que as populações estrangeiras e/ou migrantes são comumente impelidas às atividades comerciais na sociedade receptora, chamo a atenção aqui não somente para a experiência antiga desta população com o comércio e a montagem de redes comerciais, mas

<sup>103</sup> Os regressados, na viagem de vinda já traziam mercadorias do Zaire para serem revendidas em Angola (principalmente vestuário). Angola oferecia produtos pouco encontrados no Zaire e que podiam ser revendidos a alto preço, como derivados de petróleo, material de construção e peixe.

também para toda uma valorização desta atividade que se inscreve e se reproduz na vida da população Bazombo/regressada.

Para a população luandense, de um modo geral, o comércio era visto como uma atividade menor, mais que isso, uma atividade degradada<sup>104</sup>. Essa visão decorre em parte da experiência do núcleo urbano da capital, que por muito tempo circulou em torno da burocracia de Estado colonial e que pouco pôde dedicar-se a outras atividades autônomas da economia, por estas estarem concentradas nas mãos dos colonos. A atividade burocrática era a maior aspiração da camada nativa do tempo colonial que tinha acesso ao status de assimilado. A valorização da atividade burocrática cresceu no período pós-independência, já que está associada ao poder e à previsibilidade da rotina pequeno burguesa de repartição pública.

Num governo de matriz socialista, cuja ideologia considera como trabalho produtivo apenas o trabalho operário ou camponês, a visão da atividade comercial como não produtiva e predatória (até porque relacionada à atividade do colono) tornou-se generalizada.

Com o crescimento do contrabando, devido a fatores que foram em parte relacionados no capítulo anterior, surgiu uma intensa campanha veiculada pelo Estado, na qual os supostos contrabandistas e desviantes de produtos eram acusados de "inimigos do povo", "contra-revolucionários". A atividade comercial era chamada pelo Estado de "parasitismo econômico", seguindo esta chave de atividade não produtiva e ligada à extorsão e à usura.

Aqui está portanto a primeira das grandes diferenças de valor que marcam as percepções de regressados e luandenses.

O crescimento da presença dos regressados - comércio, candonga, bairros, administração estatal - adquire também seus aspectos de "visibilidade": identificação pelo modo de vestir, além de outros sinais

<sup>104</sup> Agradeço aqui as observações da professora Concelção Neto acerca deste aspecto que distingue luandenses e regressados.

corporais; e "auditibilidade": o lingala passa a ser ouvido em diversos lugares, onde praticamente só se escutava o português<sup>105</sup>.

Uma das diferenças percebidas como mais visíveis, entre regressados e luandenses, de acordo com os relatos que recolhi em campo e também com as minhas próprias observações, é o modo de se vestir. Neste aspecto, as mulheres introduziram um *visual* até então pouco comum em Luanda: o uso dos panos coloridos, "tipicamente africanos", amarrados na cintura, ou auxiliando o transporte das crianças nas costas. Também os corte dos vestidos congolezes, com suas mangas bufantes, babados e cintura bem marcada, contrastava com as mulheres luandenses, mais favoráveis às roupas de estilo "ocidental".

Embora as mulheres da Ilha de Luanda usem panos na cintura, bem como as mulheres chegadas a pouco da área rural carreguem as crianças presas com panos nas costas, os moradores de Luanda, regressados ou não, eram bastante precisos em me indicar as distintas formas de amarrar panos e crianças que diferenciavam as mulheres regressadas das outras mulheres.

Identificar os homens, sobretudo os jovens, me exigiu um pouco mais de acuidade. O corte de cabelo "langa" - cabeça raspada na metade inferior fazendo uma coroa com cabelo na metade superior - é uma forma de identificação bem conhecida. No vestuário, meus informantes insistiam em identificar certas peças de roupa, tipos de sapato, forma de combinar peças, que tornariam os regressados significativamente diferentes dos outros homens de Luanda.

As diferenças "visíveis" que possibilitam identificar os regressados em meio à população de Luanda, foram postas em ação durante o evento da Sexta-feira Sangrenta, que será tratado no capítulo 4.

<sup>105</sup> O francês era falado apenas pelos regressados que tinham alguma formação média ou superior. Nos ministérios e outras repartições públicas o francês foi utilizado, não sem problemas, até o aprendizado corrente do português.

## Diferenças

As narrativas sobre as diferenças de "costumes" e comportamentos também renderam longas sessões de conversas e explicações por parte dos meus informantes. Tudo o que é percebido, por regressados e luandenses, como diferenças de costume, comportamento e valores tem um carácter bem mais intangível do que os sinais diacríticos perceptíveis em roupas, penteados, alimentação e usos. Nesse sentido, foram muitas vezes surpreendentes os elementos que um e outro grupo destacavam para explicitar as diferenças entre os dois grupos. Foi bastante elucidativo o contato com um informante mukongo não regressado (entrevistado n.º 1), com cerca de 30 anos, desde os 8 morador de Luanda. O seu trânsito entre regressados e luandenses revelou as diversas ambigüidades que permeiam as relações entre os dois grupos, e sobretudo a posição dos bakongos não regressados neste meio<sup>106</sup>.

Pelo menos três aspectos sobre diferenças de comportamento foram bem marcantes nos discursos dos dois grupos. Um referia-se a uma certa falta de formalismo dos regressados, visto pelos luandenses como "falta de educação". Outro, foi a forma de tratamento luandense dispensada aos mais velhos, vista pelos regressados como desrespeitosa. O terceiro aspecto insistentemente destacado pelos regressados (mas também por luandenses e bakongos não regressados) foi o apego bakongo à "tradição" ou a valores "tradicionais".

Tentarei comentar cada um destes aspectos:

<sup>106</sup> Embora tenha me referido muito pouco à população bakongo não regressada de Luanda, para além dos descendentes do grupo tocoísta concentrados no bairro do Congolezes, devo dizer que não pude mapear de forma satisfatória este grupo, que em parte se confunde com os regressados, em parte se dilui na população luandense, embora mantenha seus laços familiares, étnicos e regionais com o primeiro grupo. Ressalto que o grupo bakongo de Luanda é majoritariamente regressado. A interessante presença de bakongos da província de Cabinda, que possui uma identidade bem demarcada frente aos outros bakongos (das províncias do Zaire e Uíge) foge ao escopo desta dissertação.

*Tratamento aos mais velhos:*

*... a forma como as pessoas daqui de Luanda dirigem-se a outras pessoas adultas é totalmente diferente que um bakongo dirige-se a outra pessoa adulta, independentemente de ser família ou não família. Ali as pessoas sabem que quanto maior for a idade de uma pessoa, maior é o respeito que nós lhe devemos. Quando vai se cumprimentar uma pessoa adulta, não se quer saber se ele é parente, se ele é família, se ele é amigo. Só sabe que ele é mais velho. Por isso merece cortesia. Por ser mais velho só. Em Luanda não existe essa coisa. Dirige-se ao mais velho como bem nos entendemos, usa-se as expressões que quisermos, enfim, é totalmente diferente. São essas ligeiras diferenças, que pode parecer ligeira, mas são bem marcantes para as pessoas que estão, digamos assim, entre essas duas comunidades. (entrevista 1)*

*Eu tenho 51 anos. Agora, um indivíduo de 18 anos, 19 anos a chamar de meu nome! Se já tenho filho de 22 anos, um indivíduo desse me chamar, eu não posso agüentar. "Ó D...!" Até meu filho não me pode chamar desse nome de D. Vai falar sempre pai, não vai falar meu nome. Uma pessoa mais velha a ela. "O meu pai", "o papá L." O papá já é um sinal de respeito. Agora aqui não. Agora outros miúdos falam às vezes o velho L., o velho! (risos). Chamar de velho, lá na zona [área rural, zona de origem], um mais velho? Não... (entrevista 4)*

Para uma brasileira com poucos meses de Luanda estas afirmações são realmente surpreendentes. A impressão de alguém acostumado à informalidade e ao descuido que marcam as relações face-a-face brasileiras, sejam elas pessoais, profissionais ou outras, é que o angolano, em geral, é extremamente polido, formal e atencioso. Os brasileiros inclusive são a todo o tempo lembrados em Luanda por seu jeito de tratar a quem quer que seja de maneira informal e "ligeira", ainda que calorosa. Com mais tempo de campo e alertada por estas observações, comecei a entender de que forma são percebidas as diferenças sensíveis entre as noções de "formalidade", "hierarquia" e "respeito". Esta última está relacionada ao tratamento reverente dispensado aos mais velhos, que é bastante enfatizado pelos bakongo.

Podemos lembrar que há muito pouco tempo as relações de trabalho entre angolanos eram marcadas pelo tratamento "camarada", típico do partido comunista, que supõe relações igualitárias entre chefe e

subordinado, dirigente e massa, mais velho e "miúdo"<sup>107</sup>. A expressão "camarada mais-velho" denotava, nos primeiros anos da revolução, a contradição de um sistema anterior, que dava grande importância a uma hierarquia dada pela geração, e sua transição para um sistema que se quis transformador e igualitário.

O estranhamento dos regressados (que ficaram alheios a este igualitarismo propagado pelo MPLA) a esta forma de tratamento é quase indiferente aos luandenses, que não percebem a irritação e o mal-estar dos primeiros quanto a este aspecto.

#### *Modos e Comportamento*<sup>108</sup>:

*Nós cá, se eu tiver que fechar a minha porta e estiver um vizinho de fora, eu tenho que pedir licença ao vizinho porque eu tenho que fechar a porta. Mas para o homem que vem do outro lado não é preciso. Não faz falta que eu tenha que pedir licença porque a casa é minha e eu fecho a minha porta quando eu bem entender. Não é problema nenhum, é muito razoável. Mesmo o mukongo que não foi ao Zaire, quando vê o regressado a fazer isso ele condena. Ele diz: mas como é que esse homem é assim mal educado? Mas ele diz, "não, isso não é mal educação nenhuma. A casa é minha, porque é que eu tenho que pedir licença?"*

*Outro: nós, eu não posso passar por quatro ou cinco pessoas, chegar no meio das pessoas, passar e não digo nada e quando eu precisar de alguma coisa eu digo, eu peço uma informação e nada me acontece. O que para nós é condenável. As pessoas quando querem se informar, tem que primeiro chegar e saudar. 'Bom dia senhor, bom dia senhora, por favor, eu precisava desta ou daquela informação'. São princípios básicos da educação, pelo menos do que nós recebemos dos portugueses. Enquanto que o regressado quando ele não tem relógio e quer saber as horas pode chegar na sua mão, pegar e ver e depois ir embora. Ele chega, pega e vai embora, já vi, eles falam até que é para não incomodar, vai perguntar que horas são, vai ter que levantar a mão, para ver, depois dizer, seria muito incômodo. E uma forma civilizada seria eu ver, sem ter que dizer nada e ir embora. São esse tipo de contradições que muitas das vezes chocam um pouco.*

*O regime, digamos assim, alimentar: o regressado não tem complexos no comer. Come tudo e de todas as maneiras e em todos*

<sup>107</sup> Miúdo é o jovem ou a criança. Pode ser também um jovem adulto, dependendo da idade (ou posição) do seu interlocutor.

<sup>108</sup> Os grifos são meus.

*os sítios. Chega aqui, e se ele tiver fome é capaz de vir de casa um pão na bolsa, chegar aqui no pátio tirar o pão e come, mesmo aos olhos de todo o mundo. Enquanto que o angolano já sente um certo receio de comer onde há muita gente.*

*Uma boa parte dos bakongos que ficaram sempre em Luanda, tem sempre família que veio do outro lado no Zaire. Quando [eles] chegam hospedam-se mesmo na casa de seus parentes. É a partir daí que começa mesmo o choque de civilizações. Estão em casa, é posta a mesa, o regressado, a primeira preocupação dele é livrar-se dos talheres. Ele acha que os talheres o incomodam, quer comer mesmo à vontade, com as mãos come melhor. A comida sabe melhor comendo com as mãos. Enquanto que o angolano que nunca esteve no Zaire, se vai a casa de um parente que é regressado e a comida é posta na mesa, enquanto não estiver lá a faca e o garfo ele não se sente bem para comer. E aí até começar a notar algumas diferenças... (entrevista 1)*

É interessante perceber certos termos do discurso acima, tais como, *civilizado, choque de civilizações, complexos ao comer, receio e razoável*. O entrevistado identifica alguns aspectos do comportamento do luandense ou do mukongo não regressado que remete à "educação que recebemos dos portugueses".

Embora não tão explícito neste trecho, existe uma referência a um formalismo "típico" do luandense, contraposto a uma atitude mais "despachada" característica do regressado. Este último atribui seu próprio comportamento a um pragmatismo que é associado à sua autonomia. O regressado atribui os excessos de formalismo luandense a um "complexo" legado do tempo colonial e do apego às atividades burocráticas. A "sem-cerimônia" dos regressados associa-se mais à vida impaciente e veloz da atividade comercial e dos "expedientes".

Para além dos valores que informam os dois grupos, percebem-se concepções diferenciadas de ordem e desordem permeando os discursos, os comportamentos e a organização dos "universos" de ambos os grupos. Os luandenses identificaram uma forte perturbação de um universo de relações que antes era percebido como mais controlado e que é sacudido por todos os lados nos anos posteriores à independência.

Durante toda a minha estadia em campo, notava que os regressados e suas ações eram referidas sempre como desordeiras. A partir daí emergem

as outras categorias sempre relacionadas com os regressados e a desordem: a sujeira, a irregularidade, o barulho (especialmente no que se refere à música zairese que é posta num volume muito alto) e a delinquência.

Os regressados, por sua vez, inseridos num ambiente a princípio estranho, procuram conhecer, controlar e organizar este novo espaço de acordo com seus próprios valores. Contraposta à noção de desordem, os regressados referem-se sempre à inexistência na Luanda dos anos 70 e 80 de "ambiance", "l'ambiance zairoise" ou seja, a movimentação da vida de Kinshasa – sobretudo da vida noturna – as ruas fervilhantes, o intenso trânsito de pessoas, o cosmopolitismo, o comércio...

A associação entre Congo e desordem não é recente no imaginário angolano. O Congo Belga sempre serviu como um espelho para os colonialistas portugueses avaliarem seu desempenho e marcarem sua especificidade, sua diferença e, sobretudo, sua pretensa superioridade como "bons colonizadores". Angola, a "jóia do Império Português", era a boa colônia, ordeira, pacífica e multirracial; o Congo Belga, visto sempre imerso na instabilidade racial, na contestação, na fragmentação e na agitação política.

Com a independência do Congo, em 1960, o agravamento dos conflitos e a sucessão de crises políticas, o imaginário sobre o Congo associado à idéia de crise permaneceu e era fonte de receio para os portugueses que, com razão, temiam que a luta pela autonomia política chegasse até Angola, como veio a acontecer no ano seguinte.

Desde o tempo colonial existe um dito, repetido à exaustão pelos portugueses a qualquer africano, ao menor sinal de desobediência: "Pensam que isto cá é o Congo ou o quê?". As patroas portuguesas repetiam esta frase às empregadas descuidadas. As mães, brancas, mulatas, negras, angolanas, portuguesas, antes e depois da independência, repreendem seus filhos com o mesmo mote. "Parem com a bagunça, pensam que estão no Congo?"<sup>109</sup>

<sup>109</sup> Ouvei diversas vezes esta frase ou esta referência em Luanda. Um amigo, jornalista e angolano bem humorado, sugeriu que, frente à situação atual de Angola, talvez as

## Tradição

*Bakongo é daquelas pessoas que hoje morre o meu filho, toda a comunidade tem que vir. (...) Começa a ver, "quem nós temos por exemplo no hospital, temos o fulano, Dr. Fulano é nosso". "Fulano, vai ter com aquele, que morreu o filho de um conterrâneo nosso, e precisamos de isso, assim, assim". "Bom, temos um fulano na agência funerária, então fulano, vai ter com aquele..." "e quem pode garantir transporte?" "Fulano tem uma agência de transporte, vai ter com ele, pega dois ou três carros para nós fazermos o funeral", e em menos de duas horas de tempo, já está tudo distribuído e cada um dá uma mão e um problema que era tão grande fica simples. A partir daí, as pessoas começam a se sentir comprometidas com a comunidade. Quando uma dessas pessoas assume um posto qualquer, ele sabe que tem o dever e a obrigação de zelar pelo bem estar dos membros da mesma comunidade. É dever e obrigação. Quer dizer, uma questão que está dentro de qualquer bakongo. Não é por maldade, não é tribalismo, não é regionalismo, mas o sentimento que os bakongos tem de poder sempre ajudar o conterrâneo.*

*A nossa tradição é tão forte que às vezes exige coisas absurdas, que ao olho de qualquer pessoa, vê-se que são coisas que não valem. Eu estou aqui em Luanda, tenho família no Zaire. Se eu tomar conhecimento de que morreu parente meu no Zaire, eu sou obrigado a fazer uma despesa enorme por uma cerimônia que não vale absolutamente nada. O valor daquela cerimônia é apenas dar a conhecer aos familiares que cá vivem comigo em Luanda, aos meus amigos, que eu perdi alguém na família. Mas para eu poder fazê-lo, eu tenho que gastar quase uma fortuna. Eu preciso comprar comida, bebida, mandar vir gente de todos os cantos de Luanda, tem que vir dormir aqui na minha casa e, enquanto dormirem lá, comer, beber, e ficam lá só para eu dizer, "pronto, meus parentes, meus amigos, mandei-vos chamar porque a partir do dia 12 do mês passado eu já não tenho mais pai, o pai morreu". Pelo menos todos sabem que é assim. Na tradição dos bakongo, se tu não fazes bem, passará o resto da tua vida com azares. (...) Porque tem pessoas que acham que isto é absurdo, não tem cabimento. Por que é que eu vou ter que gastar tanto dinheiro para dar de comer, dar de beber às pessoas, por uma questão que não é nada? Posso ir à rádio e meter um comunicado. Mas aí se diz não, não é assim, e quando não aceita fazer assim, começa a se encontrar algumas razões. E então vão encontrar um motivo para começar a encontrar complicações na sua vida. Para depois justificar que as complicações que está a encontrar na vida foram fruto de não ter cumprido com aquele ritual. (...)*

---

mães sul-africanas possam estar dizendo aos filhos desobedientes "Parem com esta bagunça, pensam que isto aqui é Angola ou o que?".

*...há um provérbio kikongo que diz "tudo o que a gente faz não pára aqui, vai continuar de geração em geração". O bem que eu faço hoje a alguém ele pode não retribuir a mim, mas ele pode vir a retribuir ao meu filho... (entrevista 1)*

Uma das características mais impressionantes da população bakongo, seja ela regressada ou não, é a existência de uma representação generalizada que insiste numa auto-imagem<sup>110</sup> como um grupo culturalmente coeso e homogêneo.

A referência a esta identidade<sup>111</sup> cultural, a uma consciência histórica que é remetida à unidade política do antigo reino do Kongo e à identidade lingüística, não é feita apenas por um conjunto de intelectuais ou líderes tradicionais ou religiosos, mas é reproduzida por indivíduos de escolaridade diversa e variada posição social.

Ao mesmo tempo em que esta consciência implica numa forte ligação com o que se chama de "tradição", existe também uma auto-percepção como um povo dinâmico, empreendedor, com grande mobilidade e capacidade de sintetizar e incorporar culturas e aprendizados externos, sem abrir mão da "tradição". Esta refere-se constantemente às obrigações e funções relativas à hierarquia familiar.

Existem referências na literatura sobre os povos Bakongo – sobretudo em Balandier (1963) – onde encontramos esta mesma caracterização que os bakongo fazem constantemente de si mesmos, ou seja, de um grupo que associa um forte "tradicionalismo" a um dinamismo que incorpora facilmente elementos de "modernização": *"Ce double acquis, de caractère*

<sup>110</sup> Caiuby Novaes (1993) define o conceito de auto-imagem no sentido relacional, ou seja, a auto-imagem depende da relação com o outro, usado como referência para a construção da imagem de si. As transformações desta relação implicariam na transformação desta representação. Estou utilizando o conceito de auto-imagem como representação de si, sendo possível aos Bakongo a lançar mão de outras fontes para a construção desta auto-representação, não só as relações estabelecidas com o colonizador e com os outros grupos em torno, mas também a literatura antropológica e a literatura colonial.

<sup>111</sup> Identidade possui, baseando-me em Caiuby Novaes e Carneiro da Cunha (1985), uma dimensão mais cristalizada, geralmente manifestada nos discursos políticos e nas ações "para fora". Tem assim um sentido contrastivo com relação ao outro e homogeneizador com relação ao grupo em si, tomado como um todo coeso.

*traditionnel et de caractère moderne, explique le dynamisme de l'économie ba-kongo en dépit de sa fragilité" (1963, 357)<sup>112</sup>.*

No longo estudo de Balandier sobre as sociedades Bakongo lemos uma série de qualificativos a este grupo em torno de uma maior "abertura" desta sociedade à influência externa (idem, 353), uma grande capacidade de adaptação (neste caso a comparação se faz com os Fang, do Gabão). Os Ba-kongo possuiriam grande mobilidade, ao tempo em que não perderiam seu enraizamento e suas referências da terra de origem. Este não desenraizamento seria, segundo Balandier, possibilitado pela eficácia da organização clânica (idem, 371).

Este autor considera também que o apego a um sistema fortemente hierárquico, sustentado por um "ideal monárquico", que dá grande importância ao surgimento de lideranças (que não raro assumem também a dimensão de "salvadores"), tem referência na figura do rei, que remete novamente ao mítico reino do Kongo. Esta constante referência ao Reino do Kongo, apesar de ser um importante fator de coesão étnica, impediria que qualquer ideal mais igualitário surja no seio dos Bakongo (idem, 395)<sup>113</sup>.

Estas representações sobre os Bakongo que se inscreveram também na sua identidade de uma forma mais ou menos generalizada – ou seja, estão além de um mero discurso de elites intelectuais e políticas – em diversos momentos são exacerbadas por esta elite, especialmente nos momentos de crise e conflito. As pesquisas e textos acadêmicos de grande legitimidade, neste contexto, são um fator importante por fornecerem elementos para a construção dos discursos e da identidade bakongo e por tornarem esta identidade visível para outros grupos.

<sup>112</sup> Certamente os chamados Ba-Kongo a que Balandier se referia em 1955 não são mais os mesmos de hoje. Assim, não tento generalizar para todo um grupo lingüístico observações que, no caso, estavam localizadas na região de Brazzaville. O que tento demonstrar aqui é que textos escritos sobre os Bakongo que apropriam-se de uma realidade localizada, são também apropriados não só pelo grupo em questão, mas por uma comunidade mais extensa. O que é dito então sobre o grupo passa a por ter uma duração, uma persistência e ganha uma "realidade" que ultrapassa as intenções iniciais do autor.

<sup>113</sup> A proximidade dos bakongo de Angola do centro do poder real, M'Banza Congo, e o reconhecimento, por Portugal, da família real, faz a referência ao passado glorioso do reino menos intangível que para os Bakongo do Congo Kinshasa ou Congo Brazzaville, por exemplo, para quem esta referência é mais distante, ficando mais num plano mítico.

## A língua

A diferença cultural mais sentida e expressa por regressados e não regressados está nas línguas – lingala e português – e no peso e sentidos diferenciados que cada grupo dá ao uso de uma e outra. No caso, uma língua herdada do colonizador e outra, uma língua não angolana, mas veicular da região da capital do Congo/Zaire. Estas diferenças dizem respeito à experiência de cada grupo em meios urbanos bem distintos – Luanda e Kinshasa – e a inserções coloniais também distintas – Angola e Zaire.

No caso dos luandenses, o uso do português remonta, como já vimos, desde o período do tráfico. O longo contato com os portugueses, a criação de uma sociedade crioula e sua rede para o interior, fizeram do português uma língua bastante disseminada e, mais que isso, uma língua bastante transformada por seu contato longo e estreito com o Kimbundo (que tinha também um lugar fundamental como a outra língua veicular deste período que vai até o século XIX).

A apropriação da língua portuguesa como língua nacional e de contestação nacionalista<sup>114</sup> segue um longo processo na formação literária angolana, desde a imprensa nativista de fins do século XIX, até o moderno romance angolano de meados do século XX.

A expansão do português se deu, obviamente, dentro do projeto colonial de "portugalização", que era uma palavra de ordem mais significativa que "civilização" (mesmo porque a capacidade de educar do poder colonial português era bastante débil) e levada a cabo por meio da Igreja Católica.

<sup>114</sup> O uso da língua do colonizador como arma para a luta pela independência foi comum em praticamente todos os países africanos, sobretudo pela luta ter sido promovida pelas elites educadas à ocidental, que precisavam obter reconhecimento político junto à comunidade internacional. O valor e os sentidos da internalização da língua do colonizador na cultura do colonizado são alvo de intensas discussões, políticas, acadêmicas, ideológicas que ganharam muito espaço no âmbito dos chamados estudos "pós-coloniais" (Appiah, 1997). Defendo aqui que embora não separado deste contexto, o caso angolano possui especificidades importantes. Busco destacar, sobretudo, os aspectos que ressaltam a disseminação e o enraizamento do português na sociedade angolana e não só nas suas elites.

Durante a luta anti-colonial o português foi a melhor forma dos nacionalistas de diversas partes do país comunicarem-se. Assim, a idéia de "Angola" ganha sentido em grande parte devido à noção de uma língua partilhada, através de uma experiência colonial comum e de uma luta unificadora (Serrano, 1988). No dizer de Luandino Vieira, considerado o mais importante escritor angolano, a língua portuguesa é "um despojo de guerra"<sup>115</sup>.

De acordo com contingências pragmáticas ou obedecendo a propósitos e a projetos colonial ou pós-colonial, o fato é que as línguas maternas angolanas sofreram uma grande marginalização. No tempo colonial, o objetivo de "portugalizar" impedia a utilização das línguas africanas no ensino básico. A Igreja católica era a grande privilegiada pelo Estado português para a ação missionária, marginalizando as igrejas protestantes (quase todas estrangeiras, o que ameaçava o projeto portugalizador) que tinham como método e doutrina o ensino nas línguas locais.

No período da independência, o problema das línguas é ainda mais complexo. Do ponto de vista pragmático, a intenção do Estado revolucionário de alfabetizar em massa, a nível nacional e de forma centralizada, acarretou na alfabetização exclusiva em língua portuguesa, já que esta possibilitaria a consecução da unidade nacional.

Por outro lado, um governo de ideário marxista era, por princípio, avesso a apoios a qualquer igreja, sobretudo a católica, por seu passado colonial de lealdade a Portugal. A relação do regime do MPLA com as igrejas, católica e protestantes, era bastante complicada, já que estas, bem como muitos dos seus fiéis (dentre os quais lideranças do próprio MPLA) tiveram um papel importante no combate e resistência ao regime colonial.

Mas de fato houve uma certa marginalização das igrejas, que só mais tarde foram retomando seu espaço na sociedade angolana. As igrejas protestantes, com um importante papel de disseminação e manutenção das línguas africanas - a tradução da Bíblia para o Kimbundo, Umbundo e Kikongo foram obra de pastores protestantes - tiveram diminuído o seu trabalho de evangelização.

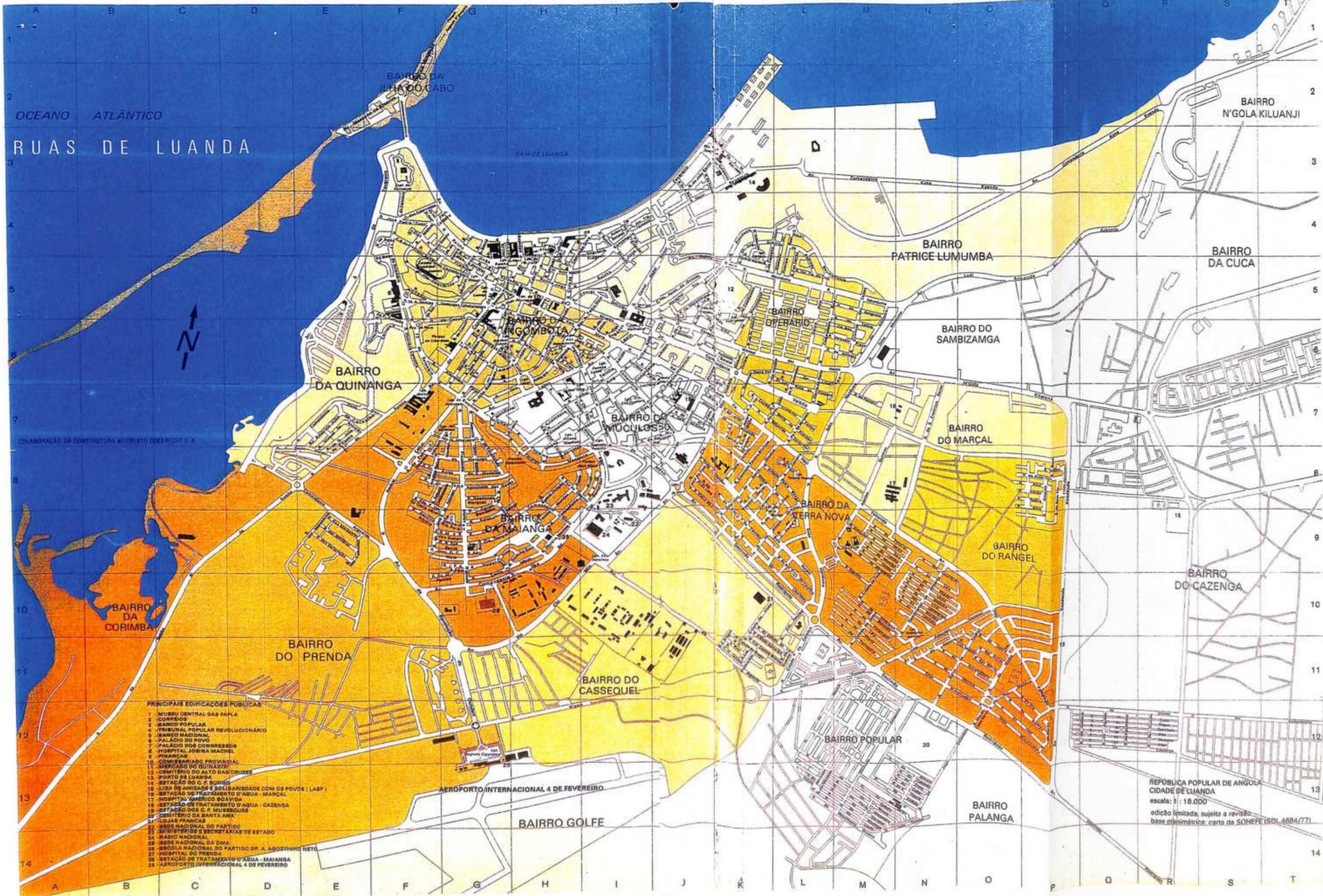
<sup>115</sup> Em depoimento, apud Chaves (1993).

O reconhecimento das línguas nacionais como importante expressão das culturas angolanas, no sentido de estimular efetivamente o seu uso e criar meios de consolidá-las, esbarrou não somente na falta evidente de recursos, mas também numa certa incompreensão em torno do que é ou deveria ser a valorização da "cultura angolana". A tendência de perceber a cultura e suas manifestações como elementos folclóricos, o distanciamento dos centros de poder das realidades rurais (em Angola o lugar das línguas africanas está sobretudo no interior, as cidades são bastante lusófonas) e um certo receio de que a valorização dos grupos étnicos como tais fosse associado ao "tribalismo" (gravíssima acusação nos primeiros anos do regime) foram fatores ideológicos e culturais que relegaram as línguas angolanas à marginalização.

Por sua vez, no Congo Belga, bem como em outras colônias de caráter assimilacionista, a alfabetização e o ciclo básico eram ensinados nas línguas locais com uma transição para o francês no ensino intermediário. No caso específico do Congo Belga, o ensino estava nas mãos dos missionários, sobretudo católicos. Mas não havia, como no caso da colônia portuguesa, um desenraizamento tão profundo, sendo interdito ao "indígena" o aprendizado na sua língua materna<sup>116</sup>.

A radicalização do processo nacionalista no Congo Belga, como referido, foi fortemente racializado e encontrou uma de suas conseqüências no movimento da "autenticité" implantado por Mobutu Sesse Seko em fins da década de 60. Este movimento cultural tinha, na sua origem e em suas formulações iniciais, objetivos bem diversos do que foi propagado pelo ditador e não estão no alcance desta dissertação. Todavia, para fins deste trabalho, apontamos neste movimento a exortação aos "valores culturais africanos" e a imposição aos cidadãos zairenses de trocarem seus nomes de origem européia por nomes "africanos". Este é certamente um movimento que teve impacto sobretudo no meio urbano.

<sup>116</sup> O caso do colonialismo português é tão dramático que além de dificultar o ensino ao indígena na sua própria língua, facilitando o aprendizado, era muito difícil para os indígenas estudarem para além da quarta classe, que para o nível escolar que possibilitaria a aquisição do estatuto de assimilado. Assim, se por um lado o africano era desvalorizado em sua própria cultura, por outro, era impedido de ascender socialmente pela cultura dominante.



- PRINCIPAIS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS**
- 1 - MUSEU CENTRAL DAS FÁBRIAS
  - 2 - CORPÓRUS
  - 3 - BARRIO POPULAR
  - 4 - TRIBUNAL POPULAR REVOLUCIONÁRIO
  - 5 - BANCO NACIONAL
  - 6 - PALÁCIO DO POVO
  - 7 - PALÁCIO DOS CONGRESSOS
  - 8 - HOSPITAL JERÓNIA MACHIEL
  - 9 - FINANÇAS
  - 10 - COMISSARIADO PROVINCIAL
  - 11 - AEROPORTO DO QUINAXE
  - 12 - CEMITÉRIO DO ALTO DAS CRUZEIS
  - 13 - PORTO DE LUANDA
  - 14 - ESTACÃO DO C. F. BORGES
  - 15 - LIGA DE AMIZADES E SOLIDARIEDADE COM OS POVOS (LASP)
  - 16 - ESTACÃO DE TRATAMENTO D'ÁGUA - MARÇAL
  - 17 - HOSPITAL AMÉRICO BOAVISTA
  - 18 - ESTACÃO DE TRATAMENTO D'ÁGUA - CAZENGA
  - 19 - ESTACÃO DO C. F. MUSEQUEL
  - 20 - CEMITÉRIO DA SANTA ANA
  - 21 - LOJAS FINANÇAS
  - 22 - MINISTÉRIO NACIONAL DO PARTIDO
  - 23 - MINISTÉRIOS E SECRETARIAS DE ESTADO
  - 24 - RÁDIO NACIONAL
  - 25 - SEDE NACIONAL DA OMA
  - 26 - ESCOLA NACIONAL DO PARTIDO DR. A. AGOSTINHO NETO
  - 27 - HOSPITAL DO PRENDA
  - 28 - ESTACÃO DE TRATAMENTO D'ÁGUA - MAIANGA
  - 29 - AEROPORTO INTERNACIONAL 4 DE FEVEREIRO

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA  
 CIDADE DE LUANDA  
 escala: 1 : 18.000  
 edição limitada, sujeita a revisão  
 base planimétrica: carta de SONEFE (SDL 4684/77)

A questão da troca de nomes teve implicações para os regressados, como toda questão em torno da troca de identidades dos exilados/regressados. O que cabe destacar aqui é o caráter de rejeição ao legado colonial no seu sentido cultural. Assim, ainda que o francês seja a língua dos intelectuais, da universidade, do liceu e é, indubitavelmente, uma língua de cultura, para um congolês, pode parecer estranho assumir uma língua colonial como vernáculo e, mais que isso, uma língua da cultura nacional. Não faz sentido para o congolês/zairense ou regressado que um angolano não saiba falar outra língua que não o português. A língua portuguesa ser considerada como um fator de "angolanidade", de identidade nacional, caracteriza, para um congolês, um aspecto de subserviência e, para o angolano (neste caso, o luandense, já que estamos nos referindo todo o tempo a esta relação), uma apropriação legítima de um legado cultural enraizado por séculos.

O uso da língua portuguesa em Luanda foi sendo progressivamente utilizada pela sociedade circundante para marcar sua diferença frente ao grupo imigrado e para classificá-lo como estrangeiro. Nesse contexto, ela se cristaliza na capital como a língua da identidade nacional por excelência.

### O lugar do Kikongo

A inserção do grupo regressado na sociedade luandense implicou no aprendizado progressivo da língua portuguesa, pela necessidade de entrada no mercado de trabalho, pela convivência no ambiente escolar ou mesmo como uma estratégia de dominar os diversos códigos e símbolos que definem para a sociedade circundante o pertencimento à nacionalidade angolana. Por outro lado, a distintividade dos regressados como um grupo separado se traduzia pela manutenção do uso do lingala como língua interna ao grupo, mas não uma língua de "gueto" e sim uma língua que se ouvia cada vez mais nos mercados, ruas e outros ambientes de concentração de regressados.

Nesse "embate" entre o lingala e o português, perdeu o espaço o Kikongo, que supostamente seria a língua de expressão do povo bakongo,

seja em Maquela do Zombo, Damba, Matadi (Baixo Congo), Kinshasa ou Luanda. Surpreendentemente, para os mais desavisados (como eu), o Kikongo é muito pouco falado entre os bakongo regressados, ou pelo menos tem pouquíssima expressão pública em Luanda.

A perda de espaço do Kikongo vem acontecendo desde a migração de angolanos para o Zaire, sobretudo Kinshasa, onde o lingala<sup>117</sup> é a língua veicular por excelência.

A proeminência do lingala na região da capital zaireense é explicada por Gondola (1996) como obra deliberada da dominação colonial e não como um processo de dominação de um grupo sobre outros. O lingala teria sido a língua obrigatória do ensino técnico na região da capital (províncias de Leopoldville e Lago Leopoldo II). Sendo uma língua de muito fácil assimilação, com capacidade de absorver vocábulos de origens diversas, sobretudo o francês, o lingala veio se impondo em toda a região que orbitava em torno da capital congoleza, inclusive no Congo Francês (Gondola, 1996, 220). Após a independência, o lingala manteve-se como uma língua importante no Estado zaireense, sobretudo por ser a língua do exército de um governo militarizado. Há, sobretudo, o aspecto da influência cultural do lingala pela grande aceitação e disseminação da música zaireense dentro e fora de África.

A população angolana emigrada ou exilada no Zaire incorporou rapidamente o lingala. O Kikongo, como mencionado por alguns entrevistados, era considerado, na capital zaireense, uma língua de rurais, sendo seu uso bastante restruído no âmbito público.

O retorno à Angola e a inserção em Luanda de novo tornaram o Kikongo uma língua pouco utilizável, na medida que o aprendizado do português tornou-se prioridade nas estratégias das famílias regressadas e que as gerações mais jovens, sobretudo as que nasceram em Kinshasa, tinham pouco, se não nenhum, domínio do Kikongo<sup>118</sup>.

<sup>117</sup> Há controvérsias entre pesquisadores em torno da origem do lingala, que seria a língua do grupo bangala, no norte do Zaire. Alguns pesquisadores afirmam que os Bangala não teriam origem pré-colonial, sendo uma invenção do colonizador, tal como o lingala seria uma mistura de línguas diversas. A referência a esta discussão está em Gondola (1996, 51-2).

<sup>118</sup> As famílias ou indivíduos que, no retorno a Angola, passaram algum tempo na aldeia de origem, puderam retomar o contato com o Kikongo, que é muito forte na área rural. Aqueles

O Kikongo tem sido uma língua restrita aos mais velhos. É também a língua do meio religioso e das cerimónias de noivado, casamento, óbito. Ela pode ser usada no âmbito doméstico, nas resoluções das questões familiares em que se recorre às autoridades do grupo, quando há apelo ao saber tradicional, expresso nos provérbios Kikongo<sup>119</sup>.

Ultimamente, percebe-se que o Kikongo tem sido valorizado por uma parte das elites bakongo. No contexto do embate ideológico com a sociedade luandense – em que esta é acusada de não dominar qualquer língua materna e ter-se “destribalizado” – o conhecimento e a exibição deste conhecimento do Kikongo por parte da elite bakongo é utilizada como um diferencial importante. Há uma preocupação nesses meios com o ensino do Kikongo aos mais jovens. Esta preocupação também é seguida de perto pelas igrejas de maior acolhida entre bakongos e regressados.

É muito cedo para dizer se o Kikongo se afirmará no meio urbano entre os jovens que tem no lingala uma língua de mais largo alcance, que lhes permite transitar por diversos países e regiões. Por outro lado, o uso disseminado do português entre os jovens regressados indica uma grande capacidade de adaptação e integração e, ao menos me pareceu, há mais interesse dos mais jovens em dominar outras línguas, tais como o inglês e o francês, que poderá lhes permitir uma maior mobilidade.

A tabela que se segue é uma tentativa de ilustrar, de maneira bem ampla, ainda que talvez um pouco estanque, os contextos mais comuns do uso do lingala, do português e do Kikongo. Não é fruto ainda de uma pesquisa empírica bem sedimentada, mas penso que pode auxiliar o entendimento da complexidade lingüística de Luanda, sobretudo do ponto de vista dos bakongo e regressados.

---

que vieram diretamente de Kinshasa para Luanda, ou com curta passagem pela área de origem, provavelmente dominam muito pouco a língua dos pais.

<sup>119</sup> Os provérbios Kikongo são recorrentes no discurso de praticamente todos as pessoas de origem Bakongo com quem conversei, sejam elas intelectuais interessados em valorizar a “cultura Congo” ou as pessoas que afirmavam ter um certo distanciamento das “tradições”. Os provérbios são utilizados constantemente a fim de justificar uma argumentação, conferindo a ela um critério de autoridade, ou para afirmar a “força” da tradição e da oralidade. Por vezes os provérbios aparecem simplesmente como uma ilustração, uma descrição, uma reiteração. Há casos em que recorre-se também aos provérbios bíblicos, com os mesmos fins.

Lembro que em Luanda convivem outros grupos étnicos que trazem as línguas de suas regiões para a capital. Avalio, contudo, que o português é incontestavelmente a língua hegemônica da capital, secundada pelo lingala e pelo kimbundo, este mais entrecortado e misturado com o português do que usado como uma língua corrente.

Espacos do uso Lingala, do Kikongo e do Português na perspectiva do regressado

KIKONGO	LINGALA	PORTUGUÊS
Aldeia (região de origem)	Bairros regressados	Cidade em geral
Âmbito Doméstico	Rua entre regressados	Rua com desconhecidos
Cerimônias e rituais religiosos (noivado, casamento, óbito)	Igrejas nos bairros regressados*	Igrejas em geral
Resolução de problemas em família	Entre regressados, parentes e amigos	Ambientes de trabalho e escolar; órgãos públicos
Mercado (mulheres mais velhas)	Mercado	Mercado
-----	Candongueiro	Candongueiro
Mais velhos	Adultos e jovens	Adultos, jovens e crianças

\* nas igrejas dos bairros regressados também se fala português e outras línguas, de acordo com a composição étnica da audiência.

A partir desta tabela arriscamo-nos a fazer mais algumas considerações. Percebe-se que o domínio do português é fundamental para garantir o trânsito do regressado por todos os circuitos da vida da cidade – ambiente de trabalho, escolas, universidades, ruas, a cidade em geral, considerando principalmente o centro da cidade. O lingala tem seu espaço mais restringido, mas é presente em alguns meios de circulação notória dos regressados, como o transporte (candongueiro) e o mercado. O kikongo é ouvido apenas no âmbito doméstico e familiar, sobretudo no contexto religioso ou em situações “tradicionais”.

Podemos considerar, a partir de Raffestin (1993, baseado no lingüista Henri Gobard), um modelo de análise que contém quatro tipos de linguagem, em uma dada área cultural<sup>120</sup>: a linguagem vernácula, local ou cotidiana, que o autor chama de linguagem de “comunhão” e tem um

<sup>120</sup> Não é minha intenção fazer uma análise funcionalista ou sistêmica da questão lingüística em Luanda, mas esta tipologia pode se mostrar bastante ilustrativa para o caso em questão.

caráter espontâneo; a linguagem veicular, com a função de comunicação, de âmbito nacional ou regional; a linguagem referencial ou de cultura, na qual o grupo expressa e dá continuidade a seu legado histórico e cultural e a linguagem mítica, que se relacionaria com o passado imemorial e com o sagrado.

Sendo possível a um dado grupo utilizar uma língua para cada "função", é também plausível que apenas uma língua assuma as quatro funções<sup>121</sup>. No caso regressado, é perceptível que o língala tem exercido a função do vernáculo, cabendo ao português, cada vez mais, a dimensão veicular. O Kikongo vem tendo, por vezes, o papel referencial (disputando este espaço com o francês, no caso dos bakongo mais educados). Cabe ao Kikongo, sobretudo, a dimensão mítica. Nos momentos agudos de disputa política onde a etnicidade ganha espaço nos discursos – como veremos adiante – o Kikongo sai do plano mítico ou da esfera meramente privada e assume outros significados, como pode ser visto nos panfletos e manifestações de grupos políticos bakongo em que são utilizadas referências em Kikongo (ver no próximo capítulo). O Kikongo permanece assim, na maior parte das vezes, como uma reserva simbólica indicando o espaço – privado – da família, da religião e da autoridade dos mais velhos.

O português, para a população luandense, assumiu as funções tanto de vernáculo (língua de grupo, de comunhão) como de língua veicular, à medida que foi a língua de comunicação, a língua da economia e do Estado. É sobretudo a língua referencial, língua de cultura e de identidade, na qual a literatura angolana vem se expressando, de forma particular, pois "kimbundizada", o que indica sua apropriação, transformação e enraizamento.

O português não é apenas a língua dos luandenses, da capital. À expansão do português durante o período colonial seguiu-se sua utilização como forma dos nacionalistas se comunicarem para combater o regime. A propagação da guerra civil, que é uma das formas de penetração do Estado angolano (já que este recruta soldados para o exército por todo o

<sup>121</sup> O autor cita o caso da língua inglesa que, para os norte-americanos, assume as quatro funções. Pode ser o caso da língua portuguesa para a maioria dos brasileiros, considerando a incorporação nesta língua de elementos das línguas africanas e indígenas.

território), foi também um importantíssimo vetor da língua portuguesa. Angola é um país *sui generis* em África posto que possivelmente a maior parte de sua população expressa-se na antiga língua do colono, que é incomum no continente. Isto descaracteriza o português como uma língua apenas urbana, da capital e das elites. E torna complexo o quadro lingüístico angolano.

É preciso ainda qualificar o que significa "expressar-se" em português. Destes que falam português, provavelmente quase a metade tem o português como única ou primeira língua de expressão e é este dado que remete o português à sua dimensão referencial e não apenas de vernáculo ou veicular para uma parte significativa da população.

A língua é um instrumento de produção e manifestação de poder. Expressa modos de vida, de ser e estar, de classificar e ordenar a realidade. A marginalização de uma língua caracteriza também a marginalização do grupo que a porta. Nesse sentido, a apropriação da língua portuguesa como língua do Estado e sua generalização como língua veicular, mais que mera "língua oficial", relega para as esferas não públicas da vida social outras línguas concorrentes.

O não domínio do português por setores da população impede o acesso dessas à plenitude da vida social, que engloba as dimensões pública e privada. No caso do grupo regressado, as pessoas com maior dificuldade em falar o português são as mulheres mais velhas, mas não só. Estas pessoas acabam por permanecer nos bairros e têm mais ou menos restringido o acesso ao mercado de trabalho. Ainda que os mercados livres não ofereçam dificuldades aos falantes do lingala, o campo de atuação torna-se limitado. Não é possível ao mau falante de português estabelecer outras relações com pessoas que não sejam de seu meio étnico. São indivíduos que, mais que tudo, tornam-se mais vulneráveis à arbitrariedade dos poderes.

A permanência do uso do lingala, no caso dos regressados, que concorre com o português no domínio do vernáculo (expresso pelo uso do lingala nas ruas, nos mercados) indica a manifestação de um modo de vida que insiste em estar no espaço público, ainda que este seja dominado pelo português.

Todavia, a existência do sotaque entre os regressados quando falam português os identifica frente aos luandenses e indica uma "falta", um domínio insuficiente da língua que retira dos regressados um capital importante para o pertencimento e o controle dos espaços da cidade e nacional.

Não que os regressados não possam se comunicar em português e serem entendidos (dimensão veicular do português em Angola), mas trata-se de um *domínio* da língua portuguesa, que indica o *pertencimento* à ela e a uma comunidade de sentido – posta pela dimensão do vernáculo (Anderson, 1989). Este domínio distingue os regressados dos luandenses e dá aos últimos a primazia daquela "angolanidade" a que nos referimos no início deste trabalho, uma identidade nacional hegemônica que, ao menos em Luanda, tem passado pelo critério da "expressão" em língua portuguesa.

Esta discussão em torno das línguas e do seus diversos usos é extensa e tem diversos outros desdobramentos. Cabe aqui apenas reforçar que este é um ponto nodal da discussão que envolve a "questão nacional", suas formas de expressão, seus critérios de pertencimento e exclusão.

É interessante perceber o sentido da palavra *expressão*, que se contrapõe à noção de "língua oficial" ou o termo mais neutro, "de fala portuguesa ou francesa". "Países de expressão portuguesa", como vem-se atualmente referindo aos países de língua oficial portuguesa, indica uma partilha cultural, uma dimensão *afetiva* que é o que justamente tem sido o português para muitos angolanos, mas não para todos, ou pelo menos não exclusivamente. Ainda que ninguém em Angola defenda o uso exclusivo da língua portuguesa e muitos sejam defensores ardorosos do multilinguismo, na prática tem sido difícil dissociar a construção de uma identidade nacional angolana fora da "expressão", no sentido mais afetivo possível, em língua portuguesa.

**Capítulo 4**  
**Etnicidade: conflito e rotina**

## Capítulo 4

### Etnicidade: conflito e rotina

#### O estigma regressado

Diversos aspectos de visibilidade, de comportamento e, mais importante, da língua, abordados acima, passaram a ser utilizados para indicar e identificar quem são os regressados para os luandenses. A partir destes sinais, que são associados aos valores e contextos já discutidos, é construído o estereótipo do "regressado", do "zairense", também chamado de "zairota", "langa", "zázá".

Os regressados foram associados ao mercado paralelo, portanto, ao comércio ilegal, ao contrabando, à extorsão e à delinqüência. Deparando-se com a desagregação dos serviços públicos e a generalização da corrupção em todos os setores da vida social, a sociedade luandense responsabiliza os regressados por introduzirem a pequena corrupção e os métodos do "desenrascar-se" que, cedo ou tarde, tornaram-se prática comum em Luanda.

As acusações com relação aos diplomas emitidos no Zaire foram generalizadas e contribuíram também para o estigma de falsários. As ocupações e construções irregulares dos terrenos, numa Luanda cada vez mais povoada, são atribuídas primeiramente aos regressados. Assim, são imputadas aos regressados práticas cada vez mais correntes por toda a população. Com a evidente impossibilidade de atribuir apenas a eles as atividades ilegais, ainda mais após o agravamento da crise econômica, recorre-se à frase, ouvida por mim um sem número de vezes: *"sim, mas quem nos ensinou estas práticas foram os regressados! [ou zairenses]"*.

Também o lugar do outro, do estrangeiro, lhes é constantemente atribuído. Dessa forma, assistimos a cristalização de critérios de pertencimento nacional que, se num momento anterior eram escolhidos em

contraposição à antiga potência colonial, num segundo momento, passam a ser construídos a partir de um "outro" interno.

Reagindo ao estereótipo e procurando formas de situarem-se como membros da mesma nação, delinea-se, por parte dos regressados, uma série de atribuições aos luandenses, buscando também deslegitimá-los e trazer para si atribuições positivas.

O centro das distinções dos regressados para com os luandenses está na reivindicação de uma "africanidade" contraposta a uma excessiva "ocidentalização" dos luandenses, mais percebida como "portugalização" (Mabeko Tali, 1993 e 1995). O uso exclusivo do português em Luanda, a não competência da maioria dos luandenses em qualquer língua africana, o modo de vestir e outros comportamentos (os modos à mesa, os tipos de comida, a formalidade, o "burocratismo") foram sendo também tachados de aportuguesados e, por vezes, de "abrasileirados"<sup>122</sup>. A "africanidade regressada" é exercida num modo de ser e de estar, evidenciado pela roupa e por falar uma língua africana. O lingala, quando definido como uma "língua africana", esconde o fato de não ser uma língua angolana. Assim, há também o apelo a uma "identidade bantu" referindo-se a todo complexo cultural da região central e austral da África, que se estende dos Camarões à África do Sul, e que partilha o mesmo tronco lingüístico.

Esse discurso da "africanidade", propagada pelos regressados, é muito próximo do discurso de Jonas Savimbi, líder da UNITA, que faz uma forte crítica aos "crioulos de Luanda" e uma exortação a valores tradicionais, "mais africanos".

É em nome da chamada "África profunda" que Savimbi apresenta um projeto nacional de oposição ao MPLA. Seu discurso pretende-se em nome das sociedades rurais que são, para os dirigentes da UNITA (que por sinal são também urbanizados e formados "à ocidental"), a verdadeira Angola "genuína", "autêntica" ou realmente africana.

---

<sup>122</sup> Note-se a grande influência do Brasil em Angola, sobretudo em Luanda. As novelas brasileiras, que são transmitidas na televisão angolana desde fins dos anos 70, o número significativo de brasileiros em Luanda, a atração exercida pelo futebol e a música popular brasileira ilustram o enorme prestígio da cultura brasileira em Angola.

A diferença entre os dois discursos é que o apelo dos regressados aos valores "mais africanos" se dá num contexto eminentemente urbano - tendo referências também no já aludido movimento da *authenticité* de Mobutu -, não havendo referências a um suposto retorno à "África profunda" e à autenticidade rural tão valorizada por Savimbi.

O discurso de Savimbi também contém um forte apelo racial, à medida que acusa os "crioulos de Luanda" de terem sido os "substitutos dos portugueses" após a independência. Mais que isso, acusa-lhes de dupla nacionalidade, ou por serem filhos dos portugueses (no caso dos mestiços) ou por serem portugueses mesmo (aqui Savimbi se refere aos brancos angolanos). Savimbi não poupa nem mesmo os negros do governo, os acusando de serem os antigos colaboradores do colonialismo. O conteúdo racista do discurso etnicista do líder da UNITA encontrará seus ecos e convergências nos discursos das elites bakongo/regressadas.

#### Elites bakongo/regressadas

Neste processo de construção de discursos, em que se atualizam diversas visões de mundo e percepções contrastivas acerca da identidade nacional e do pertencimento a outras identidades que com ela competem, as elites bakongo/regressadas assumem um papel fundamental.

A referência a elites tem aqui um sentido amplo e abrange as lideranças políticas, sejam oriundas dos partidos e outros movimentos políticos do período da luta anti-colonial, sejam as lideranças dos novos partidos políticos (que abordarei mais a frente). Incorpora os chamados intelectuais - professores e estudantes universitários, escritores e jornalistas; os profissionais liberais em geral, funcionários públicos e empresários. Abriga sobretudo as lideranças religiosas, que exercem uma influência fundamental, pois atuam muito próximos à população comum moradora dos bairros mais populosos. Muitos dos intelectuais propriamente ditos - professores universitários, cientistas sociais, escritores -, assumiram o papel de "intelectuais orgânicos" de diversos movimentos políticos.

Chamo a atenção para as elites bakongo/regressadas a fim de ressaltar alguns aspectos. O principal é a diversidade interna do grupo regressado que não permite situá-lo numa relação unicamente de subordinação, por ser grupo minoritário, à sociedade luandense (esta obviamente também muito diversificada). As relações dos diversos setores desta elite com o Estado são bastante complexas e incluem tanto a participação dentro do aparelho de Estado (Mabeko Tali, 1993), como diversos graus de marginalização política.

A construção de um discurso étnico mais ou menos acirrado por parte desta elite varia conforme o contexto político e também conforme a distância destes grupos do centro de poder. Nesse sentido, teremos um momento privilegiado para o crescimento das organizações políticas formais com a abertura política promovida a partir de 1991 e o exacerbamento dos discursos étnicos radicalizados com o retorno da guerra após as eleições, em fins de 1992. A Sexta-feira Sangrenta e os acontecimentos dela decorrentes configuraram-se no período dramático no qual as estratégias étnicas de afirmação chocaram-se com as instituições políticas formais, como nos debates havidos na Assembléia Nacional<sup>123</sup>.

O discurso etnicista pode ser gerado a partir de vários elementos, mas tem como uma de suas características o uso da história para a justificação da posição do grupo, afirmação de sua legitimidade e de suas demandas.

No caso bakongo, a forma mais recorrente de auto-legitimação e reivindicação de um espaço mais proeminente no contexto nacional angolano é a referência ao Reino do Kongo, ou seja, uma formação política estável anterior à chegada dos portugueses em África e com os quais a casa real manteve relações igualitárias até o acirramento do comércio negreiro. As narrativas do poderio, da extensão do Reino do Kongo e da resistência à ocupação colonial contrapõem-se às interpretações oficiais da história

<sup>123</sup> Abner Cohen (1969) caracteriza a organização étnica como uma organização política informal em oposição a organizações políticas formais (institucionais). Considera que o fenômeno de etnicidade - a mobilização da identidade e do pertencimento étnico para fins políticos -, é tão mais intenso quanto menores forem as chances da mobilização política por meios institucionais. Mesmo não concordando com a definição de grupo étnico sob um ponto de vista prioritariamente organizacional ou instrumental - organização sobretudo para conquista de espaço político - a percepção de que a etnicidade acirra-se mais quanto menor for o espaço institucional para a gestão de diferentes demandas é bastante pertinente e adequa-se ao caso em questão.

angolana, que vêm enfatizando as narrativas de resistência centradas na região Ambundo nos períodos posteriores<sup>124</sup>.

A manipulação da história, utilizando-se dos recursos de enrijecimento e descontextualização vai selecionando fatos, obscurecendo outros, valendo-se de interpretações anacrônicas, onde intenções, um caráter e um destino são atribuídas a atores e grupos. A manipulação da história tende a sugerir uma escatologia através da demonstração de um mal histórico impingido a um povo, que deverá ser reparado aos seus descendentes.

A referência à vassalagem que o Reino do Ndongo (formação política pré-colonial e colonial, cujo centro encontrava-se na região Ambundo) teria prestado ao Reino do Kongo em séculos passados ou a suposta cooperação e submissão dos habitantes e dirigentes daquele reino (Ndongo) frente os portugueses são argumentos continuamente utilizados por setores das elites bakongo para justificar ou explicar a permanência no poder dos "kimbundos", a marginalização política dos Bakongo e uma suposta rivalidade secular entre os dois grupos<sup>125</sup>.

Como discutido no capítulo três, é grande a responsabilidade das elites na formulação e veiculação do discurso etnicista. Trata-se da organização de um discurso mais ou menos coerente, envolvendo o conhecimento da história, da tradição, a articulação de fatos, mitos, interpretações e do contexto no qual certos discursos e narrativas são reproduzidos.

Há atualmente uma disputa em torno da interpretação da história angolana, que inclusive dialoga com a historiografia recente. Esta disputa tem sido em torno de certos eventos da luta nacionalista - como por

<sup>124</sup> A historiografia angolana de cunho acadêmico é suficientemente desenvolvida de forma a não confundirmos esta historiografia com as ênfases sobre versões da história, que são ideologizadas e veiculadas como propaganda política. Trata-se aqui de destacar e criticar os usos da história para fins políticos e ideológicos e não desconsiderar a pesquisa histórica feita com seriedade, inclusive por indivíduos ligados ao MPLA, ao governo ou a outros partidos.

<sup>125</sup> Jonas Savimbi também vem se utilizando de interpretações particulares da história, neste caso, queixando-se de uma suposta submissão "secular" dos Ovimbundu - população da qual Savimbi pretende ser o porta-voz - às populações "do norte", que nesta linguagem significa o núcleo dirigente de Luanda. A historiadora Maria da Conceição Neto, por sua vez, rebate as afirmações de uma suposta marginalização secular que os Ovimbundu teriam sofrido. O conjunto de grupos e reinos que hoje é designado como Ovimbundu teria tido participação ativa no comércio da borracha e da cera em fins do século XIX e início deste século, somente perdendo - e muito - da sua proeminência a partir da década de 1910, com a mudança da ação colonial portuguesa e sua implantação no território (Conceição Neto, 1997).

exemplo o "4 de fevereiro" de 1961, quando do assalto às prisões em Luanda, fato que teria desencadeado a luta anti-colonial. Trata-se de saber que grupo ou etnia teria iniciado e liderado a luta. Outro tema em contestação envolve as datas de fundação dos movimentos e partidos nacionalistas<sup>126</sup>.

Não está em jogo somente a versão dos fatos, mas também a interpretação e o uso que se faz deles. Cabe lembrar que durante o regime do MPLA houve um sério fechamento em torno das versões oficiais propagadas pelo partido. A diversidade de narrativas e de novas versões da história angolana tem sido cada vez mais postas em circulação após 1991, havendo até mesmo a revisão de diversas narrativas por membros do partido e alguns dissidentes (Bittencourt, 1999 e Lukombo, s/d).

#### *Juris solis, juris sanguini*

É possível depreender destes discursos e acusações concepções diferentes de nacionalidade e de pertencimento (à nação, a um grupo étnico específico) que se expressa nos pesos e usos diferenciados dados à língua e na forma como se pensa a filiação e a definição de nacionalidade. Para os luandenses a nacionalidade está mais relacionada com o local de nascimento e para os regressados (percebido também no discurso da UNITA), é mais dependente da filiação.

O problema da definição da nacionalidade e das concepções que estão por trás de cada definição entrou na pauta do país desde antes da independência, quando se formou o governo de transição, que contava com os três movimentos de libertação – MPLA, FNLA e UNITA – e representantes do governo português do pós-25 de abril. Buscava-se definir algumas regras de consenso que pautassem a independência angolana, sendo uma delas a definição de nacionalidade angolana.

---

<sup>126</sup> Ver por exemplo, Bittencourt (1996 e 1999) e Pacheco (1997), sobre as controvérsias em torno da data de criação do MPLA, que teria sido em 1961 e não 1956, como veiculado oficialmente.

A proposta da FNLA e também da UNITA era a de uma nacionalidade restrita aos filhos ou netos de angolanos, ou seja, um critério que excluía a maior parte dos mestiços e a quase totalidade dos brancos nascidos em Angola. A proposta do MPLA e, em parte, do governo português, era de estender a nacionalidade a todos os nascidos em solo angolano. Entre estas propostas havia um enorme fosso que refletiam duas visões de mundo naquele momento inconciliáveis.

Nestas duas visões de mundo, a clivagem racial é clara e, por parte da FNLA, implicava na exclusão do elemento branco, atendendo ao princípio do *juris sanguini*. Por parte do MPLA, percebe-se uma visão mais liberal e multirracial, aproximando-se do princípio do *juris solis*.

As concepções de mundo destes dois movimentos, contudo, são bem mais sutis que liberalidade a-racial ou reivindicações de tipo autenticistas, como expresso pelo *slogans* do tipo "a África para os africanos". Contam aí, entre outros fatores, a socialização das elites de cada movimento de libertação - uma, no antigo Congo Belga, onde a radicalização racial no processo de independência foi uma tônica e a outra, de base crioula, multirracial, embalada nas doutrinas da esquerda europeia, como já nos referimos nos capítulos 1 e 2. Prevaleceu, naquele momento, a tese do MPLA, de que angolano era quem tivesse nascido em Angola, a não ser que declarasse o contrário<sup>127</sup>.

Assim, do mesmo modo que os luandenses questionavam a não nacionalidade dos regressados, por estes terem nascido e crescido no Zaire, a partir de uma concepção de nacionalidade baseada no local de nascimento, Savimbi (e certas elites bakongo) põe em cheque a "autenticidade" dos angolanos de Luanda, a partir de uma concepção de nacionalidade baseada na ascendência. Certamente há manipulação e ideologização de concepções de mundo diferenciadas. Mas as ideologias são alinhavadas a partir de um universo de sentido preexistente que cabe aqui referenciar.

---

<sup>127</sup> Hoje, o governo angolano adota uma maior aproximação ao princípio de sangue, já que os filhos de angolanos nascidos fora do território têm também a nacionalidade garantida. Todavia, prevalece a ambigüidade em torno das noções de naturalidade e nacionalidade que permanecem pouco distintas na concepção dos angolanos de Luanda.

### Mobilidade e território

O apelo a identidades mais amplas, como "africana" e "bantua", tem sua maior referência no fato do grupo Bakongo ser uma etnia cortada por fronteiras nacionais e por sua grande mobilidade territorial, através da articulação de redes comerciais, e circulação por diversos países africanos (especialmente o sub-grupo Bazombo, maioria dos regressados).

A valorização da mobilidade regressada é contraposta pela referência aos luandenses através do termo "fixados" ou da expressão "aqueles que nunca saíram de Angola". De fato, constata-se que os luandenses viajam bastante, mas os destinos preferidos dos angolanos da capital recaem invariavelmente nos países europeus, sobretudo Portugal, e Brasil. Só muito recentemente as famílias luandenses têm aberto seu leque de opções migratórias - seja para compras, estudos ou para fixar residência - em países africanos, como a África do Sul.

Pode-se perceber, através das categorias veiculadas por regressados/bakongo, que por trás desta mobilidade, desta forma específica de mobilidade, existe uma concepção de território<sup>128</sup> decorrente.

Um grupo originário de uma etnia atravessada por várias fronteiras e que se constituiu pela mobilidade, pela migração, pelo exílio e pelo comércio de grande distância - tanto por ter origem num sub-grupo (Bazombo) de grande tradição comercial, como por terem criado, contemporaneamente, uma rede comercial - constrói, organiza e estabelece relações no espaço de forma diferenciada.

A população de Luanda, por sua vez, estabelece no seu espaço - e note-se, o espaço da capital do país - outras relações com outros espaços, como Portugal e Brasil.

<sup>128</sup> Entendo território como a produção social do e sobre o espaço (Raffestin, 1993). O território pode ser produto de relações sociais efetivamente realizadas ou ser um projeto, uma representação, um ideal. A "produção social sobre o espaço" supõe relações de poder entre atores sociais, grupos, classes e o Estado, envolvendo diferentes potenciais e representações diversas do espaço (este seria a matéria prima sobre a qual se cria e produz o território). Estas representações são de alguma forma partilhadas e/ou estão em concorrência. O território, para um grupo social, pode até mesmo incluir vários territórios descontínuos (no tempo e no espaço).

A história da cidade de Luanda se constituiu através de uma intensa relação comercial com o Brasil e de uma relação política de submissão a Portugal, na qual ela era o centro da colônia. Luanda permaneceu "atlântica" após a independência, tanto do ponto de vista político – envolvimento com a Guerra Fria, política externa pouco centrada em África (Pereira, 1999), como cultural – grande influência brasileira e portuguesa.

Existe assim um grupo, o regressado/bakongo, que tem como referência um território localizado regionalmente (território contínuo), atravessado por fronteiras. As relações (familiares, comerciais, culturais) que se espalham por este território não são facilmente afetadas quando há o estabelecimento de fronteiras nacionais/estatais.

Por outro lado, os grupos que têm Luanda como centro constroem suas referências – culturais, políticas etc. – num território descontínuo (Angola, Portugal, Brasil), sendo, portanto, mais fácil estabelecer ou perceber rupturas. Portugal é a antiga metrópole. O Brasil, embora possa ser um espelho para Angola e tenha com ela algumas convergências culturais, não é África, está localizado do outro lado do oceano e possui uma história muito diferenciada. É mais fácil traçar cortes nesta relação do que num território contínuo que partilha histórias mais próximas e povos comuns, ou seja, relações menos intangíveis.

O Reino do Kongo configura-se num território descontínuo no tempo – posto que não tem existência atual – e no espaço – corresponde a uma área cortada por várias fronteiras nacionais. Mas do ponto de vista mítico, este espaço fragmentado pode ser reagrupado e reatualizado como um lugar de reafirmação de identidade, como veremos através dos discursos das elites bakongo/regressadas, no momento crítico da Sexta-Feira Sangrenta.

### Eleições de 1992 e a Sexta-Feira Sangrenta

A abertura política iniciada em 1991, após os acordos de Bicesse, implicou na adoção do multipartidarismo e na convocação de eleições, acarretando na formação de dezenas de partidos políticos. Ainda que a grande maioria dos partidos tivesse pouquíssima expressão popular (e

parco resultado eleitoral) pois que a campanha eleitoral se concentrou nos dois partidos protagonistas do conflito armado - o MPLA e a UNITA -, a profusão de partidos políticos indicou um certo dinamismo das elites políticas angolanas que ficaram tanto tempo restritas num regime de partido único<sup>129</sup>.

A maioria destes partidos tinha como presidentes indivíduos de origem bakongo, sobretudo oriundos da província do Uíge. Isto supõe um número expressivo de regressados entre estas lideranças<sup>130</sup>.

A reconhecida fragmentação política Bakongo aparentemente se contradiz com a auto-imagem de unidade cultural por eles veiculada. As causas mais gerais desta fragmentação podem ter relação com a estrutura interna bakongo, com o processo de decadência da formação política Kongo e com as vicissitudes da sua fragmentação territorial no período da ocupação colonial.

Lukombo (1997b) indica causas mais próximas que podem explicar a fragmentação política no caso dos partidos. Um dos motivos seria os históricos conflitos em torno da sucessão do reino do Kongo, que indicam uma certa fragmentação em torno dos clãs ligados à família real. Outra seria a marginalização política de lideranças da província do Uíge (sobretudo as elites comerciais Bazombo) pela família real sediada em M'banza Congo, província do Zaire. O apoio incondicional de Mobutu à FNLA foi mais um fator que possivelmente impediu a ascensão de qualquer liderança bakongo de fora deste movimento. Alguns observadores referem-se também ao "espírito" ou "talento" negociante de setores da população Bakongo, já que formar partidos (bem como igrejas e organizações não governamentais) pode ser um "bom negócio".

As eleições de setembro de 1992 foram bastante interessantes para percebermos alguns aspectos da relação entre as elites bakongo/regressadas e a população comum. Contrariando a expectativa de um voto

---

<sup>129</sup> Um outro fator que explica esta profusão de partidos políticos foi a legislação extremamente permissiva e o incentivo financeiro para os partidos. Esta iniciativa do governo foi feita, em parte, para demonstrar aos observadores internacionais que se estava investindo na democracia pluripartidária e, em parte, para apostar na pulverização dos votos da oposição.

<sup>130</sup> Baseio-me, para esta discussão, nos dados e em parte da análise feita por Lukombo (1997b).

étnico, a população bakongo – tanto os residentes nas províncias como os moradores de Luanda – não votaram nos partidos de sua etnia, preferindo optar entre os partidos do governo e da oposição armada<sup>131</sup>.

Jonas Savimbi recebeu muitos votos dos regressados na cidade de Luanda. Talvez porque ele aparecesse como a única opção capaz de se contrapor ao governo, que raramente produziu qualquer discurso ou ação específica direcionada à população regressada que, segundo relatos, se sentia abandonada e desprezada pelo governo.

O sentimento de ser um grupo diferenciado e discriminado pelo resto da população de Luanda – que votou majoritariamente no MPLA – deve ter contado bastante para o voto contrastante na UNITA. Também contaram as contradições internas entre os sub-grupos bakongo e a pálida participação da FNLA na disputa eleitoral, que deixou um vazio político e a ausência de uma liderança catalisadora entre as populações oriundas do norte<sup>132</sup>.

A "Sexta-feira Sangrenta" foi uma das conseqüências do agravamento da tensão que sucedeu à não aceitação, por parte da UNITA, dos resultados das eleições em Angola. Mesmo as eleições tendo sido consideradas pela ONU como "livres e justas", iniciou-se um processo de acusações e contra acusações entre UNITA e governo (de ocorrência de fraude pelo primeiro e agitação e golpismo pelo segundo), reiniciando-se os combates, de forma irrevogável, no começo do ano de 1993.

Antes porém, tiveram lugar em Luanda, no primeiro sábado de novembro de 1992 e nos dois dias seguintes, intensos combates entre soldados e militantes da UNITA (que nesta época estava sediada na capital) e moradores da cidade, dentre eles militares desmobilizados.

Esta pequena guerra, lembrada pelos habitantes de Luanda como "a confusão", produziu centenas de mortos e está ainda muito viva na memória das pessoas, que durante 3 dias ficaram trancadas em suas casas,

<sup>131</sup> Uma análise sobre as eleições de 1992 e sua dimensão étnica e racial está em Bittencourt (1993). O artigo contém também os resultados das eleições por províncias. O MPLA, partido do governo, teve uma expressiva votação nas províncias do norte, elegendo 2 dos 5 deputados na província do Zaire; 3, dos 5, no Uíge e 4, de 5 deputados em Cabinda. A votação presidencial para José Eduardo dos Santos, nas três províncias, foi de quase 60%.

<sup>132</sup> A FNLA concorreu às eleições com o seu já desgastado líder Holden Roberto disputando a presidência. Teve uma votação pequena – em relação às expectativas – na província do Zaire, elegendo dois entre cinco deputados.

com suas ruas bloqueadas, ouvindo tiros e explosões, sem poderem se comunicar entre si, ou nas ruas, abatendo o inimigo. A UNITA tinha infiltrado seus militares pela capital mas, como estes não conheciam bem a cidade, foram massacrados pelos moradores que organizaram comitês de rua para o combate.

Muita arbitrariedade, afora a arbitrariedade que é a própria guerra, ocorreu. Muitas vezes um indivíduo era morto apenas por pertencer a tal ou qual província ou etnia, que para muitos significava ser apoiante de um ou outro partido. O acirramento de ódios e tensões tomou vulto e, certamente, com dimensões profundamente etnicizadas<sup>133</sup>. Cabe lembrar que a própria campanha eleitoral da UNITA mobilizou muito o aspecto regional e étnico, em contraposição ao discurso conciliador, de apelo à paz e à unidade nacional feito pelo MPLA<sup>134</sup>.

Todavia, nem todas as retaliações e crimes cometidos durante estes dias podem ser atribuídos apenas a um "caldeirão étnico" explosivo. Há sempre questões e contendas de grupos, ou até mesmo individuais, que são "resolvidas" neste momento de confusão e atribuídas a "diferenças étnicas". Há grupos de criminosos, militares desmobilizados e desempregados, gente armada num país onde armas são bastante acessíveis. Foi lugar comum atribuir a rivalidades e "ódios étnicos" os crimes comuns e vice-versa, ou seja, obstruir a elucidação de perseguições a grupos étnicos por paramilitares minimizando-os, como se fossem apenas meros assaltos e assassinatos "comuns".

Desde dezembro de 1992, os jornais vinham registrando ataques, assaltos e intimidações nos bairros regressados, feitos por parte de policiais, milícias, militares (lembramos que o governo desmobilizou um grande contingente de militares, atendendo às exigências do processo de paz) e grupos de assaltantes.

Em 21 de janeiro de 1993 a Rádio Nacional de Angola noticiou que o governo zaireense de Mobutu tinha infiltrado soldados zaireenses na região do

<sup>133</sup> Para uma análise deste período, de falência do processo de paz e retorno a guerra, ver Messiant (1994).

<sup>134</sup> A campanha eleitoral do MPLA foi feita por uma experiente agência de publicidade brasileira.

Soyo (norte de Angola), para apoiar a UNITA, que naquele momento estava atacando esta região. Neste mesmo dia circulou o boato de que alguns zairenses estariam em Luanda para fazer uma emboscada ao presidente da república, José Eduardo do Santos.

Na manhã do dia 22, começaram os ataques aos moradores de Luanda que pudessem ser identificados como zairenses ou regressados, com assaltos, assassinatos, violações e intimidações. A identidade das pessoas era demarcada pelo modo de vestir, de falar e especialmente pela forma como elas pronunciassem "arroz", (o modo de pronunciar lingalizado (ou afrancesado) é facilmente identificado na pronúncia dos dois "rr"). Os mortos foram estimados em algumas dezenas, com um número indeterminado de feridos, assaltados ou de mulheres violentadas.

Lemos, na página 5 do "Jornal de Angola", do dia 23 de janeiro de 1993, a seguinte matéria, precedida da manchete "Actos menos abonatórios contra cidadãos e bens":

*O Comando Provincial da Polícia qualifica de 'actos menos abonatórios contra cidadãos e seus bens' os excessos de ânimo que se tem verificados em certas franjas da população. Esta posição vem a propósito dos incidentes registrados na manhã de ontem nalguns bairros periféricos contra cidadãos presumidos como zairenses. Segundo um comunicado de imprensa do Comando Provincial, esta prática de vandalismo 'de certa forma poderá manchar todo um trabalho positivo que o povo de Luanda vem efectuando em defesa das conquistas democráticas já alcançadas'.*

*Esta ação dos populares acontece num período em que circulam informações sobre um apoio militar do Zaire à UNITA, nas ações que esta organização realiza e dado o seu clima de tensão despertam um instinto de retaliação contra os cidadãos daquele país, ou com traços culturais que se aproximem a este país.*

*Em face disto, o Comando Provincial da Polícia, através dos seus órgãos operativos, 'tem vindo a tomar medidas para evitar situações anômalas e apela a toda a população de Luanda a manter o civismo e patriotismo que lhe são característicos'. O Comando Provincial adianta, que todas as atenções estejam direccionadas para a vigilância e unidade na defesa da Nação contra todas as ações que venham a ser preparadas pela UNITA contra a população. Pois 'vai agir em conformidade com o preceituado pela Lei contra todos aqueles que infringirem as normas legais vigentes'.*

*Nos incidentes ocorridos no mercado do Roque Santeiro registraram-se dezenas de feridos.*

*Um ancião anônimo atribui inteira responsabilidade a Savimbi pelo o que está acontecendo e dizia: 'Isto é pecado, nem todos os zairenses que se encontram em Angola são da UNITA'.*

No Correio da Semana do mesmo dia temos a manchete: "Sururu no Roque". A pequena matéria vem acompanhada de uma foto de um rapaz ferido sendo amparado pelos colegas:

*Durante a manhã de ontem, nos mercados do Roque Santeiro, Kwanzas e no bairro do Sambizanga ocorreram agressões em massa contra grupos de indivíduos "regressados" do Zaire.*

*Os espancamentos iniciaram logo no início da manhã e notícias desencontradas referem centenas de feridos mas não havia confirmação sobre vítimas mortais. Algumas testemunhas presentes no Roque, declararam, entretanto, que um dos agredidos teria sido morto e mesmo esquartejado à catana [tipo de facão].*

*Os incidentes, que assumiram foros de xenofobia decorrem provavelmente do facto de, notícias recentes virem veiculando acusações de que tropas zairenses combatem ao lado da UNITA, no norte do país.*

*À hora do almoço prosseguiram ainda algumas incursões de populares no intento de justificar todo aquele que fosse conotado com um eventual "zazá", como se dizia na rua que conduz ao Roque. Grupos de moradores do Sambizanga faziam parar todas as carrinhas que transportavam pessoas no "processo"<sup>135</sup> e revistaram o seu interior à procura de vítimas.*

*A polícia, chamada às pressas para o local, dispersou a maior parte dos grupos de perseguição e ensaiou dar proteção às moradias dos visados no Sambizanga.*

*Entretanto, na Baixa de Luanda um vendedor ambulante foi, também durante a manhã de ontem atingido mortalmente, no pescoço, por um disparo, que terá sido feito pela polícia. Não se desconfia até que ponto o facto poderá estar ligado com a onda de incidentes.*

A cobertura dos jornais a este evento foi pequena, sem qualquer esforço de uma reportagem que desvendasse e discutisse as causas mais

<sup>135</sup> "Processo 500", outro nome para candongueiro.

profundas que teriam motivado os ataques. Contudo, a imprensa publicou as notas do Comando da Polícia, do MPLA, do governo e do HCR (ACNUR), todos condenando os ataques e pedindo tolerância entre os cidadãos.

O comunicado do governo e do MPLA, além de algumas cartas aos jornais, lembravam que este evento ocorria no exato momento em que Jonas Savimbi propunha, em conferência em Adis Abeba (capital da Etiópia), a federalização de Angola, que poderia redundar num esfacelamento da unidade nacional e na divisão do poder sob bases étnicas. A imputação dos acontecimentos da Sexta-feira Sangrenta a uma "mão obscura" da UNITA foi a acusação constante feita pelo governo.

A relativamente pouca repercussão dada pelos jornais alterou-se quando tomaram posse os deputados eleitos para a Assembléia Nacional. Apesar da UNITA ter retomado a guerra, ela não foi posta na ilegalidade. Seus deputados foram reconhecidos como representantes do povo e tiveram assento no Parlamento.

Numa Assembléia recém empossada surgiram novos atores políticos, em busca de visibilidade e prestígio, no duelo retórico constante com velhos políticos do governo. Estes últimos, por sua vez, procuravam se adaptar ao novo papel de deputados de um novo regime, democrático e multipartidário, cuja nova arena, até aquele momento desconhecida para todos, era a da Assembléia Nacional.

Os debates das primeiras sessões foram relativos à situação político-militar, à situação econômica e ao que logo passou a ser conhecido como "caso bakongo". Os debates acerca deste assunto dominaram os jornais durante dias. Entre acusações, pedidos de esclarecimentos e reivindicação de uma comissão de inquérito para apurar as causas da Sexta-feira Sangrenta, emergiu o líder de um pequeno partido bakongo, o PDP-ANA, o deputado Mfulupinga Lando Victor, que travou debates acalorados com um "mais-velho", membro antigo do MPLA, o ex-ministro da saúde e consagrado escritor, Mendes de Carvalho.

Nas eleições coligado com a UNITA, o PDP-ANA dela se separaria com o retomar da guerra. Ainda hoje este pequeno partido, que conta apenas

com dois deputados na Assembléia, tem assumido posições polêmicas e supostamente independentes.

O seu líder conseguiu grande influência entre os moradores dos bairros regressados, especialmente no Palanca, onde fez comícios de apoio à população após os ataques de 22 de Janeiro. A partir desta popularidade conseguida, Lando Victor passou a falar em nome do "povo bakongo" e "denunciar" o "extermínio" deste povo pelos "kimbundos"<sup>136</sup> de Luanda".

Foi com este teor suas polêmicas com o escritor Mendes de Carvalho, este último, um "kimbundo" que, por sua vez, acusou o líder do partido nanico de agitador e de ter lançado panfletos apócrifos de incitação à população, com argumentos "tribalistas".

De fato, no calor dos acontecimentos, circularam pela cidade alguns panfletos apócrifos e manifestos ao governo e outras instituições públicas, denunciando os crimes contra "os bakongos", acusando o governo, a polícia e a imprensa de responsabilidade dos crimes ou de omissão. Os panfletos, de um modo geral, referiam-se à discriminação sofrida pelos "bakongos", através da marginalização e perseguição sofrida pelos regressados e o abandono das províncias do norte, reflexo da desigualdade regional e da centralização do poder em Luanda.

"Carta aberta ao presidente da república" (anônimo)<sup>137</sup>; trechos

*(...) Senhor Presidente, já há muito que observamos com mágoa e indignação recalcada, impotentes, a acção psicológica e agressiva dos naturais de Luanda, nossos compatriotas, que se julgam no direito de serem os únicos verdadeiros filhos desta terra e que consideram as Províncias do Uíge e do Zaire como o prolongamento da República vizinha do Zaire.*

*Os acontecimentos da última Sexta-feira, dia 22 de janeiro do ano em curso vieram definitivamente e inequivocamente*

<sup>136</sup> Kimbundo é outra forma, mais popularizada, de referir-se aos indivíduos Ambundo, tomando-os pela língua. Da mesma forma, kikongo, língua e adjetivo do grupo bakongo também é usado para referir-se aos indivíduos deste grupo, podendo ser utilizada a forma plural "kikongos", para referir-se aos bakongo, bem como "kimbundos" para referir-se aos Ambundo. As diversas formas de referenciação aos grupos étnicos de Angola revelam a imprecisão da nomeação étnica, que toma às vezes a designação linguística, às vezes a regional.

<sup>137</sup> Agradeço muitíssimo ao Prof. Jean-Michel Mabeko Tall o acesso a estes panfletos, bem como a outros documentos de grupos políticos bakongo. Todos os documentos aqui transcritos foram retirados dos anexos de Mabeko-Tall, 1993.

*provar e confirmar as razões do vexame, do tratamento odioso e de discriminação que temos sido vítima, ao longo do período que se seguiu após a independência, sem contudo um pronunciamento oficioso por parte das autoridades sobre o assunto. (...)*

*Os acontecimentos da Sexta-feira sangrenta em que se pretendia a expulsão dos "indesejáveis" não se sabendo para onde e nas actuais circunstâncias, demonstrou de forma muito evidente que o tratamento "zairense" na via pública e nos serviços, esconde um conteúdo tribal e regionalista muito forte que ninguém nunca tentou combater. Não existem vantagens em se esquivar do problema, dando-lhes um cunho político propositado, para amedrontar mais ainda as pessoas. O ser chamado "zairense" é a manifestação mais simples e frequente de um problema de nacionalidade que dura desde o período de existência dos reinos do Kongo e Ndongo, que se agudizou em 1975 com a presença de tropas zaienses ao lado da FNLA. Não se trata da politização actualizada da questão como se pretende fazer crer. Cabe ao governo assumir as suas responsabilidades o quanto antes. (...)*

*Senhor Presidente, estão a matar-nos.*

*Não permite que o espírito "Inkhata"<sup>138</sup> que já predomina no seio dos nosso compatriotas de Luanda seja exacerbado por nós, não permite que nós também passemos a considerar-nos de facto "Angolanos Estrangeiros" dentro da área geográfica onde descansam as almas dos nossos antepassados. O vosso empenho pessoal público é imprescindível, sabemos o quão respeitada é a vossa autoridade neste país". (...)*

Estes acontecimentos se deram num período de forte polarização, em que se punha em pauta a discussão sobre a "federalização" de Angola. Diversos sentidos são atribuídos a esta palavra. A proposta oportunista de Savimbi dava conta da divisão política de Angola, mas as propostas de "descentralização política e administrativa", "autonomia" e outras mais brandas também circularam pelo meio político, ainda que no bojo de uma discussão truncada, emocional e pouco objetiva. À medida que a discussão federalista se faz sempre em termos de "regiões étnicas", ela é muito facilmente associada às demandas de lideranças políticas étnico-regionais marginalizadas, como no caso bakongo.

<sup>138</sup> Aqui os manifestantes se referem ao partido zulu sul-africano, que adota posições extremamente etnicizadas e autonomistas.

O panfleto apócrifo mais comentado na Assembléia Nacional, a "Exortação sobre à Sexta-Feira Sangrenta" contém no seu texto diversos aspectos que estavam em jogo naquele momento de acirramento: o problema lingüístico, a desigualdade regional, os sinais utilizados para a identificação dos regressados (uso dos panos), que para os regressados são um sinal de sua "africanidade" e, sobretudo, os critérios de pertencimento nacional. Há também os recursos narrativos utilizados pelas elites bakongo na construção de um discurso étnico: o recurso à história, à ancestralidade, ao reino do Kongo e o argumento etnicista, de acusação aos luandenses por não serem "angolanos".

Trechos da "Exortação sobre à Sexta-Feira Sangrenta":

*Que se saiba a partir de hoje que somos bakongo filhos do Rei N'Zinga-a-N'Kuvu, do Kongo dia n'totela, nem os assassinatos, nem as violações públicas farão-nos recuar perante a nossa dignidade de africanos e angolanos. É horrível morrer só porque se é mukongo, afinal quem é o nativo que não pode viver na capital do seu país? Qual o crime de ser kikongo? Ninguém poderá dizer que esse petróleo que Angola tanto se vangloria sai da terra dos kikongos, alguma vez nós pedimos uma contrapartida? Ou metemos isto em cheque, quem nos mata afinal? E porque nos matam afinal? Não somos seres humanos?*

*(...) Será que devemos continuar a ver impientemente os nossos irmãos a morrer só por não saber falar bem o português? Afinal entre kikongo e português qual é a língua nacional? Entre Paulo Dias de Novais e Nimi a Lukeni quem é angolano? Qual é o crime de se usar pano afinal? Em África só os retornados que usam panos? No Togo, Nigéria, Zâmbia, Camarões, Congo, Zaire e mesmo Moçambique alguma vez já se matou alguém por usar pano? Quando nós todos estamos cansados de saber que na altura do Carnaval da Vitória, festa tradicional angolanas se dança com panos nos desfiles, porque é que não se faz com calças e collants que é a cultura dos outros? (é africano isso?). Afinal quem é contra o pano? Vamos refletir...*

*Quando um francês do sul fala mal a sua língua natal alguma vez é marginalizado por causa disso, ou quando o português do norte fala binho em vez de vinho alguma vez lhe mataram em Lisboa? E porque este sacrilégio: porque temos que ser nós os sacrificados, por sermos os fracos?, os menos fanatizáveis? Os que gostam de Bíblia? Nós não somos nacionalistas? Durante a luta contra a colonização, não houve kikongos nas fileiras do MPLA? (...)*

*...este tratamento de estrangeiro que nos dão no nosso próprio país, que não aceita a diversidade de culturas, levam certos radicais bakongo a pensar numa guerrilha para formar o nosso próprio estado, porque a UNITA não é o único que sabe disparar, podemos vir a coroar o nosso rei porque o herdeiro do trono bakongo ainda existe e conhecemo-lo (...) ainda temos também o manifesto do movimento de reagrupamentos das populações congolenses de Fulbert Youlou e mesmo os alicerces do Congo Português que se juntou justa ou injustamente à Angola em 1884, como vêem, temos onde começar porque a história não vai nos perdoar essa fraqueza, o estado Congo já existiu e poderá vir a sê-lo, se o carácter unitário de Angola continuar a ser propriedade daqueles que pensam ser os substitutos naturais dos colonos portugueses e pensarem ser eles os denominadores comuns da unidade nacional.*

A partir do impacto destes acontecimentos, foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de escutar as diversas partes envolvidas no "caso bakongo" – vítimas, polícia, testemunhas, lideranças religiosas – e apurar as responsabilidades sobre os crimes. As (in)conclusões do inquérito sobre o "Caso Bakongo" foram incapazes de apontar quaisquer causas que pudessem estar por trás dos acontecimentos. Limitaram-se a reconhecer, a partir de diversos depoimentos de vítimas e testemunhas, que teria havido participação de militares e policiais nos ataques.

Porém a comissão atribuiu a culpa dos crimes a "falsos" policiais, militares corrompidos e marginais em geral gerado por um sentimento de revolta em relação ao Zaire, que acarretou gestos "espontâneos" de "retaliação". Por fim, responsabilizou a UNITA, cuja "mão obscura" estaria por trás dos ataques, com o fim de desestabilizar o regime. Não pouparam tampouco de criticar os partidos e grupos que acusaram o governo, afirmando a inexistência, nos crimes, de qualquer motivo "tribal".

O fim dos inquéritos provocou insatisfação e continuou a haver manifestações de crítica ao governo. Nestes trechos do jornal *Sikama* (sem data, mas posterior a maio de 1993), que significa em kikongo/lingala resistir ou resistência (Mabeko Tali, 1993), vemos a utilização do kikongo e do apelo às tradições Congo, como forma de legitimação os discursos:

*Povo nosso, e nkangu eto a kongo-dia ntotela,  
 Mais uma vez;  
 "kinfua-fua kimpinga pinga, vo ka mu muana ko, mu  
 ntekelo"*

*E Nkangu a Kongo:*

*Aki mama, aki tata, aleke ye ambuta*

*Esta mensagem é dirigida a vós, Akua Ngangu yo vo intelectuais, durante este tempo todo, fomos aguardando que alguém se pronunciasse, que o parlamento algo concluísse, e agora, meus irmãos, com que conclusão ficamos? (...)*

*O federalismo permitirá a qualquer cidadão deste país sentir-se digno de pertencer a um país que representa todas as etnias que o compõem, a farsa da unidade nacional advogada por uns, esconde o Luso Tropicalismo, que favorece o resto do colonialismo, esse escórcio no nosso tecido nacional, faz tudo para sufocar o angolano genuíno,*

*Angolano = Kimbundo + Umbundo + Kikongo + Ngangela + Chokwé + etc.... e não angolano = sem sabermos o resto???*

Toda a discussão havida na Assembléia, relacionada com os panfletos apócrifos é bastante interessante para entendermos este jogo entre as lideranças políticas e a utilização de recursos tanto institucionais como informais que repercutem junto à população dos bairros. A forma pela qual os discursos mobilizados pelos deputados chegaram aos bairros infelizmente não pôde ser captada pela leitura do jornais, mas pode-se inferir, sobre os três primeiros meses de 1993, a partir das conversas com algumas pessoas, que os discursos havidos na Assembléia tiveram um impacto diferenciado de acordo com os diferentes setores da população regressada e zairense. Também não passa despercebido um certo divórcio entre o que estas lideranças falavam e as expectativas das populações dos bairros.

Os discursos políticos das elites bakongo/regressadas não fazem referência aos regressados como grupo, e sim aos bakongo como um todo. A referência ao grupo mais amplo retira a especificidade da inserção regressada em Luanda, associando o drama regressado a uma perseguição generalizada a todo um grupo, à desigualdade regional e à marginalização das elites do jogo político e dos cargos do governo. Nesse momento de polarização entre o MPLA e a UNITA, certas elites bakongo se posicionam

como se não fizessem parte da contenda militar, como se esta fosse uma luta restrita aos "kimbundos" e "ovimbundos".

Percebe-se neste evento uma série de disputas e diferenças entre as elites bakongo. Há uma parte que está integrada no aparelho de Estado, embora venha se ressentindo de um certo afastamento do centro de poder, principalmente a partir da década de 1980, com a subida de José Eduardo dos Santos à presidência após a morte de Agostinho Neto em 1979 (Mabeko Tali, 1993; 38). Há um outro setor que permanece residente no exterior. São estes os grupos mais radicais que, embora muito pequenos, publicam diversos manifestos em torno da autonomização da região Congo, inclusive havendo apelos de restauração da monarquia Kongo.

"Documento do MAKO (Movimento pela Autodeterminação do Kongo)", datado de 2 de fevereiro de 1993, na Alemanha (trecho):

*(...) Para terminar, os membros, militantes e toda a comunidade Kongo em geral da Alemanha, dá a conhecer à comunidade internacional de que a população Kikongo está a desaparecer em Angola, devido aos bárbaros massacres que tem sofrido por parte do governo marxista de Luanda e acusamos o mesmo governo marxista de Luanda de estar a perseguir os nossos dirigentes em Angola. Os membros, militantes e todo o povo em geral na Alemanha, vai continuar a apoiar os seus dirigentes em Angola para a luta pela autodeterminação das terras do Kongo que foi anexado a Angola por interesses coloniais... (...)*

O grupo bakongo mais ligado ao aparelho de Estado (sobretudo porque são bakongo não regressados) acabou por assumir posições ambíguas frente ao acontecido. Apesar das relações de parentesco envolvendo os dois grupos, os últimos (não regressados) são bastante mais identificados com a sociedade luandense, do ponto de vista cultural e político, rejeitando certos modos de vida identificados com o Zaire. Ainda que tenham assumido uma evidente postura de condenação aos crimes, também não alinharam com as posições radicais manifestadas nos panfletos.

De fato, a discriminação sofrida pelos regressados não se estende para todo o grupo, embora haja ressentimento por parte de diversos indivíduos e grupos bakongo das classes médias, pela continuação das antigas

desconfianças frente aos diplomas, com queixas quanto a dificuldade de promoção nos cargos do Estado, especialmente na universidade.

As "massas" bakongo em Luanda, cuja maioria é regressada, mantêm uma relação de distanciamento e desconfiança com relação ao governo, mas também não acompanham o discurso mais radicalizado de algumas elites bakongo, que são bastante identificadas com os que vivem fora do país e parecem não perceber bem a dinâmica entre os diversos grupos, principalmente na cidade de Luanda. A ajuda e a solidariedade prestada por vizinhos, angolanos não bakongo e não regressados, durante os ataques de janeiro, afastam da população a percepção de que haja uma rivalidade entre "bakongos" e "kimbundos".

Assim, as soluções radicais e separatistas destas elites se contrapõem ao esforço de integração da população regressada na sociedade luandense e angolana. Parece ser forte o desejo de serem considerados como nacionais em seu próprio país, não mais serem vistos como estrangeiros, porém querem ver garantido o reconhecimento, pela sociedade mais geral, das suas especificidades étnicas e culturais (Mabeko Tali, 1995).

### Regressados hoje

Com o tempo, o contato/convívio/confito entre luandenses e regressados se rotinizou. Podem ser identificados alguns elementos externos que acompanharam estas transformações.

Do ponto de vista político, os acordos de Lusaka, em 1994, diminuíram o impacto da guerra, ainda que não tenham cessado por completo os conflitos (que foram retomados com força em fins de 1998). Houve continuidade dos trabalhos da Assembléia Nacional e criação do Governo de Reconciliação e Unidade Nacional (GURN) que vinham tentando conferir uma normalidade institucional a um lento processo de paz, que veio a demonstrar-se ineficiente.

Por outro lado, houve mudança no contexto regional. A deposição e posterior morte de Mobutu Sesse Seko e o apoio do governo angolano ao

novo presidente do Zaire, agora renomeado Congo, Desiré Kabila, pôs fim a uma rivalidade de mais de 30 anos entre Angola e o Congo<sup>139</sup>.

Estes elementos de arrefecimento da situação podem ter diminuído um pouco o impacto sobre os regressados. A generalização das atividades informais para toda a população, devido à crise econômica, fez com que a visibilidade dos regressados fosse ficando menos associada ao mercado informal e à delinquência decorrente das práticas ilegais.

O sucesso obtido por alguns indivíduos regressados em áreas tão diversas como o futebol, onde diversos deles participam da seleção nacional, e a universidade, enfraquecendo a antiga e persistente acusação dos diplomas, ajudaram a compor outras imagens dos regressados na sociedade angolana.

Os fatores mais evidentes de amalgamento dos regressados na sociedade luandense são os casamentos mistos e a segunda geração de regressados, nascidos em Luanda, que estudam e trabalham lado a lado com os luandenses e têm um domínio cada vez mais preciso da língua portuguesa.

Embora tenha sido intenção desta pesquisa nos determos nas mudanças vividas e provocadas por esta segunda geração, bem como detectar a real abrangência dos casamentos mistos, os dados recolhidos em campo se mostraram insuficientes (e o tempo, escasso).

Apesar da diminuição da excessiva identificação e discriminação contra os regressados, cujo ápice foram os acontecimentos de janeiro de 1993, pode-se dizer que tem havido uma continuidade na construção e reprodução dos estereótipos em torno destes.

Esta produção de estereótipos é, em grande parte, produzida pelos próprios regressados. A par do estereótipo negativo, segue-se também um estereótipo "positivo", construído a partir dos elementos destacados da auto-imagem bakongo/regressado, discutida no fim do capítulo três: a de um povo coeso e culturalmente homogêneo, respeitador da tradições e da

---

<sup>139</sup> Todavia a guerra civil que se seguiu no Congo Kinshasa criou ainda mais instabilidade na região central de África, tornando as coisas mais difíceis para o governo angolano, pelo descontrolo da longa fronteira entre Angola e Congo, que facilitou a atuação da UNITA.

hierarquia, ao mesmo tempo que dinâmico e incorporador de elementos culturais externos. Parte desta auto-imagem é, por sua vez, absorvida pelos luandenses.

A grande capacidade de organização do grupo regressado e sua coesão interna, expressa por um sem número de associações, grupos de ajuda mútua e organizações, são vistas pelos luandenses como características bastante positivas que lhes faltariam. O reconhecimento do apego bakongo às "tradições" e aos laços familiares, a auto-disciplina e a religiosidade ajudaria a explicar, para alguns luandenses, uma maior capacidade de poupança, que teria possibilitado a ascensão social de diversos indivíduos regressados. As características de "viração" (o débrouillement zaireense), de negociar serviços e produtos, que o luandense antes obtinha como um simples favor, não são vistos apenas de maneira negativa e sim com um aspecto da grande criatividade e capacidade de antecipação dos regressados.

Cria-se assim uma certa mitificação de que foram os regressados que "introduziram os luandenses" no aprendizado do mercado informal e do "desenrascar-se" e que "dominam" o comércio em Luanda. Perde-se assim de vista que a estrutura econômica e social angolana já indicava para um descontrole do abastecimento, que a crise econômica veio agravar e generalizar. Na verdade, os regressados não dominam o topo da atividade comercial, que está nas mãos de elites econômicas que passam ao largo dos bairros periféricos. Os regressados ocupam apenas a parte mais visível do sistema, que está nos mercados abertos e candongueiros (Mabeko Tali, 1993 e Morice, 1985).

Outra imagem alimentada pelos dois lados é a de que os regressados ocuparam todos os quadros do Estado. Do lado luandense, esta imagem teve um caráter alarmista, como uma "invasão estrangeira" na administração estatal. Do lado das elites regressadas temos o discurso de que os ex-exilados teriam salvado o Estado do caos administrativo, pela saída dos portugueses que, por sua vez, não teriam formado quase nenhum angolano que pudesse assumir cargos técnicos, ao contrário do Congo/Zaire, onde teria havido oportunidade de educação (de qualidade) para todos.

O que se verifica é que houve diversos bloqueios à ascensão regressada no aparelho de estado, seja pela desconfiança dos diplomas, desconfiança política ou pela dificuldade da língua: Isso impede tanto de caracterizar a inserção regressada como uma invasão na administração, como de ter suprido o Estado de quadros.

De maio a julho de 1998, período do meu trabalho de campo, era veiculada uma propaganda de rádio de uma empresa de seguros, a ENSA, no qual dialogam dois personagens, um deles com um forte sotaque, identificando-o como um regressado (e provavelmente um motorista de candongueiro):

*Propaganda da ENSA*

*Ouve-se uma batida de carro, e há o encontro dos dois motoristas, um, supostamente luandense e outro, com um forte sotaque tipicamente regressado, com resmungos raivosos.*

*Regressado: Você partiu meu carro que comprei agora no Belgique, vou te partir também!*

*Luandense: Calma...*

*R: Nada!*

*L: Calma meu senhor!*

*R: Não fala!*

*L: Não há problemas. Eu tenho seguro da ENSA, pá, e a ENSA paga tudo!*

*R: ENSA né, ah, agora sim, você tem sorte ahn, senão eu ia te partir igual você partiu carro de minha hein!*

O português errado, o sotaque afrancesado (ou lingalizado), expressões típicas da fala das pessoas retornadas do Zaire (como "não fala", "nada!", "ahn") indicam que trata-se de um "zairense típico". Percebe-se como é forte a identificação destas pessoas, de tal forma que já aparece em propagandas de rádio, que é sem dúvida o veículo mais popular e penetrante na cidade. Penso, por outro lado, que o tom de comédia impresso na propaganda, denota também um certo arrefecimento da agressividade e da tensão que se verificava anos antes, especialmente no período da chamada Sexta-feira Sangrenta, nos primeiros meses de 1993.

Imagino que teria sido impossível, tempos atrás, brincar com o estereótipo, ainda mais considerando que, na propaganda, parece ter sido o luandense o culpado do acidente, a despeito dos candongueiros terem tido sempre a fama de serem maus motoristas.

A ambigüidade expressa nesta propaganda indica ainda a existência de uma tensão que está longe de ser resolvida. O uso da violência como recurso mais acessado para a resolução dos conflitos em Angola, em praticamente todas as esferas sociais, permite considerar que o grupo regressado ainda é bastante vulnerável às mudanças do clima político, onde sempre se está disposto a, nas crises, procurar bodes expiatórios para encobrir problemas que se localizam algures.

**Conclusão**

## Conclusão

Não pretendendo apresentar "conclusões" num trabalho que ainda se inicia, faço aqui, em breves linhas, algumas considerações.

Tentando fazer uma análise das relações entres dois grupos, que arriscadamente chamei de regressados e luandenses, mas tendo estabelecido um foco privilegiado sobre o grupo regressado, acabei por ocultar ou minimizar certos aspectos do grupo luandense. Procurando fazer uma gênese deste grupo através do grupo crioulo, no século XIX, e traçar uma linha de continuidade no tempo e no espaço, cabe dizer (ainda que reiterando o óbvio) que o grupo luandense é bastante complexo, veio se diversificando ao longo do século XX, não possui necessariamente uma homogeneidade étnica e nem se reconhece enquanto tal.

No desenvolvimento da pesquisa e da redação, aspectos importantes ficaram por ser elucidados numa próxima pesquisa. A principal delas será compreender, no processo de transformação do grupo regressado, que busca inserir-se na sociedade luandense, quais mecanismos são acionados para a reconstrução de sua identidade e de reprodução do grupo como tal. Ou seja, como se articulam os processos de integração e transformação com a manutenção da sua distintividade enquanto grupo.

É interessante perceber, e muitos dos chamados *regressados* se queixavam disto, como após tanto tempo retornados e depois de tantos anos de vivência em Luanda, eles ainda eram identificados como "regressados", a ponto de, e não sem resistência, eles mesmos referirem-se - para os "de fora" - como tal. Neste processo, alguns aspectos desta identidade regressada, a princípio atribuída pelo grupo mais amplo, e de forma pejorativa, passam a ser ressignificadas e revalorizadas.

Todavia, essa identidade desconfortável permanece como um problema não resolvido. A enorme dificuldade de reconhecer o outro e de se reconhecer no outro, posto que todos são angolanos, põe em pauta a

constante necessidade da redefinição dos critérios de pertencimento nacional.

Durante todo o trabalho de campo me debatia com a questão – posta em diversos momentos pelos luandenses – de que não haveria “na verdade” regressados e sim zairenses. Entre ouvir dos regressados que eles não são zairenses e sim filhos de angolanos, portanto, angolanos, e dos luandenses de que são praticamente todos zairenses e são poucos os angolanos, ou os “angolanos mesmo” (esta, uma expressão tipicamente luandense), fica a questão de o que é, afinal, ser angolano. Esta questão permanece em suspenso e a presença efetiva de “zairenses mesmo”, que eventualmente se fazem passar por angolanos, não faz mais do que por em causa a existência de uma fronteira contraditória. Tanto a fronteira física, enorme, que supostamente separa os dois países, como a fronteira cultural e identitária que, por vezes, unifica regressados e zairenses e, constantemente, divide regressados e angolanos.

Cabe dizer que este tema dos regressados não é um tema confortável para a maioria das pessoas em Angola, sejam elas regressadas, luandenses, zairenses, bakongo, ou ambundo. Estejam elas nos aparelhos de Estado ou nos musseques. É um tema confuso e, para muitos que viveram o tempo dos conflitos entre o MPLA e a FNLA, tanto durante a guerrilha, como no período de transição em Luanda (1974-75), muito doloroso. Mais que tudo, está envolvido numa grande “capa” emocional, onde o discurso preconceituoso, revela além da ideologia e visão de mundo subjacente a cada grupo social envolvido, muita ignorância quanto a fatos elementares da própria história angolana, que ainda são objeto de uma forte manipulação ideológica, eu diria maior do que já seria de se esperar.

Muitas vezes me aproveitei da condição de “miúda”, ou seja, de ser jovem (e ignorante e estrangeira), para obter certas informações. Mas nem sempre fui feliz em todas as minhas tentativas de furar um certo silêncio, acompanhado de muito incômodo.

A reformulação da identidade nacional angolana, na medida em que haja uma opção por uma maior incorporação dos grupos sociais, étnicos e políticos que vivem em seu seio, passará necessariamente por uma revisão da própria história angolana.

Atualmente, com a abertura dos arquivos da PIDE (polícia portuguesa do período fascista) e com o crescente interesse de historiadores, angolanos e estrangeiros, de pesquisar a documentação histórica existente nos arquivos de Portugal e Angola, bem como de utilizar os recursos da história oral, tem crescido a produção historiográfica sobre este país.

Esta maior produção tem possibilitado uma revisão da história de Angola. Isto não tem sido feito sem intensos debates, já que a história que ora se escreve tem como atores pessoas ainda vivas, ativas e que têm contribuído fundamentalmente para a elucidação de diversos aspectos do passado recente angolano.

Todavia, a polifonia de versões, de fatos e interpretações – e ocultações – que ora circulam, revela também uma intensa disputa entre atores e grupos sociais. Estes vêm buscando, a partir da redefinição de seu lugar e seu papel na história, a definição de um lugar – mais proeminente – na Angola de hoje.

**Bibliografia**

## Bibliografia

- ABSHIRE, David M & SAMUELS, Michael A. (ed.). 1969 *Portuguese Africa. A handbook*. New York, Praeger Publishers.
- AGUALUSA, José Eduardo. 1989 *A conjura*. Luanda, União dos Escritores Angolanos.
- \_\_\_\_\_. 1996 *Estação das chuvas*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- \_\_\_\_\_. 1998 *Nação Crioula*. Rio de Janeiro, Gryphus.
- AMADO, Filipe R.; CRUZ, Fausto & HAKKERT, Ralph. 1992 "Urbanização e desurbanização em Angola". *Ciências Sociais - Textos de análise III*. Luanda, CODESRIA, 25-49.
- AMARAL, Ilídio do. 1968 *Luanda. Estudos de geografia urbana*. Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, n.º 53.
- AMSELLE, J-P, M'BOKOLO, Elikia. 1985 *Au Coeur de l'ethnie*. Paris, La Découverte.
- ANDERSON, Benedict. 1989 *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo, Editora Ática.
- ANDERSON, Perry. 1966 *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- APPIAH, K. A. 1996 *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- ARAÚJO, Melvina et alli. (coord.) 1998 "Debate: a responsabilidade ética e social do antropólogo". *Cadernos de Campo*. São Paulo, Ano 8, n.º 7.
- ARENDT, Hannah. 1990 *Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. São Paulo, Cia das Letras.
- BALANDIER, Georges. 1969 *Antropologia política*. São Paulo, DIFEL.
- \_\_\_\_\_. 1963 *Sociologie actuelle de l'Afrique noire*. Paris, PUF.
- \_\_\_\_\_. 1965 *La vie quotidienne au royaume de Kongo: du XVI au XVIII siècle*. Paris, Hachette.
- BARTH, F. 1969 *Ethnic Groups and Boundaries*. Boston, The Little, Brown and Company.
- BAZENGUSSA, R. MAC GAFFEY, J. 1995 "Vivre et briller à Paris: des jeunes Congolais et Zairois en marge de la légalité économique". *Politique Africaine - L'Angola dans la guerre*. Paris, n.º. 57.

BEKKER, Simon. 1993 *Ethnicity in focus - The South African case*. África do Sul, Centre for Social and Development Studies at the University of Natal.

BENDER, Gerald J. 1980 *Angola sob o domínio português: mito e realidade*. Lisboa, Sá da Costa.

BITTENCOURT, Marcelo. 1993 "A questão étnica e racial nas eleições angolanas". In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 25. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 225-250.

\_\_\_\_\_. 1996 *As linhas que formam o "M": um estudo sobre a formação do Movimento Popular de Libertação de Angola*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Departamento de antropologia da Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. 1999a. *Dos Jornais às Armas. Trajectórias da Contestação Angolana*. Lisboa, Vega.

\_\_\_\_\_. 1999b. "Memórias de guerrilha: a disputa de um valioso capital". *História Oral*, n.º 2. Pg. 91-100.

BOAVIDA, Américo. 1967 *Angola: Cinco Séculos de Exploração Portuguesa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

BOURDIEU, Pierre. 1996 "A ilusão biográfica". FERREIRA, Marieta M. e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

CAHEN, Michel. (org.). 1989 "*Cidades e Vilas*": *Bourges et Villes en Afrique Lusophone*. Paris: L'Harmattan.

CAIUBY NOVAES, Silvia. 1993 *Jogo de espelhos. Imagens da representação de si mesmo através dos outros*. Edusp, São Paulo.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 1979. "Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível". *Revista de Cultura e Política - CEDEC*, a.1, nº1. São Paulo.

\_\_\_\_\_. 1985 *Negros, Estrangeiros: Os escravos libertos e sua volta à África*. Rio de Janeiro, Brasiliense.

\_\_\_\_\_. 1986 *Antropologia do Brasil*. São Paulo, Brasiliense/EDUSP.

CARVALHO, Ruy Duarte de. 1989 *Ana a Manda. Os filhos da rede*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical.

\_\_\_\_\_. 1992 "A propósito do que se não sabe sobre os musseques de Luanda". *Ciências Sociais - Textos de análise III*. Luanda, CODESRIA, p. 17-24.

CHAVES, Rita de Cássia Natal. 1993 *Entre intenção e gestos: a formação do romance angolano*. Tese de Doutorado em Literatura Portuguesa. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. FFLCH/USP.

CHRÉTIEN, J. P., PRUNIER, G. 1989 *Les ethnies ont une histoire*. Paris, Karthala.

CLARENCE-SMITH, Gervase. 1986 "Le probleme ethnique en Angola". *Table ronde: la dimension historique de l'ethnicite en Afrique*. Paris. (mimeo).

COHEN, Abner. 1969 *Custom and Politics in Urban Africa*. Londres, RKP.

COLAÇO, Luís Felipe de Sousa. 1992 "Luanda, contexto demográfico e desigualdades espaciais. *Ciências Sociais - Textos de análise III*. Luanda, CODESRIA, Luanda, p. 3-16.

CONCEIÇÃO NETO, Maria da. 1991 "Contribuições a um Debate sobre 'As divisões Étnicas' em Angola". *Ciências Sociais - Textos de Análise II*. Luanda: CODESRIA, Grupo de Trabalho Angola. p.16-35.

\_\_\_\_\_. 1992 "As Fronteiras por Dentro da Nação: Divisões Étnicas, Sócio-Econômicas e Sócio-Políticas numa Perspectiva Histórica". *Angola: A Crise e o Desafio Democrático*. Luanda: ADRA: Programa Angola - Canadá. p. 43-60. (Mimeo).

\_\_\_\_\_. 1996a "Maquela do Zombo: viagem pela história. *Austral. Revista de Bordo da TAAG - Linhas Aéreas de Angola*. N.º 15, janeiro de 1996.

\_\_\_\_\_. 1996b *Cultura e Estado Nacional*. IIIº Seminário Nacional da História da África. Centro Universitário de Aquidauana, MS, 5 a 9 de junho de 1996. (mimeo).

\_\_\_\_\_. 1996c "Le peuple angolais: une histoire qui unit e qui divise". *Antipodes*. Bruxeles; Iteco. Pg. 12-18.

\_\_\_\_\_. 1997 "Ideologias, contradições e mitificações da colonização de Angola no século XX". *Lusotópie - Enjeux contemporains dans le espaces lusophones*. Paris.

\_\_\_\_\_. 1998 "Entre a tradição e a modernidade: Os ovimbundu do Planalto Central à luz da História". *Ngola*. Revista da Associação Angolana de Sociólogos e Antropólogos. Luanda.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. 1988 *Processus d'urbanization en Afrique*. Paris, Harmattan.

DAVIDSON, Basil. 1974 *Angola no centro do furacão*. Lisboa, Edições Delfos.

DEVELOPMENT WORKSHOP. s/d, a. *Características gerais do bairro do Palanca*. Luanda.

\_\_\_\_\_. s/d, b. *Estudos sobre comunidades e instituições comunitárias angolanas na perspectiva do pós-guerra*. Luanda.

DIAS, Jill R. 1984 "Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa

entre 1870 e 1930". In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, jan/jun, nº 1, 61-94.

DURHAM, Eunice. 1984 "Cultura e Ideologia". *Dados*, vol. 27, no. 1.

GEFFRAY, Christian. 1991 *A Causa das Armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto, Afrontamento.

GELLNER, Ernest. 1983 *Nações e Nacionalismo*. Lisboa, Gradiva.

GONÇALVES, Américo. 1994 "Roque Santeiro: obra de mulheres". *Austral. Revista de Bordo da TAAG - Linhas Aéreas de Angola*. N.º 10, dezembro de 1994.

GONÇALVES, José. 1991 *Angola a Fogo Intenso*. Lisboa, Cotovia.

GONDOLA, Charles Didier. 1996 *Villes Mirroirs : migrations et identités urbaines à Kinshasa et Brazzaville, 1930-1970*. Paris, L'Harmattan.

GOVERS, C., VERMULEN, H. (ogs.). 1997 *The Politics of ethnic consciousness*. London: Macmillan Press.

HABERMAS, Jürgen. 1998 "Inclusão: integrar ou incorporar? Sobre a relação entre nação, Estado de Direito e democracia" *Novos Estudos CEBRAP*. n. 52, nov/1998.

HAMILTON, Russel G. 1981 *Literatura africana. Literatura necessária - I / Angola*. Lisboa, Edições 70.

HANNERZ, Ulf. 1997 "Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional". *Revista Mana*, n.º 3 (1). Rio de Janeiro, p. 7-39.

HEIMER, Franz-Wilhelm. 1980 *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976*. Lisboa, A Regra do Jogo.

HENDERSON, Lawrence W. 1990 *A igreja em Angola*. Lisboa, Editorial Além-Mar.

HOBBSBAWN, Eric. 1991 *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

HOBBSBAWN, Eric, RANGER, Terence. 1984 *A invenção das tradições*. Paz e Terra.

HUTCHINSON, J., SMITH, A.D. (ogs.) 1996 *Ethnicity*. Oxford University Press.

- LUANDINO VIEIRA, José. 1972 *Luanda: estórias*. Lisboa, Edições 70.
- \_\_\_\_\_. 1974 *No antigamente da vida: estórias*. Lisboa, Edições 70.
- \_\_\_\_\_. 1974 *Velhas estórias*. Lisboa, Plátano.
- \_\_\_\_\_. 1985 *A cidade e a infância*. Luanda, União dos Escritores Angolanos.
- LUKOMBO, João Baptista. 1995 *Aspectos de Algumas Características e Manifestações de Migrações em Luanda*. Luanda. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. 1997a *Comunidades e instituições comunitárias em Angola na perspectiva do pós-guerra: algumas considerações sobre o bairro do Palanca e a inserção dos chamados "regressados" no tecido peri-urbano luandense*. Luanda. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. 1997b "Eleições e multipartidarismo em Angola: uma observação introspectiva e análise sociológica à volta da proliferação de grupos políticos sob a liderança de origem etnolinguística Kongo". *Revista Africana*. Universidade Portucalense, n.º 17. Porto.
- \_\_\_\_\_. S/d *Le 4 février de 1961: la remise en question et demystification d'un événement historique mal narré*. (mimeo)
- MABEKO TALI, Jean-Michel. 1995 La "chasse aux Zairois" à Luanda. *Politique Africaine*. L'Angola dans la guerre. n.º 57. Paris, mars 1995.
- \_\_\_\_\_. 1987 *L'Angola et les Conflits de l'Afrique Australe*. Université de Bourdeaux III.
- \_\_\_\_\_. 1993 *Projet de recherche: "Les Bakongo et la transition démocratique en Angola: Démocratie ou représentation ethnico-regionale?"*. Rapport scientifique de la mission à Luanda. Paris, CNRS (Centre Nationale de la recherche scientifique).
- MAC GAFFEY, Janet. 1993 "On se débrouille': réflexion sur la 'deuxième économie' au Zaïre". OMASOMBO, Jean Tshonda. *Le Zaïre à l'épreuve de l'histoire immédiate*. Paris, Karthala.
- MARCUM, John. 1969 *The Angolan revolution. The anatomy of an explosion (1950-1962)*. Cambridge: M.I.T. Press, vol. I.
- MARÉ, Gerhard. 1992 *Brothers born of warrior blood*. Johannesburg: Ravan Press.
- MELO, Aníbal João. 1994 *Comunicação, Poder e Identidade Nacional*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Escola de Economia da UFRJ.
- MESSIANT, Christine. 1983 *1961 - L'Angola colonial, histoire et société: les premisses du mouvement nationaliste*. These pour le doctorat de 3<sup>ème</sup> Cycle. EHESS, Paris.

\_\_\_\_\_. 1989 "Luanda (1945-1961): Colonises, société coloniale et engagement nationaliste". In CAHEN, Michel (dir.) *"Vilas" et "cidades" - Bourgs et villes en Afrique lusophone*. Paris, L'Harmattan, pp. 125-199

\_\_\_\_\_. 1994 "Angola, les voies de l'ethnisation et de la décomposition. I - De la guerre à la paix (1975-1991): le conflit armé, les interventions internationalistes et le peuple angolais", *Lusotopie*, n° 1-2, Paris, L'Harmattan, pp. 155-210

\_\_\_\_\_. 1995. "Angola, les voies de l'ethnisation et de la décomposition. II - transition à la démocratie ou marche à la guerre? L'épanouissement des deux "Partis armés" (Mai 1991-Septembre 1992)", *Lusotopie - Transitions libérales en Afrique Lusophone*, Paris, Karthala, pp. 181-220

MINTER, William. 1994 *Apartheid's contras*. London, Zed Books.

MORICE, Alain. 1985 "Commerce parallèle et troc à Luanda". *Politique Africaine*, n.º 17, março, 1985, Paris, p. 105-120.

MOURÃO, Fernando A.A. 1978 *A Sociedade angolana através da literatura*. São Paulo, Ática.

\_\_\_\_\_. 1988 *Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda*. Tese de livre docência, FFLCH/USP.

NETO, Agostinho. 1985 *Textos políticos escolhidos*. Luanda, Edições DIP.

NGONDA, Lucas. 1994 *Diversidade étnica e poder político*. Luanda, Maka da União, 25 de maio de 1994.

NSONDÉ, Jean de Dieu. 1995 *Langues, culture et histoire Koongo aux XVIIe et XVIIIe siècles: a traves les document linguistiques*. Paris, L'Harmattan.

NZATUZUOLA, João Baptista Lukombo. Ver LUKOMBO, João Batista.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. 1968 *Luanda, "ilha" crioula*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. 1976 *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora.

PACHECO, Carlos. 1997 *MPLA: um nascimento polémico (as falsificações da história)*. Lisboa, Vega.

PELLISSIER, René. 1986 *História das campanhas de Angola. Resistências e revoltas (1845-1941)*. Lisboa, Editorial Estampa, vol. 1.

\_\_\_\_\_. 1978 *La Colonie du Minotaure: Nationalismes et Revoltes en Angola. (1926-1961)*. Orgeval (França), Pelissier.

\_\_\_\_\_. 1977 *Les guerres grises. Resistences et revoltes en Angola (1845-1941)*. Orgeval, Ed. Pelissier.

- PEPETELA. 1985 *O Cão e os Caluandas*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- \_\_\_\_\_. 1993 *A geração da utopia*. Lisboa, Publicações Dom Quixote,.
- \_\_\_\_\_. 1992 *Luandando*. Luanda. Elf Aquitaine.
- \_\_\_\_\_. 1993 "Conflitos Étnicos em Angola". *Angola: a terra de todas as dores*. Lisboa. Oikos - Cooperação e Desenvolvimento, ano 3, nº13.
- \_\_\_\_\_. 1995 *O desejo de Kianda*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- PEREIRA, José Marla Nunes. 1992 *Angola: A Transição para a IIª República: dados básicos*. Rio de Janeiro. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. 1996 *Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)*. Rio de Janeiro, mimeo.
- \_\_\_\_\_. 1998 "Angola: identidade nacional e africanidade" In DÖPCKE, Wolfgang (org.) *Crises e Reconstruções: estudos afro-brasileiros, africanos e asiáticos*. LGE, Brasília, pp. 151-163.
- PEREIRA, José M. N. e CASTRO, Dorival Queirós R. 1996 *Angola: Cronologia: Trabalho realizado para o projeto de pesquisa: Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1992)*. Rio de Janeiro: CEEA (mimeo)
- PEREIRA, Luena N. N. e PEREIRA, Flávia R. F. 1995 *Os Refugiados Angolanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. (mimeo)
- PINA CABRAL, João, LOURENÇO, Nelson. 1993 *Em terra de tuões: dinâmicas e etnicidade macaense*. Instituto de Cultura de Macau.
- PINTO, Marcelo Bittencourt Ivair. Ver BITTENCOURT, Marcelo.
- RAFFESTIN, Claude. 1993 *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática.
- REDINHA, José. *Distribuição Étnica da Província de Angola*. Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola, 1969.
- ROBSON, Paul. 1997 *Comunidades e Instituições Comunitárias em Angola na perspectiva do pós-guerra: estudo nas zonas peri-urbanas de Luanda*. Luanda, Development Workshop.
- RUI, Manoel. 1982 *Quem me dera ser onda*. Luanda, INALD.
- SAID, Edward. 1996 *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SANTOS, Arnaldo. 1981 *Kinaxixe e outras prosas*. São Paulo, Ática.

SERRANO, Carlos Moreira H. 1995 "A luta de libertação nacional na África de língua portuguesa e a crise do fascismo português". In: COGGIOLA, O *Espanha e Portugal: o fim das ditaduras*. São Paulo, Xamã, 99-110.

\_\_\_\_\_. 1988 *Angola: nasce uma nação*. Tese de doutoramento defendida no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo.

SIGAUD, Lygia. 1978 "A morte do caboclo: um exercício sobre sistemas classificatórios". *Boletim do Museu Nacional*. N.º 30, Rio de Janeiro.

SMITH, Anthony D. 1997 *La Identidad Nacional*. Madri, Trama Editorial.

THOMPSON, Paul. 1993 "A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida". *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, ANPOCS/Hucitec.

THOMAZ, Omar Ribeiro. 1997. *Ecos do Atlântico Sul: Representações sobre o Terceiro Império Português*. Tese de Doutorado. PPGAS / USP, São Paulo.

WEBER, Max. 1987 "Comunidades Étnicas" in WEBER, M.: *Economía y Sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica.

WHEELER, Douglas L., PÉLISSIER, René. 1971 *Angola*. New York: Preeger Publishers.

WINDEN, Bob van der (org.). (1996) *A family of the musseque*. Oxford, One World Action; World View Publishing.

#### Jornais:

CORREIO DA SEMANA. Meses de setembro a dezembro de 1992; de janeiro e fevereiro de 1993.

JORNAL DE ANGOLA. De setembro a dezembro de 1992; de janeiro a abril de 1993.